

www.versus.ufrj.br

ISSN 1984-4263



UFRJ



CCJE

# versus

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

NOVEMBRO DE 2009 • ANO I • Nº 3

João Roberto Ripper



**Índia Kinikinaua,  
Mato Grosso do Sul**

# VERSUSimagem

A foto da France-Press correu mundo. Numa noite de março de 2007 a figura franzina de Cesare Battisti surge no saguão do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Brasília é o destino. Está algemado, escoltado por policiais com armamento pesado, todos de preto. Imagem de cinema, midiática. A foto registra os minutos antes do embarque do ex-ativista italiano para a prisão da Polícia Federal na capital do país. Como se sabe, o asilo político concedido pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, em janeiro de 2009, foi questionado pelo governo italiano no Supremo Tribunal Federal. Fato por si, só, inusitado. A apreciação do pedido de extradição pelo STF gerou controvérsias sem precedentes. VERSUS oferece ao leitor texto inédito do jurista **Nilo Batista** sobre o caso. É um parecer elaborado ainda em março de 2008 para atender à consulta formulada por advogados que atuavam na defesa de Battisti, à época. O valor do texto, como estudo de caso sobre tema de alta voltagem, é indiscutível.

Luiz Carlos Maranhão  
Editor Executivo





Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas



UFRJ

CCJE

Aloísio Teixeira

**Reitor**

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

**Vice-Reitora**

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

Alcino Ferreira Camara Neto

**Decano**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

**Vice-Decano**

Aginaldo Fernandes

**Superintendente**

Heloísa Pires

**Coordenação Acadêmica – Pós-Graduação**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

**Coordenação Acadêmica – Extensão**

**REVISTA VERSUS**

Alcino Ferreira Camara Neto

**Editor**

Luiz Maranhão

**Editor Executivo**

Elisa Monteiro e Pablo Kaschner

**Produção e reportagem**

Gil Castro

**Projeto gráfico e direção de arte**

Carolina Souza de Almeida

**Assistente de arte**

Márcia Rocha de Aquino

**Secretaria e produção**

Carlos Nogueira

Felipe Teixeira Gonçalves

**Pesquisadores**

Roberto Azul

**Revisão**

**Capa**

Foto: João Roberto Ripper

Arte: Gil Castro

**Colaboraram nesta edição**

Ronaldo Fiani, Vanessa Oliveira Batista, Núncia Santoro de Constantino, Dênis de Moraes, Guadalupe Fugarolas Álvarez-Ude, David Matesanz Gómez, Isis Mañalich Gálvez, Nilo Batista, Beatriz Resende, Cláudia Luna, Paulo Cesar Saraçeni, João Roberto Ripper, Ricardo Zerrenner, Marco Fernandes, André Amaral

**Agradecimentos**

Vanessa Oliveira Batista

Consulado do Equador no Rio de Janeiro

Boitempo Editora

Caliban Produtora

Livraria Argumento - Leblon/RJ

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

Caritas Rio de Janeiro

Equipe da Decania CCJE/UFRJ

**Apoio institucional**

Coordenação de Comunicação da Reitoria/UFRJ



**Conselho Editorial**

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Estebar; Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias Vernengo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia Piquet Carneiro; Thomas Palley

**Receba VERSUS**

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem para o e-mail versus@ccje.ufrj.br com nome, endereço completo, profissão.

**Revista VERSUS**

Publicação trimestral do

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha

22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ

Tels.: 21 38735311 – 38735317

versus@ccje.ufrj.br

www.ccje.ufrj.br

*Alcino Camara*

*Editor*

Esta edição da VERSUS traz duas entrevistas com ministros de governos reformadores da América Latina. O ministro do Planejamento da Venezuela, Jorge Gordan, faz um histórico sobre as mudanças que a alternativa bolivariana vem implantando no país e os desafios de enfrentar as resistências das oligarquias desalojadas do poder. Segundo o ministro, o controle da indústria petrolífera para o pagamento da dívida social acumulada há décadas é base do projeto. Miguel Carvajal é um jovem sociólogo alçado a cargo de responsabilidade estratégica no governo de Rafael Correa. Ministro da Segurança Interna e Externa do Equador, Carvajal tem perdido o sono devido ao acordo firmado pelo governo de Álvaro Uribe com os EUA e que permite a utilização das bases colombianas por militares norte-americanos. Equador (e os demais países da região, inclusive o Brasil) exige garantias formais da Colômbia de que o arsenal militar não será usado contra os interesses da soberania dos países vizinhos. O tema está presente na VERSUS Acadêmica no artigo do professor Ronaldo Fiani, diretor do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ. Ainda na VERSUS Acadêmica, o professor Dênis de Moraes analisa a batalha pela democratização da mídia nos governos progressistas.

**Boa Leitura**

MARCO FERNANDES



**MAUTNER**  
**Pensamento original**  
**sobre o fenômeno**  
**Brasil**

# SUMÁRIO EDIÇÃO Nº 3

## VERSUS Imagem

2



### LUPA

István Mészáros,  
Eduardo Galeano,  
Noam Chomsky e  
Eric Hobsbawm

6

## VERSUS Capa

8

### ENTREVISTAS

9

Jorge Giordani, ministro do Planejamento da Venezuela  
Miguel Carvajal, ministro da Segurança do Equador

### ESPECIAL

Vida de estrangeiro

18

### TRILHA



26

Rio de Janeiro  
Cidade das pedras

### BRASIL

O caso Battisti

79

### ALIMENTOS

Território de *commodities*  
Segurança alimentar  
ameaçada

92

## DOIS PONTOS

97

### Personagem

Jorge Mautner explica a “amalgama brasileira”

102

### Literatura

• Cláudia Luna. Literatura latino-americana e os desafios da história

• Julio Cortázar. Uma reflexão sobre o difícil equilíbrio entre literatura e política

105

### Pensador

Um brasileiro chamado Milton

109

### Cinema

A arte engajada de Silvio Tendler

113

### Sala Escura

Paulo César Saraceni, cineasta

114

### Beatriz Resende

Indicações de leitura a partir da web

VERSUS  
ACADÊMICA

Dênis de Moraes

Ronaldo Fiani

Guadalupe Fugarolas Álvarez-Ude,  
David Matesanz Gómez e  
Isis Mañalich Gálvez

Núncia Santoro de Constantino

Vanessa Oliveira Batista



“

(...) Em vez de obedecer à história, inventá-la. Ser capaz de imaginar o futuro e não simplesmente aceitá-lo. Para isso é preciso revoltar-se contra a horrenda herança imperial, romper com essa cultura de impotência que diz que você é incapaz de fazer, por isso tem que comprar feito, que diz que você é incapaz de mudar, que aquele que nasceu, como nasceu vai morrer.

**EDUARDO GALEANO,**  
ao responder à pergunta da *Caros Amigos*, sobre o que falta para a América Latina ser completamente independente.

RONALDO SCHEMIDT/AF

“

Pela primeira vez em 500 anos há movimentos rumo a uma verdadeira independência e separação do mundo imperial. Países que historicamente estiveram separados estão começando a se integrar. Esta integração é um pré-requisito para a independência. Historicamente, os EUA derrubaram um governo após outro; agora, já não podem fazê-lo.

RONALDO SCHEMIDT/AF



**NOAM CHOMSKY,**  
ao jornal mexicano *La Jornada*, sobre o cenário político na América Latina.

# VERSUS

“

A importância vital do trabalho produtivo no nosso estágio de desenvolvimento histórico é maior do que antes, não importa o quanto as personificações do capital e seus mercenários intelectuais tentem negá-la em nome do ‘capitalismo avançado’.

**ISTVÁN MÉSZÁROS,**

em depoimento por e-mail à revista *Brasil Socialista*.

“

Hoje, os jovens historiadores gastam muito mais tempo em suas especializações. Quando estão aptos a dar um passo maior, hesitam. A história equivocadamente se afastou da ‘história total’ que fazia Fernand Braudel (1902-1985).

**ERIC HOBSBAWM,**

em entrevista a *Folha de S.Paulo*.

T.C.MALHOTRA/AFP

BIRA SOARES

na internet

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

na internet

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

visite

visite

# NOSSA CAPA



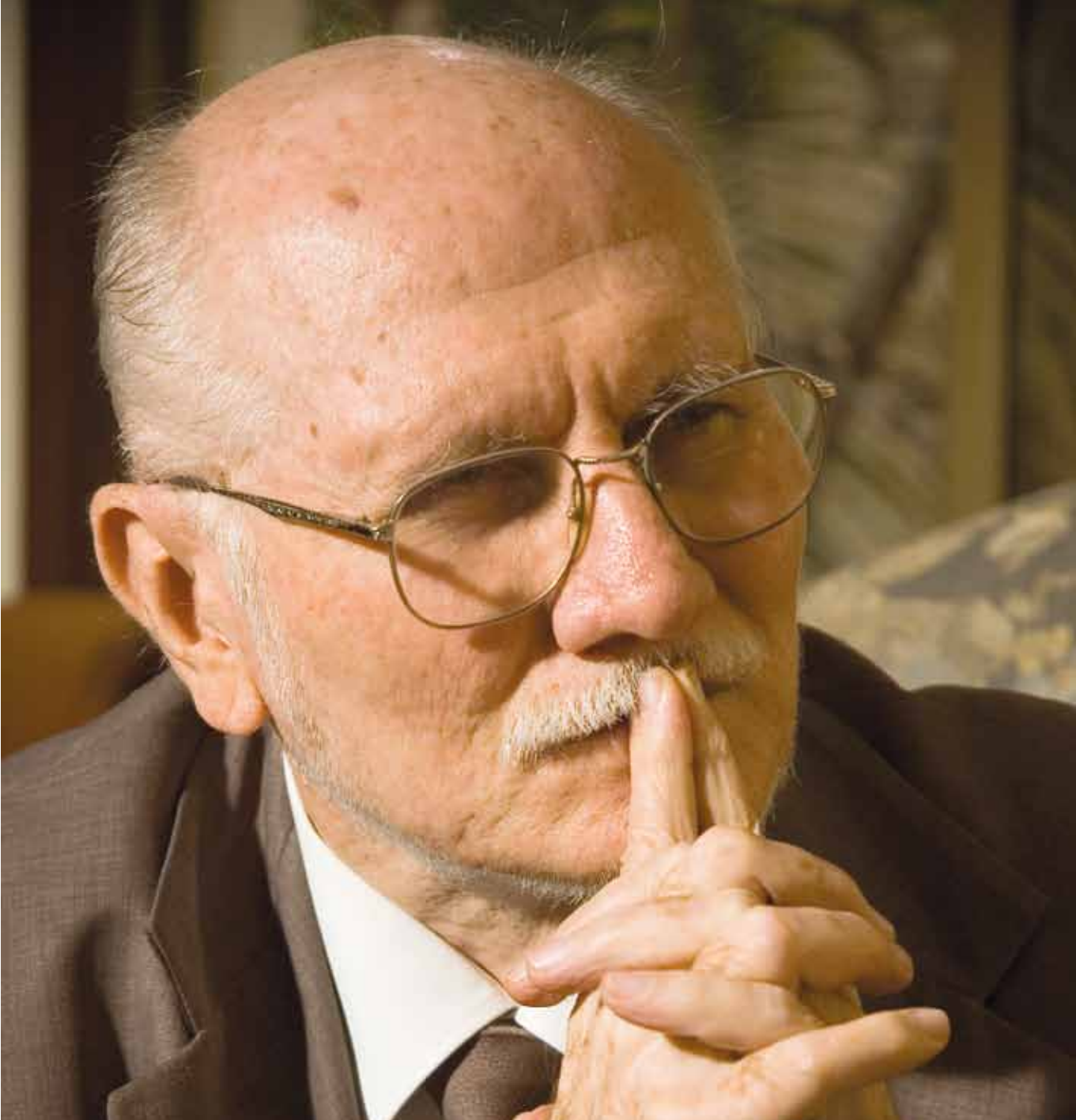
Índia kinikinaua, em registro de João Roberto Ripper. Quando a foto foi feita, há alguns anos, já era centenária e estava abrigada na aldeia Terena em Nioake, Mato Grosso do Sul. Segundo Ripper, era um dos cinco sobreviventes da etnia Kinikinaua, em extinção.



MARCO FERNANDES

O livro *Imagens Humanas*, de João Roberto Ripper, foi lançado em dezembro. É uma coletânea de 195 fotos, capturadas em 35 anos de carreira, que documenta a vida dos despossuídos. Mas o trágico de suas imagens, como já disse aqui na VERSUS, não exclui a beleza.





**ENTREVISTA/** Jorge Giordani

# A dívida social está sendo paga

Em 1989 se dizia que venezuelanos possuíam no exterior US\$ 89 bilhões.  
Mas não eram os 27 milhões de venezuelanos. Era um grupo entre 20 e 30 mil pessoas



---

Luiz Carlos Maranhão

**O** ministro do Planejamento da Venezuela, Jorge Giordani, revelou que o controle da indústria do petróleo para pagamento da dívida social foi um dos objetivos traçados num documento elaborado ainda em 1996 – portanto, três anos antes de Hugo Chávez chegar ao poder. O documento, que ganhou o nome de Alternativa Bolivariana, antecipava as bases do projeto que viria ancorar o governo Chávez, que afastou do poder oligarquias carcomidas, sustentadas pelo butim petroleiro. Jorge Giordani recentemente assumiu uma das vice-presidências do Conselho de Ministro. Na pasta do Planejamento, é um dos arquitetos do projeto bolivariano, quadro de absoluta confiança do presidente – está no governo desde 2 de fevereiro de 1999, quando Chávez assumiu. Antes de chegar ao governo, foi professor universitário. Sua trajetória registra movimentada vida acadêmica, já escreveu mais de 15 livros – um deles sobre Antonio Gramsci. É professor-visitante da London School of Economics.



## A renda do petróleo

A Venezuela é um país que vive da renda do petróleo. Se o PIB da Venezuela é US\$ 300 bilhões, mais ou menos entre US\$ 45 e US\$ 50 bilhões vêm do petróleo. Em 1989 se dizia que os venezuelanos possuíam no exterior US\$ 89 bilhões. Mas não eram os 27 milhões de venezuelanos. Era um grupo entre 20 e 30 mil pessoas. Isso era resultado da forma como era apropriada essa renda, que ficava no exterior nas mãos de poucos. Quando nós preparávamos o primeiro programa de governo – eu estava encarregado deste levantamento e desde então venho trabalhando com o presidente Chávez –, ele estava na prisão, em 1993. Estávamos estimando a dívida social acumulada em US\$ 100 bilhões, aproximadamente. Era uma soma próxima do que o banco Morgan tinha estimado para a fortuna daquelas 30 mil pessoas no exterior. O governo Chávez passou a inverter isso. A renda na Venezuela é propriedade do Estado. Passamos a adotar critérios para a busca de preços justos e volume adequado no mercado de petróleo. E iniciamos a política social inclusiva.

## Os efeitos da crise

Um documento elaborado em 1996, que se chamou Alternativa Bolivariana, já traçava algumas medidas, dentro da perspectiva de poder. A primeira medida seria o controle da indústria petrolífera; a segunda o pagamento da dívida social. Estes dois elementos foram uma constante ao longo deste período. No ano passado (2008) o preço do barril do petróleo chegou a US\$ 120/130. Mas já em dezem-

bro deste ano, os preços caíram para US\$ 35. Quando o mercado petrolífero afeta o mundo inteiro, afeta, sobretudo, a Venezuela. Todavia, a Venezuela resistiu durante 22 trimestres sucessivos com um crescimento do PIB quase superior a 7%. Apenas no segundo trimestre de 2009 veio o crescimento negativo – 1% semestral e 2,4% trimestral. Uma das medidas que foram tomadas para segurar a crise foi a criação de um fundo de desenvolvimento. O que teria acontecido se tivéssemos mantido, como recomendavam os monetaristas, uma reserva de US\$ 60, US\$ 70 bilhões? É como a imagem do religioso que vê uma imagem rica, cheia de ouro, e é pobre. O fundo gerou quase US\$ 56 bilhões dirigidos às escolas, à infraestrutura, ao sistema social para reconstruir o que não havia sido dado nos 40 anos de democracia representativa. Tivemos de combater os efeitos da privatização, que resultou em falta de investimentos. Empresas que foram compradas a preços de banana.

## A transição

Com a chegada do governo do presidente Chávez, em fevereiro de 1999, se inicia um processo de regularização do que era uma crise de legitimação do Estado. Na Venezuela, a partir de 1958, nasce o que chamamos de uma democracia representativa bipolar, uma espécie de *flip flop*, um e outro. Este regime foi se deslegitimando, e tanto é assim que em fevereiro de 1989 acontece a rebelião de Caracazo.<sup>1</sup> Isto não foi organizado nem nada, foi somente uma rebelião popular espontânea que foi reprimida pela força militar e não sabemos quan-

“É como a imagem do religioso que vê uma imagem rica, cheia de ouro, e é pobre

tos mortos tiveram. Isto afetou, inclusive, os elementos mais progressistas das forças armadas, e eles se rebelaram: Chávez em fevereiro, e em novembro outros militares. Havia então um processo de deslegitimação de uma cúpula que se reivindicava representativa. Com a chegada de Chávez à presidência, essa crise começa a ser superada, a partir do controle da riqueza petrolífera e do compromisso com o pagamento da dívida social. Por meio da nova constituição, procura-se criar espaços para o exercício de uma nova democracia participativa e protagônica. Não somente representativa. Um dos reflexos disso: no golpe de abril de 2002 foi o povo mais os componentes das forças armadas que reclamaram a presença de Chávez. Então, o povo venezuelano, um pouco antes e até 2002, foi adquirindo consciência de seus direitos e de poder definir seu próprio futuro.

Depois, em 2003, superada a sabotagem na indústria do petróleo, começaram a se estabelecer as missões sociais, a missão de saúde, a missão de educação, a superar o analfabetismo, o sistema de saúde mudou da assistência primária nas comunidades até os hospitais. É um processo lento pela falta de investimentos sociais anteriores. Tudo isso graças, também, ao povo cubano e aos companheiros médicos, os quais na Venezuela ajudaram a superar essa situação. Essa situação se reflete no resultado da diminuição do índice de pobreza absoluta e relativa, e no cumprimento de algumas metas do milênio que todos os governos firmaram para serem cumpridas até 2015. E algumas metas já foram superadas na Venezuela.

**“Criou-se o fundo com o objetivo de gerar recursos que não fossem para reservas internacionais e fossem orientados para o desenvolvimento**

### **Burocracia emperra**

Os investimentos sociais resultam nesta nova realidade, apesar de todas as deficiências que podem haver, até com a corrupção que existe, pela existência ainda de toda a burocracia e de um aparato de Estado que ainda não foi modificado. Porque era um aparato anterior, 1 milhão e meio de burocratas que não atuam ativamente. Mas atuam passivamente, negando avanços. Trata-se de uma força burocrática passiva, lenta, que não se modifica facilmente, ainda que o aparato do Estado não seja tão grande como em outros países. Então temos de superar essas restrições para avançar com o projeto social que se tem e que tem de ser permanente. Nem nos momentos economicamente mais adversos os recursos não deixaram de ser investidos na saúde, na educação. E continuamos tendo sérios problemas na moradia, sobretudo pela concentração nas grandes cidades, o que se agravou nos anos 50 e 60, como na maioria da América Latina. Principalmente com soluções que não se resolveram, nem na Venezuela nem em nenhum país latino-americano, porque sempre se crê que as pessoas que vivem nas cidades têm uma expectativa de vida melhor. E é embuste. Tivemos de tomar uma série de medidas para não retroceder, consolidar no que avançamos e aprofundar o pagamento da dívida social.

<sup>1</sup> Caracazo foi uma explosão social ocorrida na Venezuela em fevereiro de 1989 em repúdio ao pacote de medidas econômicas neoliberais imposto pelo governo de Carlos Andrés Pérez.



# O socialismo no século XXI

“o povo foi adquirindo uma consciência de seus direitos e de poder definir seu próprio futuro”

**VERSUS** O que seria esse socialismo do século XXI que a Venezuela reivindica dentro do projeto bolivariano?

**Giordani** Bem, primeiramente eu não falo de um socialismo do século XXI, porque o socialismo não é do século XXI. As lutas pelo socialismo têm séculos, como os movimentos de trabalhadores na Europa. Falo em socialismo no século XXI porque, do contrário, seria não reconhecer a luta de tanta gente que morreu. Cito Gramsci, Rosa Luxemburgo, o próprio Lênin, Mao, a resistência de Cuba por 50 anos. Então, precisamos ver que o que temos no século XXI vem de diversos problemas: a desigualdade, a fome, a exploração que segue a

lógica do capital e foi globalizada. Então prefiro dizer de um socialismo no século XXI. Não é só uma questão da palavra, e sim reconhecer historicamente a luta socialista. Meu pai foi brigadista na brigada internacional e lutou pela república espanhola contra os exércitos fascistas de Mussolini.

**V** E qual a situação do socialismo no século XXI?

**G** O que está se passando na Itália? Onde está o partido comunista na Itália no século XXI? Desapareceu. Já não se fala em comunismo, não se fala em socialismo, se fala em democracia e os partidos se aliaram. Existe uma postura de conservadorismo na Europa e também em

certos lugares da América Latina. Então, precisamos seguir combatendo para construir o socialismo. E é importante observar que não conseguiremos construir o socialismo em um só país. É uma internacional socialista, e sabemos o que isso significa, ou *a la* germânica ou *a la* italiana ou *a la* japonesa, se quiserem. Mas tem de ser internacional e também tem de resolver os problemas, e terá possivelmente características particulares.

#### V E o caso venezuelano?

**G** O caso venezuelano, historicamente, não pode ser comparado, por exemplo, ao Brasil. A Venezuela se liberou com Simon Bolívar há 200 anos. A Venezuela é o único país que em toda a sua história não ganhou nenhum centímetro de território de outros países, e perdeu sempre. Bolívar foi à Colômbia, foi ao Equador, Bolívia, Panamá, Peru, a outros países. A Venezuela era a grande pátria-mãe, o grande projeto de Martí, um grande sentimento. Então o projeto bolivariano tem suas raízes históricas particulares que não virão a ser as que determinam estruturalmente o socialismo no século XXI, mas sim algumas particularidades, inclusive a mesma figura do próprio presidente (assim como Simon Bolívar), que é um militar. Quando se fala de um militar, se pensa nas nossas nefastas experiências com militares na América Latina. Mas na Venezuela um militar assumiu a bandeira do socialismo. Então esse é um processo que se constrói, como se supera a crise de legitimação do Estado, um processo importante.

#### V Então o socialismo é o objetivo estratégico?



**“ Já não se fala em comunismo, não se fala em socialismo, se fala em democracia e os partidos se aliaram**

**G** Isso é o que queremos fazer, mas no campo político se pode dar mudanças a curto prazo. No campo econômico, é muito mais difícil. E nós queremos a renda da renda do petróleo. Algumas pessoas diziam que a renda era um caminho para a construção do capitalismo. Nós estamos falando de um socialismo rentístico. Parece um paradoxo, mas precisamos utilizar a captação dessa renda para pagar a dívida social e para reconstruir o país. E porque não para ajudar também outros países que têm menos recursos ainda. A classe republicana chega e diz que nós não devemos ajudar, mas o socialismo internacional é solidário, então podemos ajudar outros países, como é o caso da América Central. Então, é isso que nós queremos, não só o sonho de Bolívar, mas também de todos os socialistas.



**V** O senhor identifica alguma disputa de hegemonia no continente entre Brasil e Venezuela?

**G** Teríamos de buscar as relações de complementaridade. Abreu de Lima<sup>1</sup> participou na Venezuela, com Simon Bolívar. Para isso teremos de fazer um grande esforço, esforço este que tem de ser feito com qualquer governo da América Latina que se diga progressista sem se meter na vida dos outros países, respeitando-os. Para isso precisamos estabelecer relações de cooperação, de intercâmbio. Temos diferenças, é claro. Mas tudo isso é parte de como queremos construir o socialismo com diversidade de propostas e (não) para que tenhamos um só modelo, respeitando o caso da Bolívia, agora do Equador. Acredito que o Brasil tenha reservas morais e intelectuais e também uma

**“ (...) o socialismo internacional é solidário, então podemos ajudar outros países**

história. O Brasil não participou de guerra, seu próprio aporte histórico não foi a partir de uma guerra, nós nascemos a partir de uma guerra de libertação imperialista. São processos traumáticos de fatos históricos diferenciados. Então, por tudo isso temos de usar o que nos une. E não o que nos separa.

**V** No Brasil muita gente identifica nas grandes corporações da mídia o verdadeiro partido da direita, são as grandes corporações de mídia. Na Venezuela os embates da mídia privada com o governo são abertos.

**G** A oposição política na Venezuela se dá através dos meios de comunicação, porque os partidos tradicionais desapareceram. Aquela bipolaridade entre ação democrática, social-democrata e social cristã desapareceu. Então essa bipolaridade que construiu a legitimidade da democracia representativa virou fumaça porque entrou em crise. Na Venezuela, os meios de comunicação, a televisão, as rádios, a imprensa, assumiram, digamos assim, a oposição política. Porque isso é uma disputa de hegemonia, os grupos transnacionais com os meios de comunicação e a Igreja nos seus setores mais conservadores fizeram este pacto. A alta hierarquia se articula aos meios de comunicação, que estão em poder das grandes empresas internacionais. E o governo americano certamente não pode permitir que uma experiência diferente possa acontecer na América Latina.

<sup>1</sup> O militar brasileiro José Inácio de Abreu e Lima incorporou-se ao exército de Bolívar, com a patente de capitão, e participou das batalhas decisivas da luta de libertação da Venezuela e Colômbia.



ENTREVISTA / Miguel Carvajal

# Tensão na América do Sul

Equador exige garantias de que bases norte-americanas não serão usadas contra os interesses da soberania do país

Da redação

A utilização de bases militares na Colômbia pelos EUA põe em questão a segurança e soberania nacional dos países da região. A opinião é do ministro da Segurança Interna e Externa do Equador, Miguel Carvajal. Segundo o ministro, a capacidade operativa dessas bases vai muito além do necessário para o combate ao narcotráfico e às Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), argumento utilizado pelo governo de Álvaro Uribe para justificá-las. Desde a crise aberta entre Equador e Colômbia, quando uma operação do exército de Álvaro Uribe em zona de fronteira matou o dirigente das Farcs, Raúl Reis, em março de 2008, que a confiança entre os dois países está abalada. O acordo entre a Colômbia e os militares norte-americanos fez recrudescer a tensão na região. Miguel Carvajal é um jovem sociólogo alçado a cargo de responsabilidade estratégica no governo de Rafael Correa. Dentro da estrutura de governo criada por Correa para aumentar a eficiência da máquina administrativa e liberar os quadros políticos de funções burocráticas, ele coordena outros ministérios e secretarias, entre as quais a da Inteligência. Em rápida passagem pelo Brasil, Carvajal conversou com VERSUS. Veja os principais trechos.





**“Precisamos fazer análises substantivas, nas quais se aprofunde a questão da segurança mútua**

**VERSUS** O senhor recentemente numa entrevista disse que o acordo militar dos Estados Unidos com a Colômbia não era bom para consolidar a América Latina como uma região de paz. Este acordo está firmado, sacramentado. Quais as consequências?

**CARVAJAL** Equador voltou aos 11 países da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e temos expressado nossas preocupações em relação à situação da Colômbia com os Estados Unidos. O argumento para justificar é a luta contra o narcotráfico e, pela primeira vez, a luta dos grupos guerrilheiros colombianos, as Farc. Nós não encontramos uma coerência entre esse argumento formal e a capacidade de operação que pode ocorrer nestas bases. Nós estamos, por exemplo, falando da base de Palanquero, que tinha capacidade para 120 aviões e ia ser ampliada. Ampliada a capacidade para guardar aviões e armazenar combustíveis. Falamos que a instalação das sete bases também foi programada dentro das políticas de defesa que permita ter a base de Palanquero e outras bases de Colômbia capacidade para que ocorram voos diretos, por exemplo, saindo de Bogotá até chegar a Buenos Aires e regressar sem necessidade de reabastecimento. Capacidade para chegar até a costa da África e regressar. Nos parece que essas capacidades operativas a serem instaladas na Colômbia vão muito além, são muitos maiores do necessário para o combate ao narcotráfico. Essas são as preocupações. Os países pedem maiores explicações. Temos de ter e conhecer as letras pequenas do acordo. Senão não teremos garantias de que este equipamento militar não vai ser usado contra os interesses da soberania do país.

**V** Como que o governo Uribe tem reagido aos pedidos de esclare-

cimento de informações sobre o assunto?

**G** O Equador, o Brasil e outros países, pedimos garantias formais e a resposta do governo colombiano foi firmar o acordo e depois discutir. Isso vai ser analisado na reunião da Unasul. Queremos conhecer os detalhes dos acordos e evidentemente precisamos identificar quais são as formas pelas quais serão dadas as garantias formais aos países, para garantir nossos interesses. Existe um contexto de preocupações que são importantes, que envolvem a segurança de nações.

**V** Qual será a linha de ação do Equador, que no momento exerce a presidência da Unasul, para enfrentar a questão?

**G** Nosso objetivo é a recuperação da confiança mútua entre todos os países da região. Vamos nos reunir para discutir os detalhes desse acordo. Insistimos nas garantias formais da Colômbia em relação ao assunto, sem ferir a decisão soberana do país. Precisamos fazer análises substantivas, nas quais se aprofunde a questão da segurança mútua. Existem capacidades de verificação de um país em favor de outros países com relação à implementação de mecanismos de defesa. Temos capacidade de conhecer quais tipos de operações serão feitas nas bases colombianas utilizadas pelos Estados Unidos. Temos as condições para receber estas informações e discuti-las de maneira clara. Esta é nossa posição em busca de um conjunto de medidas que ajudem para que haja uma recuperação para a confiança mútua. E uma cooperação na ligação entre Equador e Colômbia. Então precisamos avançar nessa perspectiva, e creio que também é um passo importante para a Venezuela recuperar a relação de confiança com a Colômbia.

# Vida de estrangeiro

Êxodo silencioso de migrantes constitui fragmentada diáspora, em que os dramas se multiplicam

---

Pablo Kaschner\*

*Sozinho vou com minha dor  
Escolho minha sentença  
Correr é meu destino  
Para escapar da lei*

*Perdido no coração  
Da grande Babilônia  
Me chamam de clandestino  
Por não ter identidade\*\**

\*\* Tradução livre de trecho da música "Clandestino", de Manu Chao.

**Perdida no** coração da grande Babilônia carioca, a família de músicos Morales Losa vive da venda de CDs de música folclórica. Saído da cidade equatoriana de Otavalo no início do ano, o grupo de 13 pessoas passou por Argentina e Uruguai, antes de desembarcar em território brasileiro e se encantar com o Rio de Janeiro. Franklin Enrique, de 25 anos, conta que eles agora pretendem fincar raízes.

O único obstáculo é o fato de a família ter chegado no Brasil em 17 de fevereiro, poucos dias após o prazo-limite concedido pelo governo para que se consiga a anistia (veja matéria a seguir). "Quando estávamos em São Paulo, nos disseram que poderíamos tirar o documento, mas fomos enganados. Queremos colocar as crianças na escola", conta Franklin, um dos únicos dos Morales Losa que tem o visto permanente, graças a Inti Tuparic, seu filho brasileiro de oito meses, cujo nome significa "caminho do sol" em quíchua.

Kelly John é nigeriano. Em 2007 ele saiu de Lagos, cidade

mais populosa do país africano, fugindo da guerra civil. Aos 20 anos, já levava consigo as marcas da violência: pai e mãe mortos na guerra. Mas carregava também a esperança de um dia se tornar jogador profissional de futebol, paixão que o levou a escolher o Brasil como destino. Dois anos após desembarcar de um navio que trazia outros refugiados, Kelly continua alimentando o sonho que divide com tantos brasileiros. Por conta disso, joga três vezes por semana nos campos de gramado sintético do Aterro do Flamengo, no ataque do time de pelada Amanhã Futebol Clube. Ele conta que chegou a atuar três meses pelo Esporte Clube Social Cristão, do Rio de Janeiro, e que a possibilidade de fazer um teste para o Goiás esbarrou, então, no fato de estar indocumentado. Hoje, já regularizado, anistiado e de carteira de trabalho em punho, ele espera por uma oportunidade de trabalho, ainda que longe dos gramados. "Tenho que correr atrás de alguma coisa, seja qual for a área. Sou trabalhador por natureza, não

---

\* Pablo Cermeño Mendonça Kaschner é brasileiro, filho de alemão, neto de argentina e bisneto de espanhóis. Legítimo fruto, portanto, de diversos processos migratórios.



**MENINO DO RIO** Com o Cristo Redentor tatuado no braço, o nigeriano Kelly John se prepara para jogar futebol

# “Aquele que discrimina devia atentar para o fato de que há cerca de cinco milhões de brasileiros tentando a vida fora do país

*Pde. Mario Geremia, do Centro Pastoral do Migrante*

PABLO KASCHNER



**MISTURA** Hello Kitty e trajes típicos nas apresentações da família Morales Losa

gosto de pedir dinheiro”, afirma.

Ao final da entrevista, Kelly abdica de jogar mais uma partida para me perguntar se tenho “alguma coisa para arranjar” para ele. Prometo indicá-lo, caso saiba de algo, ainda que ciente de que a tarefa não seja das mais fáceis. Enquanto isso, ele aposta no Amanhã.

Depois de viver quase um terço de seus 25 anos em solo brasileiro, o cabo-verdiano Edmir Ferreira agora tenta a anistia para garantir portas abertas por aqui. “Eddie”, eis seu apelido, chegou em 2001 para estudar arquitetura, influenciado pelo irmão que já vivia no Brasil. Após algumas renovações do visto temporário de estudante, que tem duração de um ano, seu

documento acabou expirando. Nascia, assim, mais um clandestino, mesmo que neste caso nossa personagem tivesse condições de regularizar sua situação. Isso por conta de outro nascimento, o de Marco, filho brasileiro de Edmir que hoje, aos quatro anos, vive em Cabo Verde com a mãe. “Cheguei a dar entrada no pedido de visto permanente, mas era tanta burocracia que desisti no meio do processo, também porque tive que voltar a Cabo Verde neste ínterim”, conta ele.

Mesmo com a volta marcada para sua terra natal, Edmir se propôs a tentar a anistia por conta de planos de voltar a morar no Brasil. “Aqui é muito parecido com Cabo Verde, com pessoas humildes e muito acolhedoras. É claro que há problemas. Sinto um preconceito camuflado. Um amigo cabo-verdiano foi baleado pela polícia simplesmente porque morava perto de uma favela. Concluíram que era bandido. A única coisa que às vezes me faz sentir um estranho no ninho é a violência, que assusta um pouco”, relata o arquiteto.

Unidas por trajetórias que costumam ter um enredo comum – o sonho do eldorado, mesmo que nos dias atuais isso represente tão somente melhores condições de vida –, milhões de pessoas enfrentam todo tipo de obstáculo nos países-destino e não raramente encaram a maior barreira de todas: o preconceito.

E é justamente para evitá-lo que a irmã Rosita Milesi, diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), recrimina o uso da palavra “ilegal” para definir quem está em situação irregular. “Evitamos referências que possam criminalizar seja o migrante, seja o ato de migrar. A migração não é um crime; é um direito do ser humano.”

# Anistia para imigrantes

**Em 2 de julho** último o Governo Federal sancionou a Lei nº 11.961, mais conhecida como Lei da Anistia, que possibilita a legalização de imigrantes em situação irregular que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009. O deputado federal William Woo (PPS/SP) é o autor do projeto que originou a lei. Ele diz que a medida faz jus à fama de que o povo brasileiro tende a ser acolhedor. “Nenhuma comunidade vive em guetos no Brasil. Árabes e judeus; chineses e japoneses, todos convivem harmonicamente. O mundo devia aprender a ser como nós, um povo multicultural, multirracial e multirreligioso. O Brasil está dando um exemplo ao planeta”, exalta.

Filho de pai japonês e mãe chinesa – os dois migraram para o Brasil na década de 1960 em busca de trabalho –, Woo só critica a pouca divulgação da Lei. “Na Anistia de 1998, houve uma campanha muito melhor realizada. Mesmo com o processo menos custoso e burocrático que se tem agora, há uma adesão menor desta vez”, lamenta. Ele admite existir quem não regularize sua situação para não ter de pagar impostos, mas acredita que seja uma pequena parcela dos imigrantes. “A grande maioria que não está se regularizando é por falta de informação mesmo. Deveria haver uma campanha mais intensa, na qual se utilize os grandes meios de massa”, defende.

Na condição de indocumentados, os migrantes costumam ter acesso somente a atendimento médico de emergência. Com a aquisição do registro de residência provisória, elas poderão pleitear seus direitos

trabalhistas, bem como possuir documentos como carteira de identidade de estrangeiro, CPF e carteira de motorista. Além disso, passam a ter acesso aos serviços básicos de qualquer cidadão, como educação, saúde, INSS, justiça e moradia. Os documentos regularizados permitem também que os estrangeiros tenham conta em banco, acesso a crédito e abram uma empresa. Com isso, espera-se coibir a atuação de redes criminosas que, segundo estimativas de organizações internacionais, são responsáveis pelo tráfico de cerca de dois milhões de pessoas anualmente e mantêm, em todo o mundo, 12,3 milhões de indivíduos em condições de trabalho forçado ou escravo.

“O mundo devia aprender a ser como nós, um povo multicultural, multirracial e multirreligioso

*William Woo, autor do projeto que originou a Lei da Anistia*

ORLANDO SIERRA/AFP



**CLAMOR** Migrante latino apela por reconhecimento

# O drama dos indocumentados

**Segundo a irmã Rosita,** do IMDH, os migrantes em situação irregular não são uma categoria homogênea, e o que se pode considerar comum, nesta população, é a informalidade do trabalho e a discriminação sofrida em relação à remuneração, leis sociais e falta de proteção como trabalhadores. “Outro aspecto triste desta realidade é a condição muitas vezes desumana e degradante a que são submetidos os migrantes, particularmente os indocumentados. Eles vivem anônimos, escondidos, explorados”, lamenta.

A maioria dos latinos trabalha em confecções, comércios ou vendendo artesanatos. Dos que se dedicam à manufatura têxtil, sobressaem-se bolivianos e paraguaios, que se destacam nesse tipo de ati-

dade por conta da experiência que trazem de seus países de origem. Além disso, devido à cultura de vida em comunidade, é recorrente que trabalhem, comam e durmam na mesma casa, o que acaba por reduzir os gastos. Por outro lado, trabalha-se muito mais, já que não há expediente formalizado e, conseqüentemente, não há horário para a labuta: toda hora é hora. Muitos latino-americanos se dedicam a lecionar em escolas de idiomas e a realizar serviços em áreas como construção civil e telemarketing internacional, em empresas de pequeno e médio porte, invariavelmente sem registro em carteira. Alguns dos imigrantes chegam a praticar atividades ilícitas ou até criminosas.

Orientais se dedicam mais à

agricultura, à gastronomia e ao comércio, e africanos, muitos dos quais saem de seus países por conta de conflitos armados, costumam recorrer mais a “bicos”, de acordo com o padre Mario Geremia, do Centro Pastoral do Migrante (CPM). Segundo ele, apenas a Igreja e algumas ONGs olham para a árdua vida dos imigrantes. “Há muito preconceito e infelizmente ainda há muitos que pensam que eles tiram emprego dos nativos. Aquele que discrimina devia atentar para o fato de que há cerca de cinco milhões de brasileiros tentando a vida fora do país. O trabalho é um direito universal; não uma propriedade privada. Além disso, vale lembrar que os imigrantes construíram boa parte do Brasil”, argumenta.

O processo de regularização de migrantes tem dado importantes passos nos últimos anos, mas ainda assim há um caminho a se trilhar. A opinião é da irmã Rosita. Segundo ela, o Brasil deve promover a ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1990. “Assim, o Estado brasileiro fortalecerá a efetiva proteção a todos os trabalhadores migrantes, estejam ou não em situação regular, e contribuirá para um verdadeiro processo de globalização, sobrepondo uma cidadania global a sentimentos nacionalistas e lutando contra a xenofobia”, defende. Dessa maneira, povos que ajudaram a formar essa genuína mistura que é o Brasil podem sentir novamente a experiência da cidadania, algo que deveria ser direito universal.

**“A migração não é um crime; é um direito do ser humano**

*Rosita Milesi, diretora do IMDH*

ARQUIVO PESSOAL



# Número maior de latinos

**De onde vêm?** Em terras tupiniquins, latino-americanos representam o maior contingente de estrangeiros legalizados, seguidos por orientais e africanos. As cerca de um milhão de pessoas nesta situação, acrescenta-se uma grande quantidade de indocumentados. Apesar de não haver números oficiais sobre a quantidade de imigrantes irregulares no território brasileiro – por conta do constante fluxo migratório e da própria característica desta po-

pulação, que não está cadastrada –, a Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (Aneib) estima que sejam cerca de 60 mil. Já de acordo com o Ministério do Trabalho, os indocumentados no país seriam em torno de 180 mil, total que representa cerca de 20% do número de estrangeiros registrados.

Segundo dados da Polícia Federal, até o dia 23 de outubro de 2009, 25.691 imigrantes haviam dado entrada no pedido de anis-

tia, a maioria bolivianos (8.236), seguidos por chineses (3.865), peruanos (3.398), paraguaios (2.832), sul-coreanos (961), libaneses (805), portugueses (579), senegaleses (519), chilenos (414), angolanos (396) e nigerianos (364).

**Onde vivem?** Em grandes cidades, eles costumam se alojar em locais próximos ao centro, onde conseguem alugar apartamentos a baixo custo, por conta da deterioração dos bairros.

SAMUEL ARANDA/AFP

# ONU combate discriminação

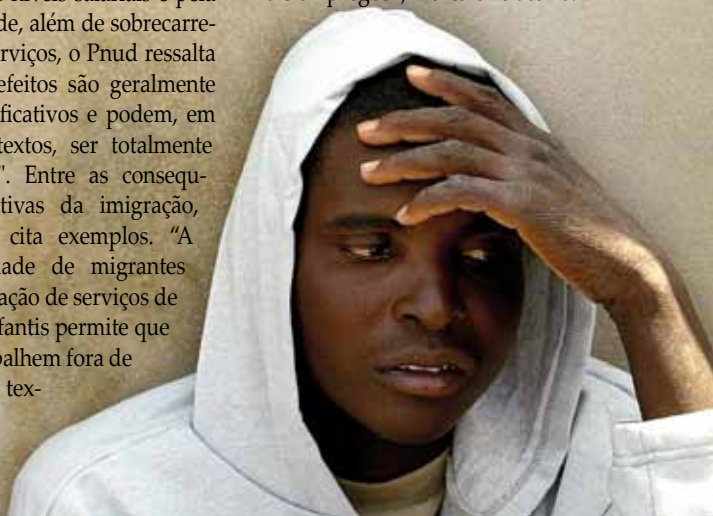
**Argelinos na França,** turcos na Alemanha, latinos na Espanha. Exemplos não faltam. O que, sim, costuma faltar, são exemplos de como lidar com a questão, tão delicada e cada vez mais premente na geopolítica atual. Não por acaso, o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) procura desfazer alguns mitos em torno da migração e enfatiza a necessidade de os governos se conscientizarem sobre as vantagens, inclusive econômicas, oferecidas pelos trabalhadores que vêm de outros países, especialmente em um momento de crise econômica e desemprego.

A ideia de que a migração traz benefícios ao país-destino dos deslocados pode parecer nova para muitos, e vai na contramão de recentes políticas desenvolvidas por nações europeias, que acabam por reforçar o senso comum de que es-

trangeiros “roubam emprego” dos nativos. De fato, esta é uma concepção bastante arraigada no imaginário coletivo, e talvez por isso afirmar que “os migrantes estimulam a produtividade e dão mais do que aquilo que recebem”, como o faz Jeni Klugman, principal autora do estudo, possa soar como disparate aos ouvidos de desavisados – que, infelizmente, não são poucos.

Para os que acreditam que os estrangeiros são responsáveis pela redução dos níveis salariais e pela criminalidade, além de sobrecarregarem os serviços, o Pnud ressalta que “estes efeitos são geralmente pouco significativos e podem, em alguns contextos, ser totalmente inexistentes”. Entre as consequências positivas da imigração, o relatório cita exemplos. “A disponibilidade de migrantes para a prestação de serviços de cuidados infantis permite que as mães trabalhem fora de casa”, cita o tex-

to. Além disso, o documento destaca que as remessas enviadas por imigrantes a familiares provocam impactos positivos nos países de origem. “Com rendimentos maiores, as pessoas consomem mais, conseguem ter melhor educação e condições de saúde e acabam tendo uma melhora nos níveis cultural e social, além de se abrirem para novos comportamentos vindos de fora. Esse movimento na economia leva ainda à criação de mais empregos”, indica o relatório.



# Imigração e

Carlos Nogueira \*

**D**e meados do século XVIII ao início do século XX intensificaram-se as políticas públicas objetivando a imigração europeia para o Brasil. Os portugueses, italianos e espanhóis que migraram entre 1850 e 1932 concentraram-se em quase sua totalidade em São Paulo, nos estados do sul e no Rio

de Janeiro. A predominância da mão de obra europeia nas atividades artesanais e industriais alijou completamente do emergente mercado a população negra e mestiça.

Com base nas teorias raciais da época, uma das vertentes desse processo era o “branqueamento” da sociedade. A mão de obra desejada era a estrangeira, sem mácula, não a do negro, degradada pela

\* Pesquisador graduado em Letras (UFRJ) e mestre em Memória Social (Unirio).



# racismo

escravidão. O racismo que norteia a imigração europeia para o Brasil encontra a sua suposta base “científica” em obras como o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, do Conde de Gobineau, publicado em 1854.

Gobineau foi designado ministro plenipotenciário de França perante a Corte do Brasil, na embaixada do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1868. Na conclusão de seu *Ensaio*, afirma: “As duas variedades da nossa espécie, a raça negra e a raça amarela, são o fundo grosseiro, o algodão e a lã, que as famílias secundárias da raça branca amolecem, nele misturando a sua seda, enquanto que o grupo ariano, fazendo circular suas redes mais finas através de gerações enobrecidas, aplica na superfície seus arabescos de prata e de ouro.”

Sobre os brasileiros, declara em carta de 1869: “É preciso confessá-lo: a maior parte do que se conhece como brasileiro se compõe de sangue misturado, mulatos, caboclos de graus diferentes (...). O senhor Barão de Cotegipe é mulato. Sem entrar na apreciação das qualidades físicas ou morais destas variedades, é impossível desconhecer que não são nem trabalhadores nem fecundos.”

Em 1890, dos 89 mil trabalhadores que atuavam no Rio de Janeiro, mais da metade era de europeus, que detinham as melhores remunerações. Entre os negros, 48% exerciam atividades domésticas, 17% eram operários, 18% não ti-

nham profissão definida e 17% exerciam atividades extrativistas, na lavoura e na pecuária.

**De acordo com o pesquisador Petrónio José Domingues, na cidade de São Paulo, o projeto da ideologia de branqueamento da elite brasileira foi se consolidando gradativamente. De acordo com o censo de 1872, os negros da cidade representavam 37,2% da população. Em 1893 a presença dos negros declinou para 11,1%, e o censo de 1934 revelou que o percentual da presença dos negros na cidade caiu para 8,5%.**

No Estado Novo, de 1937 a 1945, numa atmosfera de terror, torturas, perseguições e deportações, foi criada a política de assimilação de imigrantes estrangeiros. Nesse período leis foram editadas e atingiram diretamente os imigrantes alemães, italianos, judeus e japoneses.

Na Constituição de 1934, uma das mais draconianas da nossa história, há um dispositivo que estabelece que: “É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena” (Artigo 121, parágrafo sétimo).

A assimilação forçada começou de fato em 1937, e o obscurantismo se instaurou através de leis federais e estaduais que proibiam o ensino de língua estrangeira no território brasileiro, e consideravam as atividades associativas e culturais

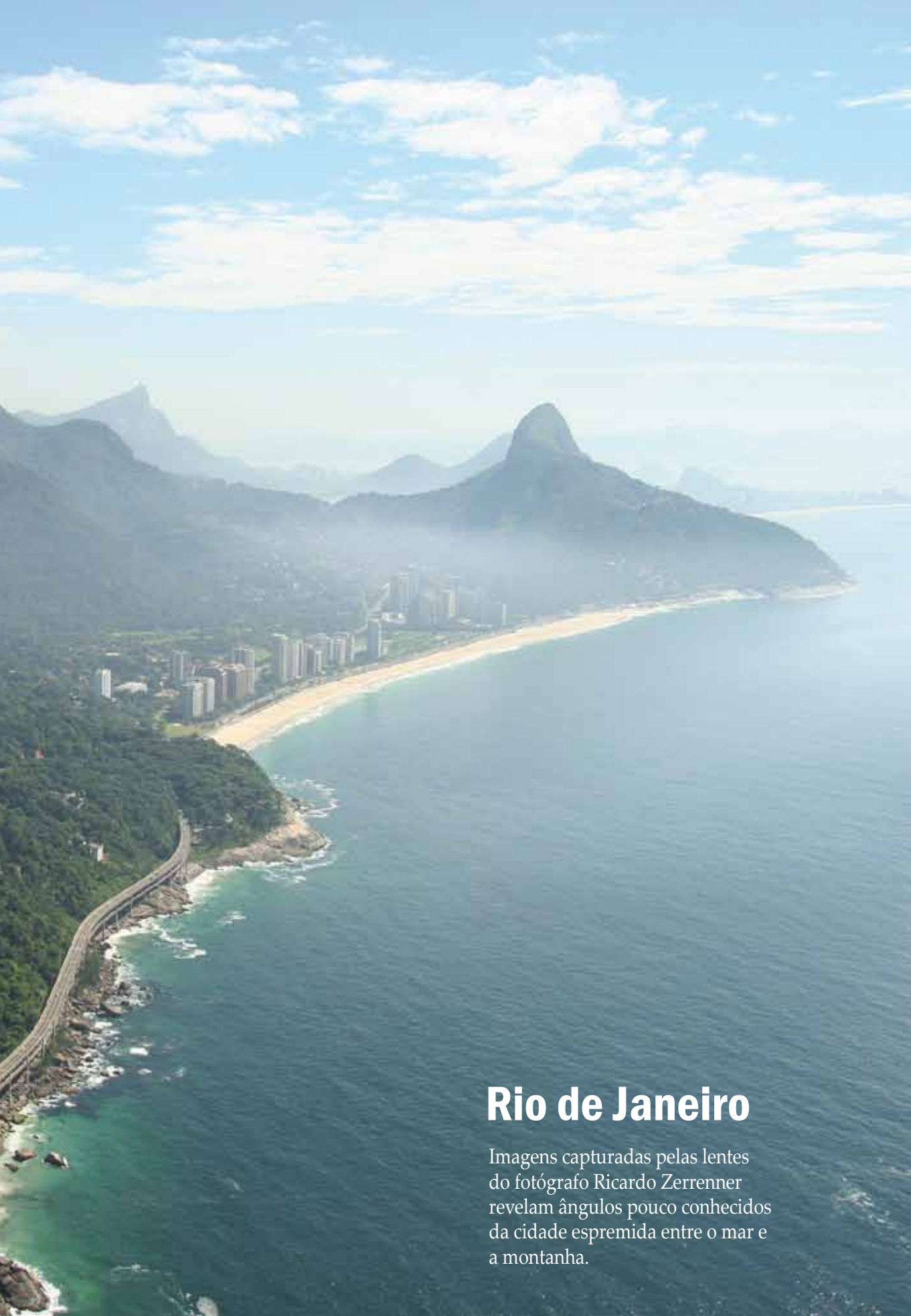
dos estrangeiros como criminosas. Em São Paulo, houve expropriações de pequenas propriedades e no interior, na cidade de Lins, um colégio japonês foi desativado e transformado em quartel.

Observamos que no processo histórico da formulação de políticas públicas para a imigração no Brasil a questão racial sempre esteve presente, e apesar da tentativa da elite brasileira, em diversos momentos, negar a nossa formação multicultural e étnica como um dos traços de identidade, o conceito de antropofagia cultural – o brasileiro se apropria dos aspectos positivos de outras culturas para transformá-los em identidade própria –, cunhado pelo Movimento Modernista Brasileiro, é o que nos traduz.

## REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, Petronio José. Negros de alma branca? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915 – 1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002., pp. 563-599.
- HÄLSENBALG, Carlos. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice Editora, 1988.
- LOPES, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1992.
- MUNIZ SODRÉ. *A verdade seduzida*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.
- NOGUEIRA, Carlos A.A. No São Carlos era assim ...memória e identidade no universo do samba. Monografia de Mestrado em *Memória Social e Documento*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000.
- OCADA, Fabio Kazuo. Uma reconstrução da memória da migração japonesa no Brasil. *Téria & Pesquisa*, jul/dez 2006, n. 49, 2006, pp. 141-164.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 7, dezembro 1996: 134-149. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/ibros/Brasil/estudos/sete/petruc7.htm>>. Acesso em: 31/10/2009.





## Rio de Janeiro

Imagens capturadas pelas lentes do fotógrafo Ricardo Zerrenner revelam ângulos pouco conhecidos da cidade espremida entre o mar e a montanha.

TRILHA





TRILHA



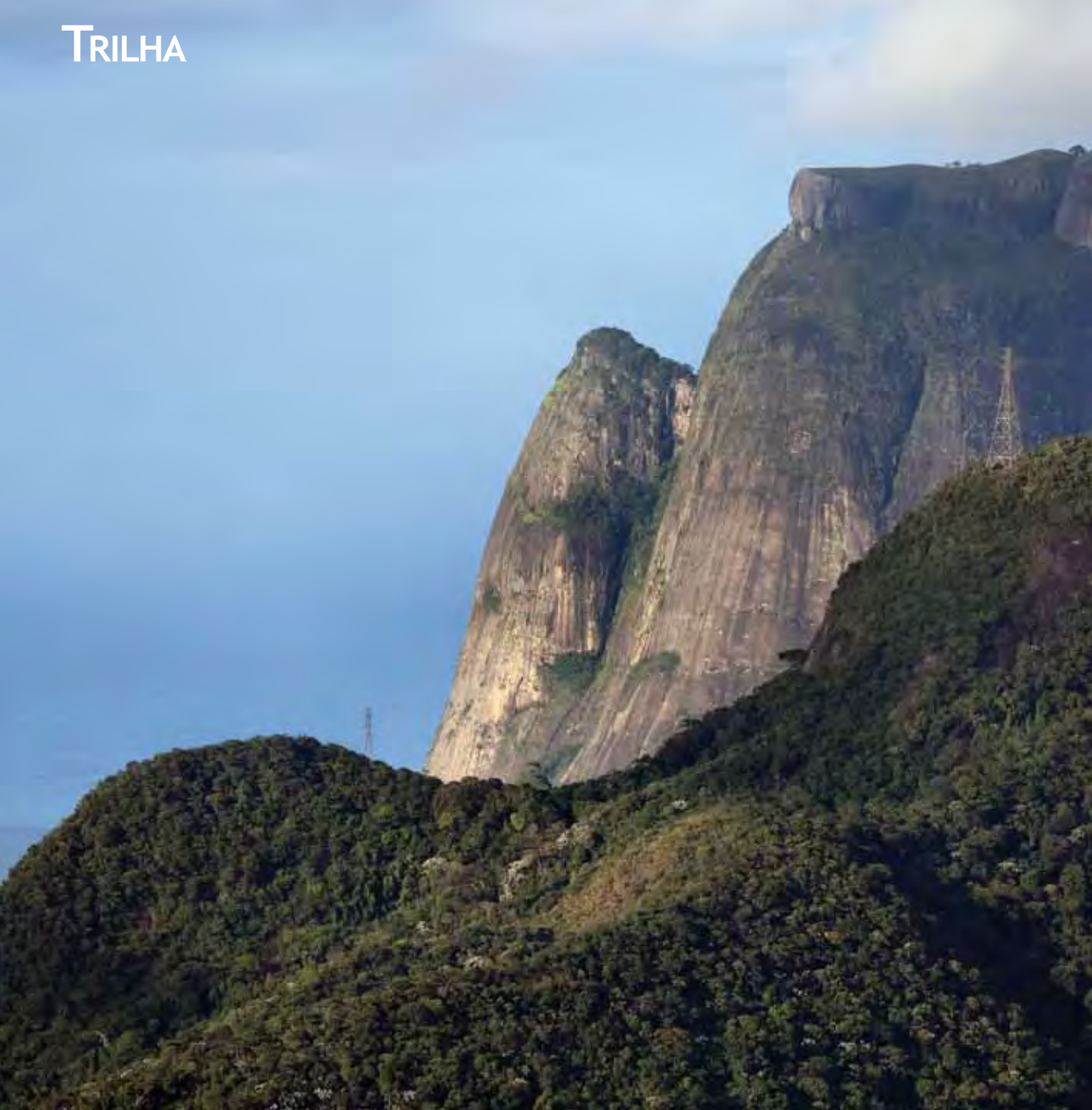


TRILHA









Ricardo Zerrenner é fotógrafo, carioca de 52 anos. Abandonou a vida de executivo para se dedicar integralmente à fotografia. Seu interesse pelas curvas da paisagem do Rio aumentou depois que passou a residir na cidade de Niterói. “No ano 2000 fui morar em Niterói e descobri a face do Rio pela qual me apaixonei. Era o Rio visto do outro lado da baía”, diz. O trabalho de Ricardo Zerrenner pode ser conferido no site. <http://www.zerrenner.fot.br>.

# Artigos

## **Governos progressistas e a batalha pela democratização da comunicação na América Latina**

Dênis de Moraes

**Pág. 36**

## **A utilização de bases militares na Colômbia pelos Estados Unidos, a reativação da IV Frota da Marinha norte-americana e as relações militares entre Venezuela e Rússia – os problemas da abordagem da segurança pós-Guerra Fria como problema regional**

Ronaldo Fiani

**Pág. 44**

## **Porto Alegre polifônica: mulheres de outro mundo**

Núncia Santoro de Constantino

**Pág. 52**

## **Empirical evidence of the balance of payments constrained growth in Cuba. The effects of comercial regimes since 1960.**

Guadalupe Fugarolas Álvarez-Ude

David Matesanz Gómez

Isis Mañalich Gálvez

**Pág. 58**

## **O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória**

Vanessa Oliveira Batista

**Pág. 68**

**VERSUS**  
ACADÊMICA

# Governos progressistas e a batalha pela democratização da comunicação na América Latina\*

Dênis de Moraes\*\*

## Introdução

Nos últimos anos, governos eleitos em países da América Latina com as bandeiras da justiça social e de transformações econômicas, políticas e culturais<sup>1</sup> incluíram a democratização dos sistemas de comunicação em suas agendas de prioridades. Pela primeira vez, políticas e ações públicas tentam reverter o quadro de aguda concentração da mídia nas mãos de um número reduzido de corporações. Com intensidades que variam de país para país, as iniciativas governamentais desenrolam-se em

meio a duras batalhas ideológicas pelo controle do imaginário social na região. De um lado, estão as forças sociais e políticas que apoiam governos progressistas<sup>2</sup> empenhados em superar os malefícios provocados por décadas de neoliberalismo, assumindo compromissos com a inclusão das massas no processo de desenvolvimento e com a diversidade informativa e cultural. De outro lado, situam-se as elites políticas e econômicas associadas, por identidade de propósitos de dominação, à chamada grande mídia, formando um bloco privatista que procura manter suas ambições lucrativas e influências ideológicas.

As resistências podem ser avaliadas nas violentas campanhas midiáticas contra uma maior interferência do Estado nas questões comunicacionais, sobretudo nos rumos da radiodifusão, que congrega as joias da coroa, em termos de faturamento e de influência ideológica, das corporações do setor: as concessões de canais de rádio e televisão. Sob alegação de que exerce uma hipotética função social específica (informar a coletividade), a mídia não quer submeter-se a freios de contenção e se

\* Este texto baseia-se em questões abordadas em meu livro *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação e outros ensaios* (Pão e Rosas, 2009).

\*\* Professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do CNPq, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Fundação Ford. Foi contemplado com o Prêmio Cientista do Nosso Estado 2009 pela FAPERJ. Autor e organizador de diversos livros, sendo os mais recentes *A batalha da mídia* (Pão e Rosas, 2009), *Sociedade midiática* (Mauad, 2006), *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise* (Record, 2004) e *Por uma outra comunicação* (Record, 2003). Tem três livros publicados no exterior: *Sociedad mediática* (Barcelona: Gedisa, 2007), *Cultura mediática y poder mundial* (Buenos Aires: Norma, 2006) e *Por otra comunicación* (Barcelona: Icaria/Intermon, 2005).

põe fora do alcance das leis e da regulação estatal, em defesa de seus históricos privilégios. A opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância aquilo que os meios divulgam. Não somente é uma mistificação, como permite, perigosamente, a absorção de tarefas, funções e papéis tradicionalmente desempenhados por instâncias representativas da sociedade.

Existe consenso entre governos progressistas quanto ao caráter estratégico da comunicação nas disputas pela hegemonia cultural e na consequente formação de consensos sociais. Amplia-se o entendimento de que é essencial a participação do poder público nos sistemas de informação e difusão cultural, através de providências articuladas que resultem na renovação de leis que regulam as concessões das outorgas de rádio e televisão; na descentralização dos canais de veiculação; em apoios e financiamentos públicos a meios alternativos e à produção audiovisual independente; em maior equanimidade nos acessos ao conhecimento e às tecnologias; na geração e distribuição de conteúdos regionais, locais e comunitários sem fins comerciais.

Trata-se, por conseguinte, de construir sistemas de comunicação que salvaguardem a soberania nacional, a integração regional, a cooperação internacional, as aspirações comunitárias, o pluralismo e as identidades culturais em meio a uma época de mercantilização generalizada, inovações incessantes, transnacionalização dos negócios e convergência digital. Está em questão valorizar a produção informativa, as artes e o patrimônio cultural como partes da continuidade identitária que permite a expressão das diferenças e a participação individual e coletiva na vida social.

## O cenário de concentração monopólica

Antes de relacionar o quadro de intenções reformistas com as políticas de comunicação e cultura adotadas por governos progressistas, devemos explicitar o intrincado cenário midiático na América Latina. Sem isso, seria difícil compreender por que a interferência estatal se impõe como fator relevante à reorganização dos setores de informação e cultura em moldes mais diversificados e pluralistas.

Um reduzido número de megagrupos controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e da difusão de dados, sons e imagens, exercendo larga influência na conformação do imaginário social. Esses conglomerados ambicionam lucratividade a qualquer preço e pregam a regulação das demandas coletivas pelo mercado, sem levar na devida conta identidades, tradições e anseios dos povos.

O vasto potencial de consumo, o espanhol como segundo idioma da globalização, a carência por tecnologias avançadas e a ausência de legislações antimonopólicas motivaram corporações, principalmente norte-americanas, a incrementar seus negócios na América Latina. A escalada transnacional beneficiou-se das desregulamentações e privatizações nas décadas de 1980 e 1990. *Players* como News Corporation, Viacom, Time Warner, Disney, Bertelsmann e Sony sedimentaram alianças com grupos multimídias regionais pertencentes a dinastias familiares. Entre as famílias que controlam parte expressiva dos meios de comunicação na América Latina estão Marinho, Civita, Frias, Mesquita, Sirotsky, Saad e Sarney (Brasil), Cisneros e Zuloaga (Venezuela), Noble, Saguier, Mitre, Fontevecchia e Vigil (Argentina), Slim e Azcárraga (México), Edwards, Claro e Mosciatti (Chile), Rivero, Monastérios, Daher e Carrasco (Bolívia), Ardila Lulle e Santos (Colômbia).<sup>3</sup> As diretrizes de regionalização traduziram-se em coleções de aquisições, fusões, repartições acionárias e acordos operacionais. Vários ramos culturais foram desnacionalizados. Grupos norte-americanos, espanhóis, britânicos e alemães engoliram editoras e redes livreas. As *majors* dominam as cadeias de distribuição e exibição cinematográficas, com absoluta supremacia de lançamentos de filmes estrangeiros. Basta dizer que os filmes nacionais retêm somente 10% das bilheterias no Brasil e 9% na Argentina, enquanto as produções norte-americanas respondem, respectivamente, por 79,4% e 82,1%.<sup>4</sup>

Desde a regulamentação da Emenda nº 36/2002 pela Lei nº 10.610, de dezembro de 2002, o capital estrangeiro está autorizado a adquirir até 30% das ações das empresas jornalísticas e de radiodifusão no Brasil. As normas que regem a televisão por assinatura via satélite não estabelecem restrição ao capital estrangeiro. Já a Lei da TV a Cabo permite

o ingresso do capital externo em até 49%.<sup>5</sup> Durante os seis primeiros anos dos dois mandatos do presidente Lula, seis fusões de empresas acentuaram a monopolização e a internacionalização da televisão paga: NET/Telmex, Sky/DirecTV, TVA/Telefónica, NET/Vivax, Oi/Way TV e NET/BigTV. Na última década, Globo e Abril perderam o protagonismo nesse mercado para corporações globais – enquanto a Globo diminuiu sua participação na NET e na Sky, a Abril vendeu suas ações na DirecTV16 e na TVA. Mesmo não estando mais em posição majoritária nas duas maiores empresas de TV por assinatura do país – NET e Sky –, a Globo mantém poder de veto e monopólio do conteúdo brasileiro exibido nas duas operadoras, que juntas detêm 75% do mercado.<sup>6</sup>

As quatro maiores empresas de mídia e entretenimento da América Latina (Globo do Brasil; Televisa do México; Cisneros da Venezuela; Clarín da Argentina) retêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências. Brasil, México e Argentina reúnem mais da metade dos jornais e das emissoras de rádio e televisão e 75% das salas de cinema da região.<sup>7</sup>

Segundo relatório divulgado em agosto de 2007 pela Article 19, organização não-governamental voltada à liberdade de expressão, é aguda a concentração da televisão aberta no Brasil: “Seis empresas de mídia controlam o mercado de TV no Brasil, um mercado que gira mais de US\$ 3 bilhões por ano. A Rede Globo detém aproximadamente metade deste mercado, num total de US\$ 1,59 bilhão. Estas seis principais empresas de mídia controlam, em conjunto com seus 138 grupos afiliados, um total de 668 veículos midiáticos (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva; a Globo, sozinha, detém 54% da audiência da TV.”<sup>8</sup>

O fenômeno repete-se na Argentina, onde sete grupos (Clarín, Admira-Telefónica, América Multimedios, HMT&F, Hadad, Uno-Vila /Manzano e La Nación) controlam ou têm participação acionária em cerca de 200 veículos. Isso foi facilitado pela modificação feita pelo governo Menem que permitiu aos proprietários de jornais adquirirem meios audiovisuais, o que assegurou, por exemplo, ao Clarín se converter em corporação multimídia. No caso da TV aberta, Clarín, Admira-Telefónica e América detêm 60% das concessões de canais.

Se confrontarmos o desempenho sofrível da maioria dos países latinoamericanos no comércio global com o que os gigantes midiáticos arrecadam no continente, concluiremos que o grosso dos lucros é sugado por potências estrangeiras. Os Estados Unidos ficam com 55% das rendas mundiais geradas por bens culturais e comunicacionais; a União Europeia, com 25%; Japão e Ásia, com 15%; e a América Latina, com apenas 5%.<sup>9</sup> Entende-se por que a indústria do entretenimento foi a que mais cresceu nos anos 1990 nos Estados Unidos, representando 6% do PIB. Os produtos audiovisuais já são a sua segunda maior fonte de exportações.<sup>10</sup>

A superioridade dos países desenvolvidos acentua-se em face dos insuficientes investimentos dos governos latino-americanos em tecnologias e produção simbólica, responsáveis pela baixa competitividade externa dos bens e serviços culturais produzidos na região. Em contrapartida, grupos transnacionais ocuparam vorazmente os vácuos, favorecidos por legislações frágeis. O lastro financeiro e a economia de escala lhes conferem vantagens competitivas incomparáveis, já que empresas nacionais de menor porte não têm recursos nem suporte tecnológico para gerir investimentos de vulto.

A expansão das indústrias de mídia e entretenimento vincula-se historicamente a interesses privados e transnacionais, explorando a fragilidade dos mecanismos de regulação e controle dos fluxos audiovisuais e de capital que cruzam fronteiras por satélites e redes infoeletrônicas. No âmbito da Organização Mundial do Comércio, os Estados Unidos tentam sempre impedir protecionismos nas indústrias audiovisuais (na forma de subsídios e fomentos), para favorecer os negócios de suas corporações. O resultado é que 85,5% das importações audiovisuais da América Latina provêm daquele país. Mensalmente, 150 mil horas de filmes, seriados e eventos esportivos norte-americanos são apresentadas nas emissoras de TV latino-americanas. Como imaginar trocas paritárias se Hollywood responde por 77% das programações televisivas da América Latina?<sup>11</sup> As conveniências corporativas sobrepõem-se a tradições e anseios dos povos da região, visto que se fixam em estratégias de maximização de lucros. Entre as distorções mais graves na economia da comunicação, podemos citar as

políticas de preços predatórias destinadas a eliminar ou a restringir severamente a concorrência, e os controles oligopólicos sobre produção, distribuição e difusão dos conteúdos.

## Políticas públicas para a diversidade

Em frente a esta moldura de concentração monopolística e transnacionalização da mídia, tornam-se essenciais intervenções do poder público para alterar marcos regulatórios da radiodifusão, estimular a produção cultural não mercantilizada e ampliar os mecanismos democráticos de controle social sobre os meios de comunicação, em especial os concessionários de licenças de rádio e televisão. No bojo de um processo de democratização geral da sociedade, a perspectiva de soberania nacional associa-se à exigência de soluções legais que respondam às peculiaridades de cada sociedade, opondo-se à comercialização lucrativa e a subordinação a gostos internacionais maciços. Implica recusar o monopólio privado da mídia e a concepção neoliberal de cultura como negócio competitivo e rentável.

O fato alentador é a conversão de algumas dessas premissas em fontes inspiradoras de políticas públicas de comunicação. Há, entre governos progressistas da região, uma série de coincidências nos modos de repensar a atuação do Estado. A começar pelo entendimento de que as questões comunicacionais dizem respeito, na maioria das vezes, aos interesses coletivos. Não podem cingir-se a vontades particulares ou corporativas, pois envolvem múltiplos pontos de vista. Cabe ao Estado um papel regulador, ao mesmo tempo harmonizando anseios e zelando pelos direitos à informação e à diversidade cultural. A ação regulatória do Estado precisa zelar pelo equilíbrio entre o que deve ser público e o que pode ser privado, inclusive deixando claro à população que as empresas de rádio e televisão não são proprietárias dos canais, apenas concessionárias de um serviço público com prazo de validade.

Podemos distinguir matrizes e direções tendenciais nas intervenções governamentais no terreno da comunicação latino-americana atual:

a) reorganização da comunicação estatal;

b) novos canais de televisão nos âmbitos estatal ou público;

c) leis que restrinjam a concentração e assegurem maior controle público sobre empresas concessionárias de rádio e televisão;

d) apoios a mídias alternativas e comunitárias;

e) fomento à produção cultural independente;

f) leis que protejam e estimulem a indústria audiovisual nacional; programas regionais de coprodução, codistribuição e reserva de mercado para filmes, documentários e seriados televisivos latino-americanos.

O bloco formado por Venezuela, Equador e Bolívia é o mais ativo na proposição de novas legislações de radiodifusão, na reorientação de investimentos culturais e no fomento à difusão não mercantilizada. Nos demais países, pouco se fez até agora pela revisão de outorgas de rádio e televisão. Mas cabe reconhecer a evolução em outros quesitos – como, por exemplo, as leis de radiodifusão comunitárias no Uruguai, na Bolívia, no Equador, na Venezuela e no Chile, o programa de apoio ao audiovisual no Brasil, os fundos de financiamento à produção independente e à regionalização da mídia no Chile, assim como os inovadores canais estatais de televisão educativa e cultural (Encuentro, na Argentina, e Vive TV, na Venezuela). A cooperação regional vem aumentando graças a modalidades de integração e intercâmbios entre governos, a exemplo do que acontece com o canal multietatal Telesur (financiado por Venezuela, Cuba, Uruguai, Equador, Argentina, Bolívia e Nicarágua), com os acordos entre agências de notícias e emissoras de televisão estatais, com os financiamentos da Venezuela às Rádios dos Povos Originários na Bolívia e ao canal estatal Ecuador TV e com os mecanismos de coprodução e codistribuição audiovisuais.

Devem ser ressaltados, em particular, avanços em matéria de reconfiguração e regulação dos sistemas de comunicação, quase sempre resultantes de reivindicações e proposições de fóruns e organismos representativos da sociedade civil.

De acordo com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), a Lei de Radiodifusão Comunitária do Uruguai (2007) é uma das mais avançadas do mundo. O texto enquadra as emissoras comunitárias como terceiro setor, complementar às rádios comerciais e estatais. Reserva-lhes um ter-

ço das frequências disponíveis em AM e FM. Uma mesma organização comunitária pode ter canais de rádio e televisão, desde que atenda a uma série de requisitos. Pela primeira vez, incluem-se procedimentos transparentes para a outorga de frequências, através de editais e audiências públicas. Um conselho assessor fiscalizará a lisura nas concessões e renovações das licenças, integrado por representantes de ministérios, meios comunitários, universidades públicas e privadas e entidades de defesa da liberdade de expressão. A lei prevê que em nenhuma hipótese o serviço de radiodifusão comunitária terá cobertura geográfica restrita. As emissoras poderão obter doações, apoios, patrocínios e publicidade, desde que sejam aplicados exclusivamente para a sustentabilidade econômica e a independência editorial. No primeiro ano de vigência da lei (2008), foram apresentados nada menos do que 409 pedidos de habilitação de rádios comunitárias, a maioria localizada no interior do país e há anos operando sem licença.

A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual da Argentina (2009), elaborada com base em consultas públicas a organismos da sociedade civil, constitui-se em referência para a definição de marcos regulatórios antimonopólicos. Engloba uma série de providência para combater a concentração midiática do país, com a criação de órgãos de fiscalização e controle social dos veículos sob concessão pública e proíbe que licenças de rádio e TV sejam dadas a políticos e detentores de cargos públicos. Cada empresa só poderá dispor de, no máximo, dez concessões em televisão aberta ou a cabo (atualmente, esse limite é de 24 outorgas). O prazo das licenças será diminuído de 15 para 10 anos, com exigências mais rígidas para concessão e renovação de outorgas, sendo substituídas, obrigatoriamente, audiências públicas nos locais de prestação de serviço das emissoras para avaliar seus desempenhos. A lei inova também ao definir, em condições equitativas, três tipos de prestadores de serviços de radiodifusão: a gestão estatal (meios públicos), a gestão privada com fins lucrativos e a gestão privada sem fins lucrativos (organizações não governamentais, entidades sociais, universidades, sindicatos, fundações). Para evitar a concentração dos meios locais, um mesmo concessionário não poderá operar mais de uma licença em frequência

de rádio AM e mais de duas em FM. O excesso de conteúdos estrangeiros nos veículos será coibido: no rádio, por exemplo, 30% do que for veiculado deve ser de origem argentina. Quando as emissoras funcionarem em cidades com mais de 600 mil habitantes, a produção nacional deve alcançar 60% de toda a programação. A lei impede a propriedade cruzada dos meios: empresas de radiodifusão não poderão operar distribuidoras de TV a cabo em uma mesma localidade e vice-versa. A fiscalização das medidas caberá a um novo órgão de regulação, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual, que terá poderes para aplicar sanções em caso de violação da lei, sob supervisão judicial. A Defensoria do Público será criada para receber denúncias e reclamações, criar espaços de debate sobre os meios de comunicação e representar os interesses do público e da comunidade, isolada ou conjuntamente, em recursos administrativos ou judiciais.

A nova Constituição do Equador (2008) é uma das mais arrojadas no enquadramento da radiodifusão como setor estratégico ao desenvolvimento, já que, “por sua transcendência e magnitude, influi nos aspectos econômico, social, político e ambiental”. E por isso a Carta reserva ao Estado o direito de administrar, regular, controlar e gerir a concessão de outorgas de rádio e televisão públicas, privadas e comunitárias, bem como o acesso a bandas livres para a exploração de redes sem fio, assegurando a prevalência do interesse coletivo. O Estado passa a ter a obrigação de impedir a concentração e a vinculação, direta ou indireta, da propriedade dos meios de comunicação e do uso das frequências de rádio e televisão. Acionistas, dirigentes ou representantes legais de empresas, entidades ou grupos financeiros não poderão mais ter participação, controle de capital ou de patrimônio em meios de comunicação. Fixou-se prazo de dois anos para se desligarem dos veículos em que tenham participação. Proibiu-se que funcionários públicos e membros de conselhos e diretorias de órgãos de regulação e concessão de licenças tenham qualquer tipo de interesse, direto ou indireto, no setor de radiodifusão. O controle social da imprensa será feito por ouvidorias públicas. Ao Estado reservou-se a distribuição equitativa das frequências de radiodifusão, além de ter a prerrogativa de estabelecer,



por lei, a criação ou supressão de serviços públicos de telecomunicações. Proíbe-se “publicidade em programas que induzam à violência, discriminação, racismo e comércio sexual”.

Uma das legislações mais promissoras no campo do audiovisual é a Lei de Cinematografia Nacional da Venezuela (2005), que aumentou significativamente o número de filmes nacionais exibidos nas salas de cinema. A permanência mínima de uma estreia nacional em cartaz passou a ser de três semanas. As companhias distribuidoras estão obrigadas a comercializar um mínimo de 20% de filmes venezuelanos do total anual. Há três tipos de cotas mínimas para proteção às produções venezuelanas: complexos com mais de cinco salas, 12 semanas de exibição; de duas a cinco salas, seis semanas; de uma sala, três semanas. Se houver insuficiência de obras nacionais, a cota será preenchida por títulos estrangeiros de caráter independente ou alternativo, com certificação de qualidade expedida pelo Centro Nacional Autônomo de Cinematografia (CNAC). A lei restringe os lucros das distribuidoras a percentuais que variam de 30 a 60% do preço do ingresso, conforme o número de semanas em que um filme permanecer em cartaz. As empresas têm de apresentar ao governo balanços contábeis e prestações de contas. Os impostos recolhidos nas salas de cinema formam o fundo de apoio à produção nacional, que serve de lastro financeiro aos editais do CNAC.

## Resistências e perspectivas

É precipitado asseverar que o horizonte de mudanças na América Latina levará a alterações definitivas nos sistemas de comunicação e cultura – até porque o destino dos projetos políticos e econômicos no continente ainda é incerto. Mas devemos sublinhar que, pela primeira vez na região, se divisa um elenco de promissoras ações governamentais. As providências indicam ser perfeitamente possíveis avanços numa direção democratizadora e anti-monopólica, a partir de interferências decididas do poder público eleito pelo voto popular.

A consolidação das medidas depende da reconstrução do espaço público latino-americano, após décadas de submissão ao neoliberalismo que culminaram em esvaziamento dos poderes do

Estado, privatização desenfreada e concentração midiática. Um espaço público que seja inclusivo e participativo, capaz de reunir meios estatais, regionais, educativos, universitários, legislativos, comunitários e independentes. Um espaço público cujos protagonistas no Estado e na esfera da cidadania mobilizem os instrumentos da democracia contra as apropriações simbólicas pelos valores mercantis. Um espaço público no qual as identidades culturais sejam salvaguardadas por legislações permanentes.

As disposições regulatórias devem garantir uma distribuição equitativa entre três instâncias: o Estado (para assegurar um serviço público de qualidade e diversificado), o setor privado (com fins lucrativos e responsabilidades sociais bem definidas) e a sociedade civil (movimentos sociais, comunitários e étnicos, universidades, associações profissionais, produtores independentes etc.). Cabe ao Estado assegurar condições equânimes, em termos de acesso, participação e representatividade, para que haja equilíbrio nas prerrogativas de atuação dos setores envolvidos.

Além de marcos legais que impeçam práticas monopólicas, uma nova feição dos sistemas de comunicação depende de um leque diversificado de intervenções, tais como: tornar mais eficiente os modelos de gestão e financiamento públicos da comunicação; expandir acordos de cooperação e coproduções entre países e blocos regionais; intensificar as redes culturais comunitárias; promover a socialização dos conhecimentos técnicos e tecnológicos; desenvolver recursos, linguagens e redes multimídias; renovar as tecnologias de transmissão para ampliar a penetração social de canais públicos de televisão; valorizar veículos comunitários e alternativos, incluindo reconhecimento legal, financiamento de infraestruturas, capacitação técnica, articulação em redes, participação e representatividade em foros públicos deliberativos; impulsionar a produção audiovisual independente e garantir maior participação aos filmes nacionais nas cadeias de distribuição e exibição.

Devemos reconhecer obstáculos às iniciativas democratizadoras, e um dos mais tenazes é a oposição das elites e da grande mídia. As corporações resistem e resistirão a se submeter a restrições legais que afetem a autonomia conquistada em dé-

cadadas de cumplicidade com sucessivos governos. Revidarão toda vez que forem arranhadas sua pre-sunção de refletir a vontade geral e suas conveniências políticas e metas mercadológicas.

Não esqueçamos as turbulências enfrentadas por governos progressistas, no bojo de resistências da mídia, do empresariado, de partidos conservadores e do governo norte-americano, às transformações em curso. As dificuldades atravessadas pelos presidentes Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa demonstram que continua ponderável o poder de articulação das oligarquias na Venezuela, na Bolívia e no Equador, inclusive porque contam com a pujante reverberação de suas posições na mídia. No Brasil, as baterias voltaram-se contra o governo Lula – que pouco fez nos seus dois mandatos para modificar o sistema de comunicação – por conta da criação da estatal EBC, gestora da TV Brasil. Nem a nomeação pelo presidente de um Conselho Curador integrado, entre outros, pelo economista Delfim Netto, três vezes ministro da ditadura militar, e o empresário José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, ex-vice-presidente de operações da Rede Globo, serviu para atenuar as imprecações de boa parte da mídia e da oposição de centro-direita contra a EBC-TV Brasil. Os argumentos recorrentes foram o desperdício de dinheiro público e o risco de aparelhamento político-partidário. A despeito dos problemas de autonomia financeira e política, da cobertura restrita, da baixa audiência, dos entraves burocráticos e da tímida programação da TV Brasil, as objeções têm um alvo claro: desqualificar um canal de televisão desvinculado de regras mercadológicas, da ditadura do *rating* e dos filtros ideológicos da televisão comercial – portanto tendencialmente mais favorável à diversidade ideológico-cultural.

Sabemos que antagonismos e debilidades interferem, em distintas intensidades, em cada realidade histórica-social. Os governos progressistas não são fortalezas inexpugnáveis, e há dificuldades objetivas para adotar modelos econômicos inclusivos e autossustentáveis em meio a economias globalizadas sob o jugo do capital financeiro especulativo. E não apenas isso. Existem embaraços em razão de circunstâncias políticas internas e externas.

Para prosperar, as transformações na América Latina dependerão de vontade política e susten-

tação popular. É impossível imaginar cenários de diversidade sem universalizar o acesso à informação, apressar legislações antimonopólicas e deter a avassaladora proeminência da mídia. De resto, a diversificação dos sistemas de comunicação insere-se numa moldura mais ampla, de revigoramento da esfera pública e do papel regulador e ativo do Estado na vida social. Esse papel não deve ser confundido com excesso de intervencionismo oficial, ou com dirigismo ideológico-cultural nas escolhas de projetos financiados por fundos públicos, pois implicaria o risco de inibição de manifestações criativas e autônomas, ou mesmo de inflexão nas políticas de diversidade. Nesse sentido, cumpre manter nítidas as fronteiras entre as ações governamentais e os veículos comunitários e alternativos, de modo a harmonizar a sustentabilidade financeira e a proteção legal a tais canais com a independência dos grupos sociais que os operam – por mais que, eventualmente, possa haver afinidade com as plataformas políticas estatais.

As respostas a estas e outras questões análogas dependerão, em particular, da continuidade do apoio político-institucional, de dotações orçamentárias e de iniciativas coerentes e constantes, bem como dos apoios conquistados em áreas da sociedade civil, o que poderá resultar em pressões organizadas para que conveniências governamentais estritas não venham a se sobrepor a propósitos inovadores. Que não tenhamos dúvida: à medida que se acelerar a velocidade das mudanças, não cessarão as imprecações do conservadorismo, e os atritos com conglomerados de mídia tenderão a agudizar-se.

Se devemos ser prudentes para não magnificar as possibilidades dos governos progressistas, cumpre salientar que a defesa por eles assumida da emancipação social, da integração regional em bases cooperativas, da comunicação como direito humano e da diversidade simbólica representa importantíssima evolução de mentalidade – mesmo que os ritmos das transformações possam parecer ainda lentos ou sofrer tropeços em função de fatores internos e externos, como, por exemplo, os efeitos negativos da crise econômica mundial.

As mobilizações populares e a ascensão de governos progressistas realçam a oportunidade de uma América Latina pós-neoliberal, revalorizando o Estado como espaço ético-político voltado à inclusão

social, junto ao qual os movimentos reivindicantes possam manifestar e resguardar suas autonomias criativas. E, num longo e árduo processo de lutas, fazer germinar ações coletivas por um sistema social baseado na justiça, na repartição igualitária das riquezas e da terra, no respeito às tradições culturais, na soberania dos recursos naturais, na defesa dos bens públicos comuns e na recusa à mercantilização. Um sistema que possibilite a democratização dos acessos à informação, ao conhecimento, à tecnologia. Que permita maior controle social sobre a mídia. Que proteja a diversidade em frente à transnacionalização simbólica e favoreça a inclusão de vozes neutralizadas ou simplesmente excluídas dos canais midiáticos. Experiências, enfim, que possam aprofundar a democracia e construir uma cultura de solidariedade entre os povos, na qual o direito humano à comunicação seja exigência insuperável.

## NOTAS

1 Refiro-me aos governos de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009).

2 Adotamos o seguinte sentido para a palavra “progressista”: uma linha de pensamento que se comprometa explicitamente com tudo o quanto se possa mudar, transformar e humanizar na sociedade. Sentido bem próximo ao proposto por Raymond Williams: “Ainda se pode usá-lo simplesmente como termo oposto a conservador; isto é, para referir-se a alguém que aprova ou defende a mudança”. Williams observa que “progressista” tem sido usado tanto para referir-se à esquerda quanto para distinguir partidários de uma mudança “moderada e orde-

nada”. Ver Raymond Williams, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 328-329.

3 Ver Diego Olivera, “El control de los medios de comunicación por monopolios empresariales”. *Rebelión*, Madrid, 14 de junho de 2007, em: <<http://www.rebelion.org/>>.

4 *Tela Viva*, 1º de fevereiro de 2008. Sobre o mercado cinematográfico na Argentina, ver *La Nación*, 30 de janeiro de 2007.

5 Porém, nos casos da NET e da TVA, que pertenciam aos grupos Globo e Abril, respectivamente, as corporações transnacionais Telmex e Telefónica de España conseguiram driblar a legislação brasileira para assumir o controle acionário. Consultar Gustavo Gindre, “Multinationais burlam legislação para entrar na TV paga”. *Observatório do Direito à Comunicação*, 15 de novembro de 2007, também disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=28369>>.

6 Dênis de Moraes. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009, p. 112.

7 Ver Enrique Sánchez Ruiz, “Industrias culturales, diversidad y pluralismo en América Latina”. *Global Media Journal* (em espanhol), Iteco, México, vol. 4, nº 7, 2007.

8 O relatório da Article 19 está disponível em: <<http://www.article19.org/pdfs/publications/brazil-mission-statement-port.pdf>>. Levantamento feito pelo projeto Donos da Mídia mostra que dos 2.385 veículos ligados a uma das 55 redes nacionais de rádio e TV do país, 39% (934) possuem relação com as cinco maiores redes privadas de televisão – Globo, SBT, Record, Band ou Rede TV. Ver Milton Júnior, “Cinco redes de comunicação reúnem 39% dos veículos”, *Contas Abertas*, 18 de dezembro de 2008, disponível em:

<[http://www.fndc.org.br/intermas.php?p=noticias&cont\\_key=322815](http://www.fndc.org.br/intermas.php?p=noticias&cont_key=322815)>.

9 Ver Nestor García Canclini, *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 55.

10 Consultar o documento “Los años 90 y el nuevo escenario post-devaluación”, publicado pelo Observatorio de Políticas Culturales de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina, disponível em:

<[http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/publicaciones.php?menu\\_id=10563#documentos](http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/publicaciones.php?menu_id=10563#documentos)>.

11 Ver Dênis de Moraes. *Cultura mediática y poder mundial*. Buenos Aires: Norma, 2006, p. 46.

VERSUS  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

VERSUS  
ACADÊMICA

REVISTA VERSUS ACADÊMICA, NOVEMBRO DE 2009

# A utilização de bases militares na Colômbia pelos Estados Unidos, a reativação da IV Frota da Marinha norte-americana e as relações militares entre Venezuela e Rússia – os problemas da abordagem da segurança pós-Guerra Fria como problema regional

Ronaldo Fiani\*

## 1. Introdução

O fim da bipolaridade determinada pela Guerra Fria a partir do colapso da União Soviética, no início dos anos 1990, provocou uma revolução nos estudos de Relações Internacionais, especialmente aqueles mais voltados para a questão da segurança. Dessa revolução emergiu um conjunto de novas propostas, das quais uma das mais importantes foi a abordagem do problema da segurança pós-Guerra Fria como uma questão essencialmente regional, doravante referido simplesmente como abordagem regional.

Esse novo enfoque trouxe algumas contribuições enriquecedoras para o debate, especialmente sua preocupação em compreender melhor os problemas regionais que podem afetar a segurança de países e grupos sociais, algo que foi um tanto marginalizado durante os anos de Guerra Fria, pela excessiva ênfase na predominância dos aspectos sistêmicos globais. Essa ênfase se traduziu em preocupações típicas do período, como a questão da *polaridade* – o número de grandes potências no sistema político global –, características de trabalhos como Kaplan (1957) e Waltz (1979), conforme apontam Buzan e Wæver (2003), em uma das principais obras da abordagem regionalista. A questão regional não era aprofundada, até porque fazia parte de uma lógica global de alianças e enfrentamentos

\* Diretor do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ, Av. Pasteur 250 – Fundos – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 22290-902 – e-mail: fiani@nei.ufrj.br. Esse artigo se beneficiou de informações fornecidas por Leonardo Valente, a quem o autor agradece.

que condicionava eventuais relações políticas entre Estados territorialmente próximos.

O fim da Guerra Fria e da bipolaridade trouxe uma maior liberdade aos Estados vinculados por sua localização e identidade a buscarem seus próprios termos com seus vizinhos, tanto no sentido de promover maior cooperação quanto no sentido de aumentar a intensidade dos confrontos e conflitos. Nesse sentido, as possibilidades abertas pela abordagem regional eram promissoras. Aos trabalhos pioneiros de Buzan (1991a e 1991b) e Ayoob (1995), seguiram-se inúmeros estudos, alguns de cunho mais geral, como o de Lake e Morgan (1997), outros buscando aplicar a teoria a regiões específicas, tais como Buzan e Wæver (1992) e Wriggins (1992). Houve também esforços de análise *cross-section*, onde se tentava identificar os complexos regionais em grandes amostras de conflitos em várias regiões diferentes, como em Wallensteen e Sollenberg (1998). Porém, o trabalho que acabou provavelmente consolidando esse tipo de abordagem foi o de Buzan e Wæver (2003), hoje a referência fundamental das ideias centrais da abordagem regional.

Contudo, não obstante o grande número de contribuições, será sustentado neste artigo que a promessa representada pela abordagem regional ficou muito aquém das suas perspectivas iniciais. Isso porque a abordagem regional parte de um diagnóstico equivocado da competição internacional entre as grandes potências. Esse diagnóstico equivocado dificulta – e pode distorcer – a compreensão das dinâmicas regionais. Ilustraremos esse problema da abordagem regional discutindo eventos recentes na América do Sul, que ganharam destaque na imprensa: a reativação da IV Frota da Marinha norte-americana em 2008, o acordo de utilização de bases colombianas pelos Estados Unidos anunciado em 2009, e os tratados militares e as manobras entre Rússia e Venezuela.

Contudo, o propósito deste artigo não é apenas indicar que as evidências recentes da América do Sul não são adequadas ao padrão construído pela abordagem regional. Mais do que isso, o objetivo neste trabalho é sugerir que por trás das dificuldades empíricas da abordagem regional existe uma profunda incompreensão da natureza da competição interestatal moderna. Será sugerido que esta

incompreensão deriva, como é comum nas teorias de Relações Internacionais, de uma ênfase excessiva nos aspectos políticos das relações entre Estados, quando a dinâmica do poder no capitalismo é, simultaneamente, política e econômica. Em função desse objetivo, a discussão se iniciará agora com uma rápida consideração das principais teses da abordagem regional quanto à competição interestatal pós-Guerra Fria.

## 2. A abordagem da segurança como problema regional e a competição interestatal pós-Guerra Fria

Logo na abertura de Lake e Morgan (1997, p. 5) encontra-se uma frase de efeito sobre a avaliação do então presidente George Bush durante a primeira Guerra do Golfo (1990-1991):

*During the Persian Gulf War, George Bush sought to evoke a “new world order”. The president was right in seeing a new potential for the management of interstate and intrastate conflicts, but he was wrong in his horizons. Rather than a single world order, we are witnessing today the emergence of a variety of new regional orders.*<sup>1</sup>

Lake e Morgan (1997) afirmam perder sentido a ideia de uma ordem mundial, uma ideia que tem sido a base histórica de uma série de análises em Relações Internacionais e Economia Política Internacional. Também segundo Buzan e Wæver (2003, p. 3), os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 não mudam o fato de que hoje não devemos esperar que grandes potências interfiram em dinâmicas políticas regionais com a intensidade que acontecia na época da Guerra Fria:

*The terrorist attack on the United States in 2001 may well trigger some reassertion of great power interventionism, but this is likely to be for quite narrow and specific purposes, and seems unlikely to recreate the general willingness to intervene abroad that was a feature of Cold War superpower rivalry.*

Sem dúvida é fácil concordar com Buzan e Wæver (2003) que não serão episódios localizados, isolados e anárquicos de violência, como ataques terroristas, que vão alterar subitamente, do dia para a noite, o sistema político internacional. Tam-

bém não é difícil aceitar que o padrão de relacionamento entre as grandes potências (ou o Centro do sistema mundial) e a Periferia (e Semiperiferia) mudou após o fim da Guerra Fria e da competição global entre as duas superpotências com seus sistemas políticos opostos. Porém, é mais difícil aceitar que as grandes potências tenham se desinteressado do que ocorre na Periferia do sistema mundial.

É preciso então considerar os argumentos que a abordagem regional oferece para sustentar seu diagnóstico de que um ordenamento mundial tende agora a ser suplantado por ordens regionais mais ou menos independentes. Inicialmente, é necessário considerar o quadro que a abordagem regional traça da Guerra Fria. Por um lado, conflitos locais acabavam por se internacionalizar, pois eram absorvidos pela dinâmica da competição entre as grandes potências (LAKE; MORGAN, 1997, p. 3-4). Essa dinâmica era movida pelo receio de cada grande potência de que a outra pudesse ganhar uma vantagem decisiva, o que determinava que as grandes potências se preocupassem em administrar conflitos locais e regionais: quer apoiando seus aliados contra os aliados da outra grande potência, quer reprimindo conflitos entre seus próprios aliados. Concluem então Lake e Morgan (1997, p. 4): *"Despite their potentially independent dynamics, local conflicts – like lighter masses of matter near a black hole – were inexorably pulled into and lost within the Cold War."*

A situação atual é completamente diferente. Não há mais uma regulação dos conflitos locais e regionais por grandes potências competidoras interessadas em expandir a sua área de influência e impedir que outros ganhem vantagem. Assim, ao mesmo tempo em que a tensão entre as grandes potências diminuiu significativamente, os conflitos locais e regionais foram deixados livres, com o que esse gênero de conflito *"have exploded in various parts of the world"* (LAKE; MORGAN, 1997, p. 4). Temos então identificados dois efeitos opostos: a redução da tensão entre as grandes potências e o aumento da tensão em nível local e regional.

Ocorre, todavia, que esses dois efeitos têm origem em uma dinâmica comum, segundo a abordagem regional:

*... the great powers are now unwilling to accept the heavy burdens of conflict management in dis-*

*tant areas of the globe, sometimes rejecting even limited costs and burdens in areas where they have traditional ties. The desire in Washington, Bonn, Moscow, or Tokyo to avoid major engagement even in "their" parts of the world is palpable. The long-delayed response to the collapse of Yugoslavia is a vivid case in point. (LAKE; MORGAN, 1997, p. 5)*

Contudo, embora os países centrais aparentemente não tenham mais o interesse em intervir na Periferia, especialmente quanto mais distante for a região periférica, pelos custos que isso envolveria, a territorialidade como fonte de conflito continua presente, e seu papel, importante. Isso torna os conflitos regionais mais relevantes e autônomos, como afirmam Lake e Morgan (1997, p. 5):

*In the foreseeable future, violent conflicts will mostly arise out of regional concerns and will be viewed by political actors through a regional, rather than global lens. Efforts to cope with violent conflicts, as well as to achieve order and security, will primarily involve arrangements and actions devised and implemented at the regional level.*

Lake e Morgan (1997, p. 6) apontam como exceção a essa possível retração das grandes potências em interferir regionalmente a preocupação com a proliferação nuclear. Buzan (1991a) aponta como outras prováveis exceções a esse movimento de retração: o interesse pelo petróleo do Oriente Médio e eventuais ameaças militares da Periferia em relação ao Centro.

Independentemente dessas possíveis exceções, Buzan (1991a) identifica as seguintes características do Centro do sistema global:

1. Surgimento de uma estrutura multipolar de poder em substituição à estrutura bipolar da Guerra Fria;
2. Redução na rivalidade e divisão ideológica entre as grandes potências;
3. Hegemonia global de uma comunidade de segurança entre as potências do Centro.

O efeito geral dessas três características seria um reforço do poder do Centro sobre a Periferia, uma vez que as potências do Centro não precisariam mais competir entre si (BUZAN, 1991a, p. 436 e BUZAN; WÆVER, 2003, p. 10). Com isso os benefícios de uma intervenção direta na Periferia teriam se reduzido, a ponto de não compensarem mais os

custos. Para isso também teria colaborado a emergência de uma sociedade internacional, aparentemente constituída exatamente pelos Estados que compõem o Centro do sistema. Buzan e Wæver (2003, p. 11) também apontam as condições políticas internas dos Estados do Centro como fatores que limitam intervenções externas.

Já em nível local e regional, o quadro é bem menos harmonioso. Como explicam Buzan e Wæver (2003, p. 30), a questão territorial ainda é vital na agenda de segurança dos países; assim, conflitos locais tendem a surgir pelo peso de questões territoriais, e a se agravar pela ausência de um controle global como no caso da Guerra Fria, ou de uma utópica governança mundial.

A abordagem regional nos oferece, por conseguinte, algumas teses interessantes, que podem ser testadas em relação à realidade da relação entre Centro e Periferia no pós-Guerra Fria. Em particular no que concerne à América do Sul, testaremos a tese de que a intervenção das grandes potências em regiões do globo além das suas próprias é fortemente desestimulada pela distância, em função dos custos envolvidos (LAKE; MORGAN, 1997, p. 5).

Será visto agora se essa tese e a visão geral de que as potências teriam deixado de se envolver politicamente com a Periferia, ideias típicas da abordagem regionalista, permitem compreender a dinâmica da tensão na região andina, que se elevou a partir do acordo para a utilização de bases na Colômbia pelos Estados Unidos.

### 3. A controvérsia sobre as bases colombianas e a reativação da IV Frota norte-americana

Em 2009 os governos dos Estados Unidos e da Colômbia passaram a discutir a ampliação de sua cooperação militar, que permitiria aos Estados Unidos manter um pessoal em torno de 1.400 pessoas (800 militares e 600 terceirizados) durante os dez anos seguintes, e realizar investimentos de até US\$ 5 bilhões na Colômbia. Poderiam ser utilizadas as bases de Bahía Málaga, Larandia (perto do Equador), Apiay, Tolemaida, Palanquero, Cartagena e Malambo, estas duas últimas próximas da Venezuela (Figura 1 a seguir):



Fonte: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/08/06/ult581u3410.jhtm>

Se o acordo já gerou questionamentos entre os países da América do Sul quanto às possíveis intenções do acordo, formalmente o combate ao narcotráfico e à guerrilha das Farc, um documento de abril de 2009 – o *White Paper* do Air Mobility Command norte-americano intitulado *Global en Route Strategy* (AIR MOBILITY COMMAND, 2009) – aumentou a desconfiança em relação ao real motivo do acordo, que na verdade seria aumentar a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos sobre a América do Sul.

O trecho do *White Paper* que compreensivelmente levantou os questionamentos é o que se segue:

...USSOUTHCOM has identified Palanquero, Colombia (German Olano Airfield (SKPQ), as a cooperative security location (CSL). From this location, nearly half of the continent can be covered by a C-17 without refueling. Should suitable fuel be available at the destination, a C-17 could cover the entire continent, with the exception of the Cape Horn region in Chile and Argentina. Until such time that USSOUTHCOM establishes a more robust theater engagement plan, the

*strategy to place a CSL at Palanquero should be sufficient for air mobility reach on the South American continent (AIR MOBILITY COMMAND 2009, p. 22)*

No trecho acima, segundo o *White Paper*, o Comando Sul dos Estados Unidos teria apontado para o fato de que a base de Palanquero, na Colômbia, uma das *cooperative security locations* a ser utilizada por forças norte-americanas, pode servir a aviões C-17, que, como é sabido, são grandes aviões de transporte, prontos a atingir metade do continente sul-americano sem necessitar de reabastecimento, e praticamente todo o continente se o reabastecimento estiver disponível.

Em função disso, a preocupação tem se concentrado nas condições de utilização da base de Palanquero, identificada no mapa como uma das *cooperative security locations*, juntamente com Aruba e Antígua, como instrumento de os Estados Unidos atingirem um amplo raio de ação aérea na América Latina, conforme a Figura 2 a seguir ilustra.

#### Estratégia Sul-Americana – *White Paper Air Mobility Command – Global en Route Strategy*



Fonte: AIR MOBILITY COMMAND (2009), p. 23.

Mas é pelo menos tão interessante considerar o fato de que o documento em questão trata do ponto do reabastecimento em vôo como essencial para a estratégia norte-americana de projetar poder em longas distâncias, e que a perspectiva norte-americana da América do Sul não parece ser estritamente regional, mas, sim, global e diretamente ligada aos interesses estratégicos norte-americanos na África: *“Including South America in a global en route strategy accomplishes two results: it helps achieve the regional engagement strategy and assists with the mobility routing to Africa”* (AIR MOBILITY COMMAND, 2009, p. 21).

Desse modo, a questão do movimento de forças militares é percebida nesse documento não como algo que deve acontecer em função de complexos regionais críticos, com problemas ligados a petróleo, armas nucleares ou ameaças militares localizadas, sendo que o restante permaneceria mais ou menos à deriva, entregue a sua própria dinâmica de conflito e cooperação, como sugere a abordagem regional. A perspectiva que surge da leitura do documento é bem mais ampla: o movimento de forças militares norte-americanas surge como um movimento que deve acontecer conectando amplas áreas do globo, de forma a poder agir a qualquer momento em qualquer região, *por mais distante que ela esteja*.

Isso reflete uma dinâmica e um foco muito diferentes do que poderíamos esperar a partir da abordagem regional. Poder-se-ia argumentar, em defesa da abordagem regional, que se trata apenas de um documento, cuja representatividade do pensamento estratégico da maior potência do planeta não está estabelecida. Essa argumentação é questionável, quando se considera que o documento se refere a uma iniciativa política concreta, que é a ampliação do acordo militar dos Estados Unidos com a Colômbia. Contudo, a diferença entre a abordagem norte-americana na América do Sul e a perspectiva da abordagem regional é reforçada por uma decisão militar norte-americana que antecedeu a questão do acordo das bases militares colombianas: a criação da IV Frota, que será discutida brevemente a seguir.

A IV Frota norte-americana foi originalmente criada em 1943, durante a Segunda Guerra, no esforço de combater o poder naval alemão no Atlân-



tico Sul, tendo sido desativada em 1950 e suas tarefas, transferidas para a II Frota (ANDRADE FLÔR, 2009). A mesma IV Frota seria reativada em 12 de junho de 2008, subordinada ao Comando Sul, o qual faz parte, por sua vez, do Comando Unificado do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A IV Frota não dispõe de navios próprios, podendo a qualquer momento requisitar as embarcações que forem necessárias para desempenhar suas atividades (MEIRELLES PASSOS, 2009).

A área sob responsabilidade do Comando Sul se encontra na Figura 3 a seguir:

### Área de Atuação do Comando Sul



Fonte: ANDRADE FLÔR (2009)

Segundo ANDRADE FLÔR (2009), o Chefe de Operações Navais norte-americano, almirante Gary Roughead, declarou em abril de 2008 que a reativação da IV Frota “expressa o reconhecimento da imensa importância da segurança marítima na parte sul do Hemisfério Ocidental”. Vale destacar aqui que a perspectiva não é a de intervenções localizadas em áreas de maior interesse específico,

mas, sim, a de projetar poder globalmente, em uma vasta região (o sul do Hemisfério Ocidental). Isso fica mais evidente quando se considera, na Figura 2, que a área do Comando Sul vai desde a fronteira do México até a Antártida, englobando ainda todo o Caribe (incluindo Cuba) e o conjunto da América Central e da América do Sul.

A mesma retórica de projeção de poder global – não de forma pontual e localizada – pode ser encontrada nas declarações do contra-almirante Victor G. Guillory, que em 2009 assumiu a chefia das Forças Navais no Comando Sul e da IV Frota: “Nós devemos ter a capacidade de impor o controle local do mar *onde quer que seja necessário*, idealmente com a concordância de amigos e aliados, *mas por nossa conta*, se formos obrigados a isso” (MEIRELLES PASSOS, 2009, grifos nossos). Isso, não obstante as usuais declarações com respeito a objetivos humanitários e de combate ao narcotráfico.

Assim, tanto na ampliação do acordo militar entre os Estados Unidos e a Colômbia quanto na reativação da IV Frota, o que se verifica é uma intenção expressa de projetar poder globalmente em uma vasta região, e não apenas intervir de forma pontual e localizada. Talvez mais importante ainda, são iniciativas coincidentes – e não seria exagero qualificá-las como *consistentes* – de aumento de envolvimento com uma ampla região, mesmo pós-Guerra Fria e redução nas tensões entre as grandes potências.

Mas os movimentos na América do Sul não têm se limitado apenas aos Estados Unidos. Também a Rússia tem feito incursões importantes na região, especialmente em função da aliança com a Venezuela.

## 4. Os acordos militares e as manobras navais entre a Venezuela e a Rússia

Os movimentos dos Estados Unidos rumo a uma maior participação na América do Sul não acontecem de forma isolada: eles se dão paralelamente a um movimento de aproximação e fortalecimento das relações militares entre a Venezuela e a Rússia. Trata-se de um movimento importante, em que mais uma vez há a fusão de uma lógica regional com uma lógica global, algo que a abor-

dagem regional tem grande dificuldade de tratar, conforme vimos.

Em 1998, pouco depois da eleição do presidente Hugo Chávez, a Venezuela começou a descontinar uma longa cooperação militar com os Estados Unidos. As relações entre os dois países se agravaram após a tentativa frustrada de derrubada do presidente venezuelano, em abril de 2002, até que em 2004 culminaram com o pedido do governo venezuelano para que a missão militar dos Estados Unidos se retirasse do país. Em maio de 2006 os Estados Unidos suspenderam a venda de armamento à Venezuela, mas esta já tinha iniciado a aproximação com a Rússia em 2004.

Acordos de armamentos foram assinados entre a Venezuela e a Rússia em 2005 e 2006, e, em julho de 2006, dois meses após os Estados Unidos terem suspenso a venda de armas para a Venezuela – o que afetou, por exemplo, o treinamento dos pilotos venezuelanos nos seus caças F-16 – a Rússia se dispôs a vender 24 caças Su-30, tidos como atualmente as aeronaves de combate mais avançadas do continente, em um valor superior a US\$ 1 bilhão. Os acordos envolveram ainda helicópteros Mi-17, Mi-26 e Mi-35, 100.000 fuzis de assalto AK-103 (um desenvolvimento das tradicionais “Kalashnikovs” AK-47), perfazendo um valor total em torno de US\$ 4,4 bilhões. Há ainda a perspectiva da aquisição de 92 tanques russos T-72 e mísseis com alcance de 300 quilômetros. Em novembro de 2008 os presidentes da Venezuela e da Rússia também firmaram um acordo para a construção de uma usina nuclear para a geração de energia.

Trata-se de um aprofundamento significativo das relações militares da Rússia com a Venezuela, e esse aprofundamento não tem passado despercebido pelos analistas de segurança dos Estados Unidos. Como afirma Grimmett (2008, p. 11):

*Venezuela's populist President, Hugo Chavez, has taken a hostile approach to relations with the United States in recent years. Thus his decision to seek advanced military equipment from Russia is a matter of U.S. concern. Chavez appears embarked on a effort to make Venezuela an important military force in Latin America. And since he has made clear that he plans to obtain additional advanced weapons systems from Russia, there is concern that such purchases could stimulate*

*other states in the region to seek comparable weapons systems as a counterweight to Chavez's military buildup.*

Também importante nesse contexto foram as manobras navais em águas neutras, mas próximas das águas territoriais dos Estados Unidos, realizadas em conjunto entre a Marinha venezuelana e a Marinha russa em dezembro de 2008. Sintomaticamente, foram as primeiras manobras navais com a presença de navios russos desde o fim da Guerra Fria. Nessas manobras participaram, entre outras embarcações, o cruzador russo da classe Kirov, *Pedro, o Grande*, e o destróier *Almirante Chabanenko*. Vale ressaltar que o cruzador *Pedro, o Grande* possui sofisticados mísseis antinavio, antiaéreos e antissubmarinos, e transportaria, de acordo com fontes não oficiais, mísseis com ogivas nucleares.

Não deve restar dúvida de que o envolvimento da Rússia na América do Sul é significativo. Mas talvez mais importante é o consenso nos meios diplomáticos e entre os analistas internacionais de que esse envolvimento é uma resposta ao envolvimento norte-americano no Cáucaso e no Leste Europeu, especialmente em países da antiga União Soviética. Trata-se assim de um movimento que responde a uma lógica de poder global, ainda que com profundos reflexos na dinâmica regional andina da América do Sul.

## **5. Conclusão: As dificuldades da abordagem da segurança como problema regional**

Torna-se difícil conciliar essas informações com a ideia da abordagem regional de que regiões da Periferia do sistema, especialmente aquelas tidas como mais remotas do ponto de vista das grandes potências, permaneceriam praticamente entregues à própria sorte, ainda que com a ressalva de que isso pode ser alterado por preocupações de natureza pontual, como petróleo e proliferação nuclear. Em defesa da perspectiva regional, poder-se-ia argumentar que a Venezuela é um país produtor de petróleo, e então estaria dentro das “exceções” que foram mencionadas.

Ocorre que petróleo não é uma necessidade para a Rússia, que também é um país produtor de petróleo, e são significativos os custos do envolvimento

russo em uma região distante como a América do Sul. Trata-se, isso sim, de promover benefícios em escala global, competindo com os Estados Unidos e outras potências mundialmente, e não apenas nas regiões de interesse mais imediato e que se encontram geograficamente mais próximas.

Esses benefícios da competição em escala global derivam do fato de que, sendo o capitalismo um sistema em expansão permanente – ainda que sujeito a crises periódicas –, o poder (econômico e político) possui uma natureza *essencialmente expansiva*, que não pode se limitar a algumas regiões apenas, mas tem de visar sempre à expansão de sua fronteira de controle político e acumulação de riqueza. O poder sob o capitalismo não deve ser visto de uma forma estática e hierarquicamente consolidada, como o faz a abordagem regional. Poder no capitalismo é poder em expansão, tanto na sua forma política como econômica. A dinâmica russa na América do Sul visa à reconquista do poder perdido, por meio de nova acumulação de poder. A dinâmica norte-americana visa a expandir ainda mais o poder que acumulou com o fim da União Soviética.

Isso foi claramente percebido por autores de Economia Política Internacional dos mais variados matizes teóricos, tanto por autores mais vinculados à teoria econômica mais convencional, como Robert Gilpin (1975, p. 43), que afirmou que *“In brief, political economy in this study means the reciprocal and dynamic interactions in international relations of the pursuit of wealth and the pursuit of power”* (grifos nossos), como por autores marxistas, como Nikolai I. Bukharin (1984, p. 99), para quem: *“Uma unidade econômica e nacional que não baste a si mesma e que estenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro.”*

Contudo, o pensamento tradicional de Relações Internacionais, por ignorar as inter-relações entre a acumulação de riqueza e de poder, e por frequentemente não considerar simultaneamente política e economia, corre permanentemente o risco de desenvolver uma visão excessivamente estática e hierarquizada das relações entre os Estados, como aquela que fundamenta a abordagem regional. Quando aplicada a situações concretas, como a América do Sul neste início de século XXI, tal visão parece inadequada e, talvez mais grave, ingênua.

## NOTA

<sup>1</sup> Grifos do original.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIR MOBILITY COMMAND. *White paper, global en route strategy*, preparatory document for Air Force Symposium 2009 – AFRICOM, acessado em 16 de outubro de 2009 em <<http://www.au.af.mil/awc/afcom/documents/GlobalEnRouteStrategy.pdf>>.
- ANDRADE FLÔR, Claudio R. *IV Frota dos EUA: ameaça ou segurança para os países litorais do Atlântico Sul?* Trabalho apresentado ao X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Braga, 2009.
- AYOUB, Mohammed. *The Third World security predicament: state making, regional conflict, and the international system*. Colorado, Boulder: Lynne Rienner, 1995.
- BUKHARIN, Nikolai, I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUZAN, Barry. New patterns of global security in the Twenty-First Century. *International affairs*, vol. 67, n° 3, pp. 431-451, 1991a.
- BUZAN, Barry. People, states and fear: an agenda for international security studies in the Post-Cold War Era. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991b.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Framing Nordic security: scenarios for European security in the 1990s and beyond. In ØBERG, Jan (Ed.). *Nordic security in the 1990s: options in the changing Europe*. London: Pinter, 1992.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GRIMMETT, Richard F. *Conventional arms transfers to developing nations, 1999-2006*, acessado em 15 de outubro de 2009, em <[http://assets.opencrs.com/rpts/RL34187\\_20070926.pdf](http://assets.opencrs.com/rpts/RL34187_20070926.pdf)>.
- KAPLAN, Morton A. *System and Process in International Politics*. New York: John Wiley, 1957.
- GILPIN, Robert. *U. S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.
- LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. The new regionalism in security affairs. In: LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. (Eds). *Regional orders: building security in a new world*. Pennsylvania, University Park: The Pennsylvania State University Press, 1997.
- MEIRELLES PASSOS, José. EUA tentam espantar dúvidas sobre IV Frota. *O Globo*, p. 58, 04/10/2009.
- WRIGGINS, W. Howard (Ed.). *Dynamics of regional politics: four systems on the Indian Ocean Rim*. New York: Columbia University Press, 1992.
- WALLENSTEEN, Peter; SOLLENBERG, Margareta. Armed conflict and regional conflict complexes, 1989-97. *Journal of peace research*, vol. 35, n° 5, pp. 621-634, 1998.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. New York: Random House, 1979.

# Porto Alegre polifônica: mulheres de outro mundo

Núncia Santoro de Constantino\*

O presente estudo propõe diálogo com pessoas que me ajudam a escrever uma história de imigração. São ou foram imigrantes em Porto Alegre e analisei seus depoimentos orais, considerando pressupostos do método indiciário, estudos sobre a memória e subjetividade, principalmente a partir de conceitos definidos por Ginzburg e Portelli.

Ginzburg desenvolve os fundamentos do método indiciário, demonstrando que indícios funcionam como chaves para o conhecimento de realidades; são minúsculas partes tradicionalmente menosprezadas pelo domínio do inconsciente. Para esse historiador, entre as “disciplinas indiciárias” está a História, ciência *sui generis*, cujo conhecimento é indireto, indiciário, conjectural (1989). Ginzburg também lembra que um indivíduo comum, “... destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se

fosse um microcosmo de uma camada social inteira num determinado período histórico...” (1991: 26-7; 21-2). Sob tal base de interpretação, as imigrantes impõem-se como representativas para o conhecimento do fenômeno da imigração.

Tendo como ponto de partida o pensamento bem conhecido de Halbwachs (1976), quando “emoldura” a memória em quadro social, busco saber um pouco mais sobre essa memória, consciente das suas armadilhas. Portelli recomenda ao investigador reconhecer logo a subjetividade para separá-la da informação factual. Define subjetividade como a investigação das formas culturais e dos processos pelos quais os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história (2001). Na subjetividade incluo a repressão, observo processos de autorrepresentação; presto atenção nas diferentes formas ou gêneros narrativos, de acordo com Marie-Françoise Chanfrault-Duchet (2000).

Já é tempo de apresentar estas mulheres cujas vozes escutei: Frida Hess, que emigra do sudoeste da Alemanha em 1924; Wanda Radziuk, que partiu da

\*Doutora em História Social, docente do PPGH-PUCRS, bolsista de produtividade em pesquisa 2 CNPq.

Polônia em 1928 e Hana Jawetz que, saindo também da Polônia, chega a Porto Alegre em 1933; Ruth Herz, que emigra de Frankfurt um ano depois; Chiara Gotter, Valeria Paskulin, Concetta Morelli e Maria Scavuzzo, que partem de diferentes regiões da Itália, na década de 1950, acompanhando um grande fluxo de imigração italiana que atingiu o Rio Grande do Sul no pós-guerra. São oito mulheres que alcançam Porto Alegre em tempos diferentes, intercalados pela guerra.<sup>1</sup>

Importante também assinalar alguns aspectos do contexto urbano que recebeu estas estrangeiras. A cidade crescera depressa desde meados do século XIX. Graças aos excedentes comercializáveis das colônias alemãs, tornou-se o principal mercado consumidor e exportador da Província. A Guerra do Paraguai estimulava ainda mais este comércio e o capital excedente começou a ser empregado na incipiente indústria. O sistema ferroviário aproximou mercados, facilitando o escoamento da produção. Porto Alegre cresceu muito e depressa. Entre 1900 e 1920, mais que triplicou a população.

A Segunda Guerra iria acelerar ainda mais o desenvolvimento da cidade. Com a impossibilidade de importar bens de consumo, ampliou-se o parque industrial, sobretudo nos ramos da metalurgia, produtos químicos, têxteis, móveis, vestuário e aparelhos elétricos. Cresceu também o setor comercial, com maior visibilidade nas primeiras lojas de departamentos do Estado. Ramifica-se o sistema bancário até o final da década de 1950, com a criação de filiais nos bairros. A zona urbana estende-se em superfície; a economia deixa de gravitar somente no centro da cidade e amplia-se o eixo produtivo, dando origem a novos bairros que reforçaram a característica de metrópole. O crescimento também passa a ser vertical e moderniza-se o sistema viário.

Ouvi mulheres que, antes e depois da Segunda Guerra, alcançaram Porto Alegre. O foco das entrevistas inicialmente era o percurso emigrante/imigrante, mas acabou iluminando o que as pessoas deixaram e o que encontraram. Para a narrativa deste percurso convergem relações infinitas; forma-se intrincada a malha, cujos fios compõem esta grande viagem que é a imigração. Leed (1992) exa-

mina a importância das viagens na transformação de personalidades, mentalidades e relações sociais. Para o autor, a estrutura da viagem compõe-se de três momentos: partir, transitar, chegar.

## Partir

Frida viaja sozinha com 21 anos, depois de ter passado por uma guerra. Vivía com pais e irmãos em Bietigheim, onde os pais possuíam um hotel; quando partiu para o Brasil, deixou o noivo na Alemanha. Vinha fazer companhia a um irmão, professor nas colônias recém-criadas ao norte do Rio Grande do Sul. Embarcou em Hamburgo e, em Porto Alegre, embarcou no vaporzinho que seguiria para o norte. Desembarcou no meio do caminho, à beira de uma estrada, sem ninguém que a esperasse, porque a cheia impedira a vinda do irmão. Conta a filha Lori:

... não sabia o que fazer... Então, veio uma menininha, ela perguntou: “fala alemão?” Com aquele alemão de interior, respondeu que sim. “Sabe me dizer onde mora o pastor?” “Ah, pode vir comigo”. “E as minhas malas?” – “Pode deixar aí, porque ninguém pega.” Aí ela passou pela cerca de arame farpado, ficou na casa daquele pastor algum tempo, até que meu tio pôde vir buscá-la, porque estava tudo alagado.

Wanda afirma pouco lembrar em torno da partida, aos quatro anos de idade. Contudo, a lembrança mais viva está relacionada ao medo. Tinha medo dos negros que trabalhavam no navio. O medo também está no pouco que retém da Polônia, onde os pais cultivavam um pequeno lote de terra, em Krasnystaw, não longe de Lublin. Conta: “A minha avó morava perto da nossa casa... Mas no caminho um vizinho tinha criação de gansos e os gansos atacam a gente. Eu tinha medo daquilo [...] acho que o medo faz a gente lembrar [...]”. Continua, explicando as razões de partir: “A família do meu pai era grande... iam dividindo a terra.... E meu pai dizia ‘amanhã ou depois nossos filhos não vão ter mais terras...’” O pai chamava-se Jan Adamiak, viajou com a mulher e com dois filhos pequenos.

Fala Hana, lembrando a partida da Polônia, aos 14 anos:

Meu pai trabalhava com tecidos [...] vendia tecidos nas feiras e nas casas, batendo de porta em porta. Depois surgiu esse antisemitismo e não compravam mais dos judeus [...] Estávamos bem [...] Mas depois meu pai não ganhava mais [...] ele veio para o Brasil e nós ficamos lá [...] minha mãe continuou neste trabalho [...].

Com a mãe e a irmã, Hana sai da pequena cidade onde nasceu: "... em charrete com dois cavalos fomos até Varsóvia, pegamos um trem, fomos até a França pra pegar o navio. [...] Havia muitos judeus em Zuromin." Não esquece um episódio que, há mais de 70 anos, provoca-lhe mágoa: sentava-se na aula ao lado de uma colega, de quem era amiga. Um dia a menina recusou-se a sentar "ao lado de uma judia".

Berta Ruth nasceu em Frankfurt, onde o pai possuía loja de artigos masculinos. Percebendo que recrudescia a perseguição aos judeus, a família emigra para o Brasil, ainda a tempo de trazer consigo alguns bens. Viajam pai, mãe e duas filhas.

Chiara nasceu em 1920, na aldeia alpina de Costalta di Cadore, junto à fronteira com a Áustria, onde pai e irmãos trabalhavam como construtores durante vários meses do ano; a mãe e as filhas cuidavam das vacas e da pequena plantação. Adolescente, fora viver em Milão, para ajudar a tia que trabalhava numa pensão. Depois da guerra casou com um veterinário, e, na difícil conjuntura, o marido aceitou emprego no Brasil, viajando em 1949. Um ano depois, Chiara veio encontrá-lo, com os dois filhos pequenos.

Conta Valeria, proveniente dos arredores de Trieste, que sofrera muito na guerra, porque era de uma família de "partigiani", sendo que ela, a mãe e irmãos passaram algum tempo na prisão. Findo o conflito, conseguiu trabalho, conheceu o futuro marido, casou, teve um filho e, em 1951, embarcou para Porto Alegre, onde o marido instalaria uma fábrica de massas alimentícias. A guerra é uma recorrência no seu depoimento, com destaque à morte do irmão, aprisionado e fuzilado pelos alemães, poucas horas antes do término da guerra.

Maria deixou Adranno, na Sicília. Estudou pouco na Itália, porque a família enfrentava dificulda-

des e, durante a guerra, a situação piorou muito. Era filha de um sapateiro que, no pós-guerra, ficou sem trabalho; recebeu então uma carta de chamada e passagem paga pelo proprietário de fábrica de massas em Porto Alegre, seu conterrâneo e amigo. Giuseppe viajou em 48 e, em fevereiro de 50, conseguiu trazer o filho Pedro que logo conseguiu trabalho como alfaiate. A mulher e outros três filhos viajaram para o Brasil no final daquele mesmo ano.

Concetta saiu de Morano Calabro com 23 anos, para encontrar o noivo, que viera trabalhar com um tio em Porto Alegre, cinco anos antes. Casaram por procuração e ela abandonou o *paese* em 1950, acompanhada por uma tia. Ficaram na Calábria seus pais, irmãos e sobrinhos.

## Transitar

O trânsito das emigrantes representa as etapas intermediárias às suas experiências, e podem ser de variadas durações. É o tempo das adaptações.

Frida passa a viver com o irmão no interior, na divisa com Santa Catarina, na colônia recém-demarcada pelo governo e ocupada por imigrantes europeus. Em pouco tempo transfere-se à capital, para encontrar o noivo que chegava de Bietigheim. Em 1926, casam e, conta a filha Lori, que, quando terminou a cerimônia, "não tinham o que fazer durante o dia todo"; caminharam pela cidade, esperando a hora do jantar que lhes seria oferecido pelo patrão do noivo. Com o tempo administraram o restaurante da Sociedade dos Atiradores e tiveram quatro filhos.

Hana passa a viver em cortiço no bairro Bonfim. Lembra-se que, nos primeiros dias em Porto Alegre, sentou-se sozinha no pátio e chorou. A menina vai conhecendo a cidade, suas primeiras impressões são confusas:

"... chegamos em maio. Achei a cidade muito grande, achei impressionante quando desemos do navio. Meu pai esperou na chegada... o meu irmão também... Trouxe chocolate para a gente... Foi ótimo, a gente não via o pai há seis, sete anos... Eu não gostei daqui, eu não tinha amizade, eu não tinha ninguém..."

Hana não frequentaria a escola no Brasil e logo buscou trabalho em alfaiataria, onde pregava bo-

tões e retirava alinhavos. Depois ingressou no ateliê de uma “modista”, com quem aprendeu mesmo a costurar. Tanto a proprietária como outras empregadas eram judias; “... falávamos a nossa língua...”, recorda Hana, referindo-se ao ídiche.

Ruth viu Porto Alegre no carnaval de 1934 e guarda como uma das primeiras impressões o susto ao ver baratas, inseto que não conhecia. O pai começa a trabalhar como alfaiate e alugam uma casa desconfortável para os padrões de Frankfurt, sem aquecimento, sem gás encanado, com fogão a lenha. Encontravam pessoas que falavam alemão; a moça matriculou-se em colégio de freiras franciscanas alemãs. Nos primeiros tempos não fez amigos, mas logo outros judeus alemães foram chegando; depois arranjou emprego num escritório e também ajudava o pai na alfaiataria.

Wanda centraliza nos pais a narrativa, explicando que a mãe era muito católica, enquanto o pai era ateu. Jan Adamiak viera para as colônias do interior, mas desistiu porque lá era praticamente impossível que as crianças frequentassem escolas. Encontrou, de início, trabalho como operário na construção civil; depois, para sempre, foi operário em fábrica de artefatos de alumínio. Também a mãe foi operária na fábrica de chocolates Neugbauer e sempre desejou retornar à Polônia. Wanda cursou as quatro primeiras séries elementares na escola que funcionava junto à Sociedade Polonesa, aprendendo duas línguas. Mais tarde fez o ginásio comercial, formando-se em 1939.

O navio em que viajava Chiara com seus dois filhos aportou em Santos, onde o marido foi encontrá-la. A família reunida viajou de trem, e depois de jipe, até Lages, em Santa Catarina, onde o marido trabalhava como veterinário. Lá Chiara defronta-se com uma bela e confortável casa, no meio do campo, sem ninguém por perto. Passado algum tempo, o marido troca de emprego e transferem-se para Porto Alegre. Ela recorda sentir-se como em Milão, desfrutando uma cidade grande e moderna, ainda que detestasse a comida, sempre feijão e arroz. Começa a construir uma rede de amizades, frequentando a igreja onde encontra imigrantes como ela.

Valeria, com o marido e duas crianças, instala-se no bairro industrial, onde começavam a construir uma fábrica de massas. Havia umidade e a casa es-

tava cheia de baratas enormes que desencadeavam pânico. Tudo era muito difícil; precisava até mesmo de um dicionário para ir à padaria e não conhecia ninguém.

Concetta reencontrou amigos e parentes em Porto Alegre, onde sua vida era como em Morano Calabro: frequentava somente gente do *paese* que deixara para trás, continuava empregando o seu dialeto e, por isso, não saía de casa sozinha porque “... não sabia falar, e isso era ruim, muito ruim mesmo”.

Acostumada à intensa sociabilidade do *paese* siciliano, Maria defronta-se com a precária moradia de madeira em que iria residir, numa vila popular. A moça costureira logo encontrou emprego numa camisaria; amizades não tardou a fazer porque havia muitos patricios, recém-chegados como ela; encontravam-se aos domingos na Sociedade Italiana. O trabalho dos membros da família em pouco tempo permitiu mudar para um bairro melhor na zona norte da cidade.

## Chegar

Independente do tempo de trânsito, estas mulheres um dia chegam, sentindo-se parte da cidade que se tornava um lugar também seu, encerrando significados.

A família de Frida crescerá: quatro filhos nasceram entre 1926 e 1937. Cuidava das crianças e trabalhava com o marido no restaurante da Sociedade, até que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. A Schützeinverein foi fechada e a família precisou abandoná-la em 24 horas. Durante a Primeira Guerra, o Sr. Hess fora feito prisioneiro na França, onde trabalhou como restaurador de murais. Era preciso recomeçar, e estabeleceu-se como decorador de paredes. Mas faleceu pouco tempo depois, em 1953, quando chegava da Alemanha Max Eberhart, confeitoiro, que casaria com a filha mais velha, Lori. Ela conta que sua mãe incentivou-o a abrir uma confeitaria na qual desde o início prestou serviços. Nos últimos 40 anos, dos 95 anos que viveu, encarregou-se da caixa da Confeitaria Max, onde ficou conhecida pela sua afabilidade e disposição. Frau Hess trabalhou até as vésperas de sua morte, em 1998.

Wanda com 15 anos começou a trabalhar numa drogaria central e continuou estudando à noite no

Instituto dos Comerciários, onde fazia parte do grupo teatral. Depois de um teste, conseguiu participar de radionovelas na Rádio Farroupilha, antes de ingressar por concurso no Banco do Rio Grande do Sul, onde trabalhou até casar-se com Wladislaw, polonês, emigrado no pós-guerra, que conheceu num baile da Sociedade Polonesa. A cerimônia matrimonial foi realizada na igreja dos poloneses; nasceram-lhes dois filhos

A adaptação de Ruth acelerou-se quando começaram a chegar outros judeu-alemães e fundaram uma sinagoga. Ruth conheceu Carlos, com quem casou em 1941. Nasceram três filhas, e o casal sempre trabalhou junto, na firma de representações comerciais que fundaram. Voltou uma vez a Frankfurt, a convite do governo alemão, para um reencontro entre antigos estudantes judeus das mesmas escolas. Diz Ruth: “Não encontrei nada, nem ninguém.”

Chiara precisou de auxílio doméstico, pois a família aumentava depressa no Brasil. Conseguiu uma moça da região colonial italiana, que lhe ensinou a ser brasileira, como gosta de lembrar.

Concetta “... acostumou-se mesmo quando veio a primeira filha... quando já conseguia comunicar-se”. Depois as crianças foram à escola e precisou aprender ainda mais, para ajudá-las com as lições de casa. Sempre sofreu de saudade da família que ficou em Morano Calabro, e se algumas vezes teve vontade de voltar, foi passando. Muitos anos depois, visitou o *paese* e sentiu-se estrangeira.

Valeria entendeu que precisava fazer amizades. Suas crianças brincavam na pracinha, e foi ali que encontrou as primeiras amigas brasileiras. Diz que era preciso viver no Brasil, onde sempre esteve bem porque soube adaptar-se. Aprendeu a comer feijão com arroz, matou insetos com o chinelo, ficou amiga da vizinhança.

Maria deixou de costurar para patrões e abriu a loja Nicoletta. Trabalhando com o irmão Pietro, introduziram novidades na cidade, economizaram e investiram em imóveis. Orgulha-se de ter patrocinado estudos ao irmão mais jovem, que se formou em Medicina. Com a morte da mãe, exerce o papel da matriarca junto à extensa família brasileira. Afirma que vence quem trabalha, como ela. Resgatou

por compra a velha casa familiar na Sicília, de onde foram expulsos pela pobreza e onde passa anualmente o verão.

Sabemos que os depoimentos desencadearam a memória da qual transcrevo alguns fragmentos. Hana chegou a chamar pelo telefone porque queria falar mais: “... lembrava de tantas coisas. Parecia que caminhava nas ruas de Zuromin.” A emoção produz lágrimas em Wanda, principalmente quando lembra o longo período da doença do marido. Concetta e Ruth contam que se sentiram estrangeiras no país de origem. E a memória segue funcionando em continuidade, evocando mais e mais imagens que se encontravam perdidas, organizando e reunindo recordações de infância, histórias esquecidas e mil vezes ouvidas, fatos que aconteceram antes das separações e das perdas. O depoimento é momento em que o passado poderia ser idealizado como tempo de exclusiva felicidade. Mas essas mulheres não parecem idealizar o passado, narram quase sempre de forma coerente.

Entretanto, a fonte oral inclui autorrepresentação e, como tal, evidencia subjetividade. Isto quer dizer que as pessoas desejam apresentar-se com coerência, porque nem sempre foram coerentes. Amadureceram, mudaram, mas apresentam-se ao outro como se tivessem sido sempre assim. É o quadro do presente emoldurando o passado, como ensina Halbwachs. Lembro também de Ronald Fraser quando registra que a autorrepresentação é expressada por estereótipos e mitos (1993), como a mulher generosa, a mulher avançada, a mãe abnegada, a filha dedicada. Estes estereótipos são fenômenos culturais e, por isso, interiorizados, vividos como naturais.

Além de tudo, nossas depoentes apresentam diferentes formas de narrar, abraçam distintos gêneros literários, também como manifestação do subjetivo. Chanfrault-Duchet (2000) me auxilia a desconstruir narrativas, percebendo esses distintos gêneros. Através da autora, identifico três modelos de narrativa: a épica, a novelística e a picaresca, como empréstimo de formas literárias disseminadas na tradição oral, na literatura, nas séries de televisão. Quem deseja comunicar escolhe um gênero, ou ainda emprega gêneros combinados, de



acordo com as posturas individuais diante deste ou daquele assunto.

Chiara revela-se dramática, fatalista como Concetta, que se adaptou porque não havia outro jeito. Maria é romântica: quem é trabalhador conseguirá o que deseja; Valeria é picaresca, irônica, vai se ajustando, fazendo concessões.

Os mitos empregados também confirmam estas diferentes posturas. Assim, uma análise textual acaba revelando visões de mundo e ideologias, além de revelar contradições.

Concetta sentiu-se “estrangeira” na Itália e desejou retornar logo à sua casa, “... que fica em Porto Alegre”. Ruth conta que, na Alemanha, não reconheceu ninguém, sua vida estava mesmo em Porto Alegre. Chiara, que antes se revelou dramática, também diz que não houve problemas: “... para mim foi tudo bem, eu adorei o Brasil, os brasileiros, eu me dou bem com todo o mundo...” Paradoxalmente, Valéria afirma: “... minha casa está lá, mas não moro mais lá, moro aqui (em Porto Alegre), aqui estão meus afetos e desafetos...”

As depoentes lembram, refazem trajetórias, reconstroem processos sob ângulos inusitados. Destacam de imediato o exótico, como a desempenhar o papel de estranhas que delas se espera. Mencionam signos de um mundo desconhecido que lhes desafiava, como os insetos. Desamparadas ao chegar, sofreram, e a imagem mais eloquente é descrita por Hana, sentada, chorando, no meio do pátio, desejando voltar.

Aprenderam a língua que não era sua, porque falar a língua da terra era o que mais necessitavam, desejando chegar. Aquelas que foram mães assinaram a maternidade como o definitivo momento de chegada; os filhos pequenos a serem criados no Brasil são âncoras lançadas no porto de ingresso.

Estas mulheres imigrantes agora se narram. Os inúmeros fios das suas narrativas remetem ao conhecimento histórico de cidades europeias grandes e pequenas, à capital do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Remetem ao trabalho malremunerado, à solidão no estrangeiro, às surpresas de uma nova terra onde também se trabalha muito. Remetem às perdas e aos ganhos, à formação de novas e resistentes redes de solidariedade.

Decidiram falar e falaram, desobstruindo percursos difíceis. É incontestável que ajudam a escrever a história da imigração, enquanto receberam um momento para reconstruir o próprio passado.

O interesse esteve sempre direcionado à possibilidade de que contassem suas histórias. Desta possibilidade resulta pouco, se considerarmos o quantitativo; qualitativamente haverá algo mais para acrescentar à História Social de Porto Alegre, onde a concentração de imigrantes é significativa desde o século passado. Através de oito mulheres, ouviu-se a história da imigração em Porto Alegre, em suas correntes mais representativas: alemãs, italianas, polonesas. Essas mulheres efetivamente sabem o que é imigração. Foram suas experiências que valeram, entendidas como várias formas de viver, de conhecer e de construir a chamada realidade.

## NOTA

1 Os depoimentos encontram-se arquivados no Laboratório de Pesquisa em História Oral, PPGH- PUCRS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHANFRAULT-DUCHET, Marie-Françoise. “Dimension argumentative et refrains dans le récit de vie oral”, *Cahiers de sociolinguistique*, n° 5, Presses universitaires de Rennes, 2000.
- FRASER, Ronald. “Historia Oral, Historia Social”. In: *Historia Social*. n. 17, Valencia, 1993.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes”. In: ECO, Umberto & SEBEOK, Thomas A. *O Signo de Três*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.
- IZQUIERDO, Iván. *Questões sobre a Memória*. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- LEED, Eric J. *La mente del viaggiatore: dall’Odissea al turismo globale*. Bologna: il Mulino, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. *L’ordine è già stato eseguito: Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria*. Roma: Donzelli, 2001.

versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

VERSUS  
ACADÊMICA

REVISTA VERSUS ACADÊMICA, NOVEMBRO DE 2009

57

# Empirical evidence of the balance of payments constrained growth in Cuba. The effects of comercial regimes since 1960.

Guadalupe Fugarolas Álvarez-Ude\*  
David Matesanz Gómez\*\*  
Isis Mañalich Gálvez\*\*\*

## Abstract

This paper seeks to investigate whether the balance of payments has been a key determinant of the Cuban long-term economic growth during different commercial policy regimes spanning over the period 1960 to 2004. We focus here on built the impact of terms of trade movements into a specification of Thirlwall's hypothesis. Cointegration multivariate tests for non-stationary series reveal that economic growth, exports of goods and services and terms of trade are driven by a common

stochastic trend and finding support for an economic growth path constrained by the country own external demand position.

**Keywords:** Cuba, Thirlwall's model and cointegration.

**JEL Classification:** C22, C32, F31, F43.

## 1. Introduction

Economic performance of Cuba has been much linked to the external sector in the long socialist revolution time. From 1970 to 1989 its economy was overbear by the integration of Cuba in the Council of Economic Mutual Assistance (COMECON), formed by socialist countries. This period entailed for Cuba the definition of all the relevant aspects of

\*GAME-IDEGA. University of Santiago de Compostela and Banco Popular (Spain). E-mail: guadafugarolas@gmail.com

\*\*Applied Economics Department, University of Oviedo (Spain). E-mail: matesanzdavid@uniovi.es

\*\*\*Researcher of National Institute for Economic Research (Cuba). E-mail: isis@inie.cu

the external sector; the direction of the imports and exports flows, the prices of exports and imports and, therefore, its international trade specialization pattern. Besides, the COMECON implied special financial facilities for trade flows and commercial preferences for the Cuban economy. After the Berlin Wall fallen in 1989, Cuban output suffered an intense crisis (output losses in real terms reached up to 35% until 1993) and a period of structural reforms began searching for both macroeconomic stability and a “new” international pattern into the world economy. This new guide of international integration has been based more intensely in the services, mainly associated to tourism exports, rather than in deep changes in the goods trade flows (see table 1).

In this paper we analysed the role of the external sector in the Cuban economy by means of the restriction to growth that balance of payments (BP) and in this context probably, the most traditional demand approach is that exposed by Thirlwall (1979) and Thirlwall and Hussain (1982). Essentially, Thirlwall’s Law (TL) point out that a country’s economic growth rate can be approximated by the inverse of import income elasticity times the rate of growth of exports. So, balance of payments position can work as a limitation (or not) to economic growth. Among many others, Atesoglu (1995 and 1997), Hieke (1997), McCombie and Thirlwall (1994), Moreno-Brid (1999), López and Cruz (2000), Perraton (2003) Bairam (1988), Turner (1999), Fugarolas and Matesanz (2008) have verified different versions of

the TL model showing robust results of the estimated economic growth consistent with the equilibrium of the BP and the real output growth in either developed or developing countries.

Though Cuban economy is an appealing example due for its *special* arrangements in the international trade, little work has been done in analyzing its external sector pattern and its consequences on its own growth path. To the best knowledge of the authors, only three recent papers have used this demand model, namely Mendoza and Roberts (2000), Cribeiro and Triana (2005) and Fundora y Vidal (2006). In this letter, we deal with a long-run analysis from 1960 up to nowadays discerning three different short terms defined by two exogenously cut-off points in keeping with Cuban commercial policy-making: 1970 when the Cuba joined to the COMECON system and 1990 when this economic system exploited with the dissolution of the Soviet Union and consequently the disappearance of the external trade Cuban preferences. This paper firstly extends the strongest form of this hypothesis in Cuba by adding the essential impact of terms of trade in a trivariate framework where not only goods but also services are included also in the export variable.

The objectives and contributions of the paper are twofold. The first is to present original structural demand insights in the Cuban performance in different and relevant periods since 1960; especially we want to reveal the role of the COMECON period and the post soviet era. The second is to include the

**Table 1. Cuba: GDP, exports and imports (1960-2004 and selected periods)**

Period	$\dot{gdp}$ (1)	$\dot{x}$ (1)	$\dot{m}$ (1)	$\dot{tot}$ (1)
1960-2004	3.03	4.87	5.00	0.26
1960-1989	4.91	7.71	9.14	-0.81
1970-1989	5.47	8.53	9.74	-0.82
1990-2004	-0.1	-0.38	-2.24	2.83

*Notes:* (1) Denotes average annual rates of growth of real GDP, exports and imports, respectively.  
Source: Own calculations based on data from CEE (1989) and ONE (1996 and 2004)

services in the analysis, for the first time, due to the great importance of tourism in the Cuban economy since the beginning of the nineties. For it, we use multivariate cointegration procedures to test for the existence of long-run relationships on the basis of non-stationary time series-data and error correction estimations on the speed of adjustment to past disequilibrium. In addition, parameters stability is checked.

The rest of the paper is organized as follows. Section 2 describes the data and the methodology. In Section 3 we present the econometric estimates of the model. Finally, Section 4 concludes the paper.

## 2. Data and Methodology

The dataset consists of Cuban observations on real gross domestic product ( $GDP_t$ ), exports of goods and services ( $X_t$ ) and prices of imports ( $P_{m,t}$ ) and exports ( $P_{x,t}$ ). Commodity and services terms of trade (1997=100) is defined as  $(P_{m,t}/P_{x,t}) \times 100$ . Annual data from 1960 to 2004 are collected from Oficina Nacional de Estadística (ONE), Comité Estatal de Estadísticas (CEE), Instituto Nacional de Investigaciones Económicas (INIE) and Ministerio de Economía y Planificación (MEP). All variables are measured in Cuban pesos and expressed in natural logarithms.

Our point is to build the impact of terms of trade movements into Thirlwall's formulation. Accordingly, the long-run equation explaining the balance of payments equilibrium income  $Y_{BP}$  behaviour is given by following log-linear model in levels (Moreno-Brid and Pérez, 1999; Fugarolas and Matesanz, 2008)<sup>1</sup>

$$\ln Y_{BP,t} = \alpha_0 + \alpha_1 \ln X_t + \alpha_2 \ln(P_{m,t}/P_{x,t}) + \varepsilon_t \quad (1)$$

where  $\varepsilon_t$  represents a random error term. In the spirit of Thirlwall's Law, parameter  $\alpha_2$  measuring the effect of a change in terms of trade is defined by the rate of price elasticity of demand for imports divided by the income elasticity of demand of imports ( $\pi$ ) which is precisely given by the inverse of  $\alpha_1$ .

Prior to testing for the possibility of a long-run relationship as the one depicted in equation (1), it is important to examine time series univariate properties. In particular, the order of integration

of the series is determined here by the Augmented Dickey and Fuller (1979) procedure following the sequential decision tree process proposed by Charremza and Deadman (1992) to test for the significance of trend and drift under the null hypothesis of non-stationary.

The multivariate Johansen and Juselius (1990) method is then used to determine the number of cointegrating vectors as their estimates. Based on the maximum-likelihood estimation procedure and essentially depending on the gaussian properties of the error terms of the underlying three-variable vector autoregressive (VAR) model, this analysis basically provides two statistics known as the *trace statistic*,  $\lambda_{trace}$ , and the *maximal-eigenvalue statistic*,  $\lambda_{max}$ : trace max starting with the null of no-cointegration both sequentially test the supposedly highest order of cointegration which is assumed to be at most the number of endogenous variables in our model.

Lastly, when series are found to share a common stochastic trend, Granger representation theorem assumes that the natural approach is to compute vector error correction (VEC) modelling. More specifically,  $k$ -dimensional VECs to be estimated in each of the samples are

$$\Delta \ln Y_{BP,t} = \delta_0 + \sum_{i=1}^k \theta_i \Delta \ln Y_{BP,t-i} + \sum_{i=1}^k \gamma_i \Delta \ln X_{t-i} + \sum_{i=1}^k \chi_i \Delta \ln(P_{m,t-i}/P_{x,t-i}) + \lambda \varepsilon_{t-1} + u_t \quad (2)$$

where  $\Delta$  indicated the first difference operator,  $\varepsilon_{t-1}$  are the lagged stationary residuals from equation (1),  $\lambda$  represents the speed-of-adjustment coefficient to long-run equilibrium and  $u_t$  is a white noise process.

## 3. Econometric estimates of the model

Before any estimation to ascertain the existence of long-run relationships we check the level of stationary of each of the three series. The results of the univariate Dickey and Fuller test applied to the level and the first differenced data over the period 1960-2004 are summarized in Table 2<sup>2</sup> assuming that the optimal lag length minimizes information criteria of Akaike and Schwarz and avoids residual autocorrelation. We observe that not only neither

trends nor drifts should be entered in the cointegration space but also that all the variables are not level stationary but they are integrated of order one, that is,  $I(1)$ .

In each of the considered periods, fitting the optimal three-variable VAR basis modelling requires to specify the appropriate number of lags ensuring Gaussian errors. By relying on the Akaike (AIC) and Schwarz (BIC) and Hannan-Quinn (HQ) infor-

mation criteria at the 5% significance level, and as Table 3 shows, optimal autorregressive systems are governed by a one-year lagged structure for those longer periods beginning in the sixties while two-years are selected for the shorter ones, 1970-1989 and 1990-2004. In the diagnostic view of the properties of the error terms use is made of residual Portmanteau (Q) and Breusch-Godfrey Lagrange Multiplier (LM) autocorrelation tests, White hete-

**Table 2. Augmented Dickey-Fuller test (ADF).**

PERIOD 1960-2004		<i>k</i>	Model (i)		Model (ii)		Model (iii)
variable	$\tau_{\beta\delta}$		$t_{tc}$	$\tau_{\alpha\mu}$	$t_c$	$t_{nc}$	
$\ln GDP$	1	0.481	-1.423	1.996	-1.909	1.715	
$\Delta \ln GDP$	1	n.a	n.a	n.a	n.a.	-2.550*	
$\ln X$	1	1.571	-1.946	1.257	-1.131	1.193	
$\Delta \ln X$	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4.324* **	
$\ln(P_m/P_x)$	1	1.247	-2.131	-1.026	-1.803	-1.484	
$\Delta \ln(P_m/P_x)$	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-5.504* **	
PERIOD 1960-1989		<i>k</i>	Model (i)		Model (ii)		Model (iii)
variable	$\tau_{\beta\delta}$		$t_{tc}$	$\tau_{\alpha\mu}$	$t_c$	$t_{nc}$	
$\ln GDP$	0	1.582	-1.657	0.872	-0.633	4.967	
$\Delta \ln GDP$	0	n.a	n.a	n.a	n.a.	-3.239* **	
$\ln X$	1	2.443	-2.549	0.870	-0.671	1.622	
$\Delta \ln X$	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4.136* **	
$\ln(P_m/P_x)$	0	-0.340	-1.506	-1.475	-1.622	-0.721	
$\Delta \ln(P_m/P_x)$	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-5.004* **	
PERIOD 1970- 1989		<i>k</i>	Model (i)		Model (ii)		Model (iii)
variable	$\tau_{\beta\delta}$		$t_{tc}$	$\tau_{\alpha\mu}$	$t_c$	$t_{nc}$	
$\ln GDP$	0	0.1050	-0.5409	2.691	-2.4830	4.999	
$\Delta \ln GDP$	0	n.a	n.a	n.a	n.a.	-2.1937*	
$\ln X$	1	1.279	-1.799	2.003	-1.846	1.449	
$\Delta \ln X$	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-3.397* **	
$\ln(P_m/P_x)$	0	1.771	-1.866	-2.105	-2.056	-0.340	
$\Delta \ln(P_m/P_x)$	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-3.230* **	

Notes: *k* is the lag structure order chosen to guarantee white noise residuals; subscripts *tc*, *c* and *nc* indicate if trend and intercept. intercept or none is included in test model (i), (ii) and (iii) respectively.  $\tau_{\beta\delta}$ ,  $\tau_{\alpha\mu}$  denote statistics for individual or joint significance of trend and intercept assuming unit root. \* and \*\* show 5% and 1% significance level in accordance to MacKinnon (1996) critical values; n.a is non available. Results implemented using Eviews 4.1.

**Table 3 VAR. Lags structure and residuals**

Period	Lag	Information criteria				Residuals-Diagnostic Views				
		LR	AIC	BIC	HQ	Ho: non autocorrelation		Ho: normality		Ho: homocedasticity
						Q	LM	JB <sub>Chol</sub>	JB <sub>Urz</sub>	White
1960-2004	1	253.58*	-5.47*	-4.98*	-5.29*	100.26	4.44	4.94	47.66	44.67
1960-1989	1	158.93	-5.74*	-5.18*	-5.56*	77.35	9.4	2.4	19.77	30.74
1970-1989	2	19.45*	-7.30*	-6.26*	-7.10*	44.91	8.59	7.07	20.34	81.27
1990-2004	2	52.06*	-7.02*	-6.46*	-7.03*	31.12	6.49	10.5	17.23	83.98

Notes: LR, AIC, BIC and HQ stand for sequential modified LR test, Akaike, Schwarz, Hannan-Quinn information criteria respectively; \* indicates lag order selection. Following Box and Jenkins (1970) approach lags for autocorrelation tests are taken as the third part of the observations. Results carried out by Eviews 4.1

**Table 4. Johansen and Juselius Cointegration Test**

Period	Lags	Johansen Test		
		Number of cointegration relations under Ho	Statistics	
			$\lambda_{trace}$	$\lambda_{max}$
1960-2004	1	None	41.72 * (**)	34.80 * (**)
		At most 1	6.91	5.29
		At most 2	1.93	1.63
1960-1989	1	None	33.95*	23.24 *
		At most 1	10.71	9.11
		At most 2	1.59	1.59
1970-1989	2	None	52.73 * (**)	31.43* (**)
		At most 1	21.30* (**)	12.26
		At most 2	9.04 * (**)	9.04* (**)
1990-2004	2	None	42.52 * (**)	30.23* (**)
		At most 1	12.28	12.01
		At most 2	0.18	0.18

Notes: Lag structure is drawn in each period from Table 3 results. \*(\*\*) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level taking into account Osterwald-Lenum critical values. Trace and Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating equation(s) both 5% level. Results computed with Eviews 4.1

rocedasticity and Jarque-Bera nonnormality test via Cholesky ( $JB_{CHOL}$ ) and Urzua ( $JB_{URZ}$ ) factorizations; well-behaved residuals are accepted in all samples.

Concentrating on Table 4, we gather that the null hypothesis of no cointegration among all variables that enter in equation (1) can be rejected at the 5% level of significance by both  $\lambda_{trace}$  and  $\lambda_{max}$  tests in most periods. Only in the sub-sample tracemax 1970-1989, both statistics give conflicting results; those scenarios assessing a cointegration relationship quite close to nonstationary boundary lead to low power tests but, as suggested by Johansen and Juselius (1990), it is better to made decisions based on the maximum eigenvalue. Henceforth, Johansen (1991) procedure results evidence that generally there exists one cointegrating vector among the log form of GDP, exports of good and services and terms of trade.

By arbitrarily setting the estimated coefficient of  $\ln GDP$  at -1, cointegrating vectors are normalized and the estimates of  $\alpha_1$  and  $\alpha_2$  respectively carry out their long-run elasticity with respect to exports and terms of trade. From Table 5, we note that, as expected, all estimations indicate highly statistically significant positive relationships between income and exports. One interesting finding is that in all the phases the sign of terms of trade are positive, revealing that those significative increase in terms of trade were tending to increase Cuban growth path. This sign is contrary to the rest of the papers that have included terms of trade in their analysis (among others; Lopez and Cruz, 2000 and Perraton 2003) and probably is related to the fact that Cuban economy has shown for our time period an external model of growth in which imports causes growth, in contrast with the traditional export led growth hypothesis (Fugarolas, Mañalich and Matesanz, 2007).

The long-run elasticities estimated are finally used to calculate income elasticities of demand of imports ( $\pi$ ) and the equilibrium rate of growth ( $y_{BP}$ ). No great differences can be discerned among the low values observed for  $\pi$  but in the 1990-2004 period the income elasticity of imports clearly decreases. This situation is not due to an improvement in imports substitution but probably reveals the incapacity for Cuba to get import goods neces-

sary to grow because its scarcity of foreign assets (exports growth dropped -0,3% in this period and imports -2,24%).

We also observe that the actual growth rates are very near from the TL estimated ones in the 1960-1989 period (and 1970-1989). Moreover, actual growth rates are above the estimated ones, suggesting that Cuban economy was able to surpassing its balance of payments constraint during COMECON period. After that, we can see how the actual growth rate is far below the TL rates revealing how the disappearance of the soviet period induced an output adjustment much more intense than balance of payments required recovering the equilibrium. The contraction of the economic activity from 1989 to 1993 was so intense that in the whole period, 1960-2004, the actual growth rates are quite below from the TL estimated ones for that period. This simple analysis is suggesting that Cuban economy was working during the soviet period in a *fictitious*<sup>3</sup> competitive sense and when in 1989 the wall fallen this situation induce an intense activity crises in the economy. We can observe that in 1990-2004 period the actual and estimated growth rates are much lower than previously (more than 3.5 points below).

Finally, in the short-run, error correction estimates for  $\lambda$  are only evidencing for the whole period a significant (at the 95% confidence level) speed of adjustment of about 24% for the  $Y_{BP}$  towards its equilibrium level. Although in all subsamples disequilibria have been even up in the same year, swiftness is especially low in those phases before 1989 but increases up to around 64% in 1990-2004 once the COMECON agreement finishes. Again, this short term result is addressing not only that the severe adjustment induced for the soviet block disappearance modified the competitive situation of the economy in Cuba but is also revealing its difficulty of rapidly recover a "new" and successful economic growth path after 1989.

To conclude, we should remark that essential events in Cuban commercial policymaking have exogenously broken up the forty-four annual observations sample running from 1960 to 2004 into the three studied phases. Although cointegration relations have been assumed with individually significant elasticity coefficients, stability must be

**Table 5. Cointegrating estimates, elasticities, VEC adjustment and growth rates**

Period	Cointegrating coefficients			Elasticity $\pi$	Speed $\lambda$	Growth rates (%)	
	$a_0$	$a_1$	$a_2$			$y_{BP}$	$y$
1960-2004	5.444	0.565 [41.913]	0.131 [3.81]	1.767	-0.2465 [2.259]	4.806	2.965
1960-1989	5.179	0.6057 [30.60]	0.2827 [4.456]	1.650	0.0118 [0.082]	4.232	4.737
1970-1989	5.044	0.625 [69.80]	0.315 [13.232]	1.598	0.0648 [0.147]	4.484	5.191
1990-2004	2.576	0.917 [15.926]	0.441 [7.866]	1.089	0.434 [0.626]	0.843	-0.292

Notes: The vectors are normalized for lnGDP;  $a_1$  and  $a_2$  are the export and terms of trade elasticities of GDP;  $\pi$  is the income elasticity of imports (the inverse of  $a_1$ ) and  $y_{BP}$  denotes the sustainable rate of growth. Figures in parentheses represent asymptotic absolute values of the  $t$ -statistic. Results carried out by Eviews 4.1.

analyzed. In so doing, formal checking of both the long-run and short-run parameter constancy use the single-equation CUSUM-type tests introduced by Brown et al. (1975). Based on recursive residuals of each estimated VEC modelling displayed in equation (2), CUSUM and CUSUMQ represent its cumulative sum and its cumulative sum of squares. For each sample, Figure 1 (in the annex) plots the test statistic representation together with the 5% level critical bounds. Generally, and in the majority of terms, they are inside the uncritical region and, therefore, the null hypothesis of parameter constancy cannot be rejected as long as both CUSUM and CUSUMQ statistics. Concerning about the stability of the model only arises in 1990-2004 as CUSUMQ test is falling outside the area between the two critical lines.

#### 4. Summary and Conclusions

In this paper we have analysed the role of the external sector, including terms of trade, in the Cuban economic growth in the long sample running from 1960 to 2004. By using cointegration and VEC methodology our results suggest that Cuba overcomes its balance of payments constraint during the COMECON period. This commercial integration area entailed *especial* trade and financial facilities for Cuban economy that allowed this balance of payments situation. Once the Berlin Wall fell in 1989, which implied the lost of these preferential markets for Cuba, the international competition (jointly with capital restrictions and, of course, the US sanctions) induced an intense economic adjustment. Only in 1994 the economic growth be-



gun to recover a positive path and in revealing the inconsistency of the previous performance in its external sector and in 2004 the real output reached 1990 levels. The lost decade for Latin America in the eighties has been delayed for Cuba until nineties, but in this case its economy has suffered the *lost decade and a half*.

A new, and more international competitive, international specialization pattern is growing up

in the economy since mid nineties. The balance of payments constraint growth framework has shown an interesting approach to explain economic performance and the effects of commercial agreements in the island during the long period we have analysed. For the future, this approach will be more useful due to the new pattern arising since 1989 will be endowed in a more competitive international environment.

## Annex

Figure 1. Plots of Cumulative Sum of Recursive Residuals (CUSUM) and Cumulative Sum of Squares of Recursive Residuals (CUSUM of Squares)

Figure 1.1. 1960-2004

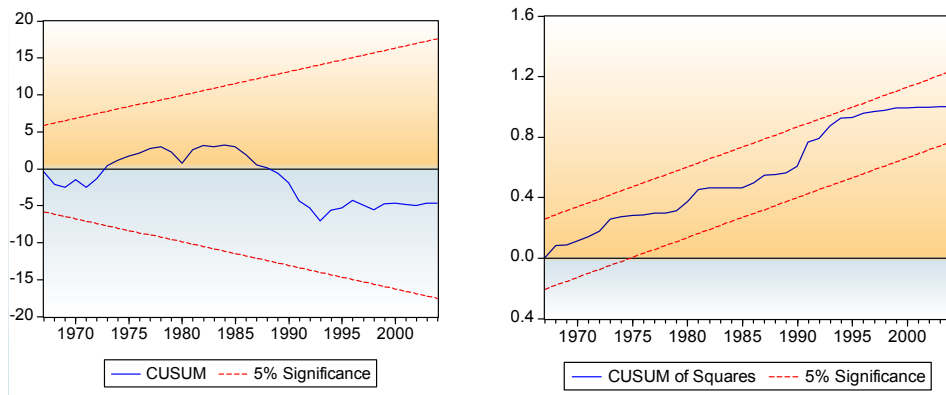


Figure 1.2. 1960-1989

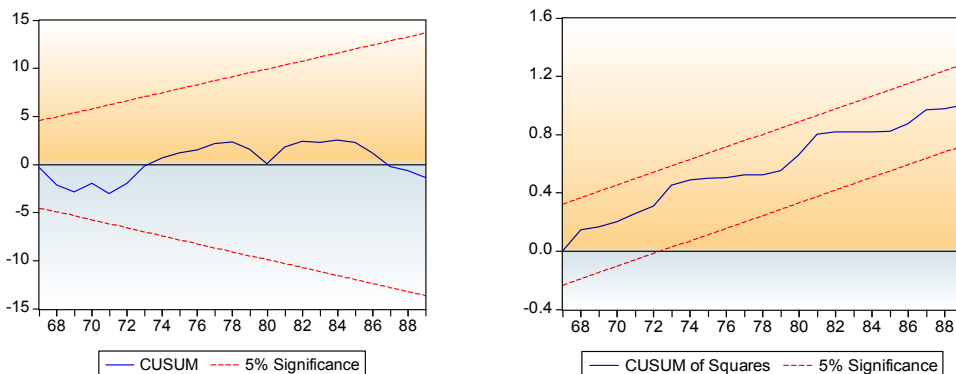


Figure 1.3. 1970-1989

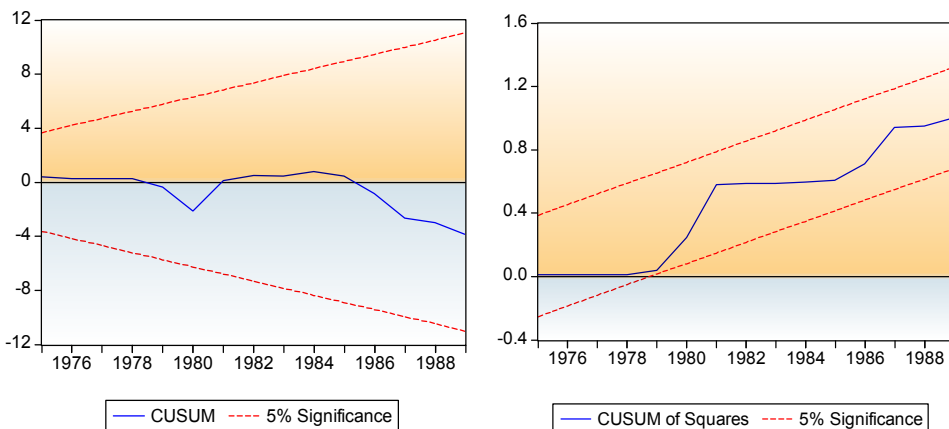
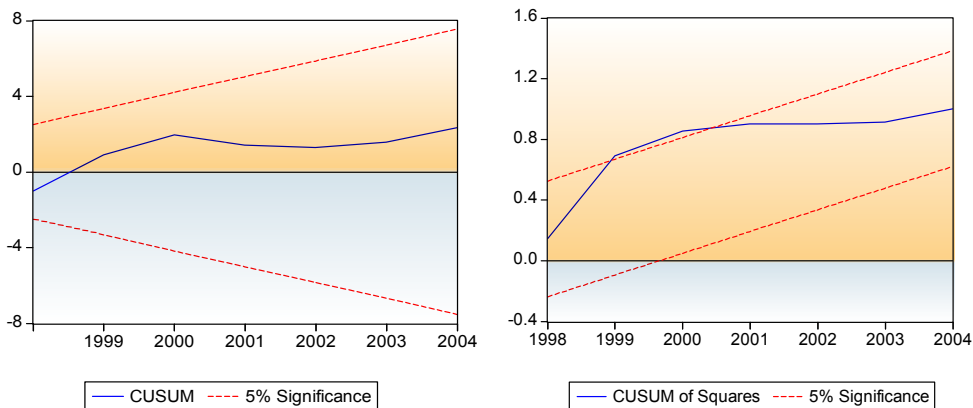


Figure 1.4. 1990-2004



## NOTES

<sup>1</sup> In Moreno-Brid and Pérez (1999) the complete development of the model can be found.

<sup>2</sup> Cuban commercial policy making result in three small subperiods exogenously fixed. MacKinnon (1996)'s critical values for the ADF test are not valid for samples containing less than twenty observations, so the ADF test for the period 1990-2004 is not available. In this term, we note that cointegration is itself testing for the unit roots as long as if the series do not have a unit root then the number of cointegrating vectors should be equal to the number of endogenous involved variable (three in this study).

<sup>3</sup> By *fictitious* we mean no market directed, but administer prices within the COMECON.

## REFERENCES

- Atesoglu, H.S. (1997) Balance of Payment constrained growth model and its implications for the United States, *Journal of Post Keynesian Economics*, 19(3), 327-335
- Atesoglu, P. S. (1995) An explanation of the slowdown in US economic growth, *Applied Economics Letters*, 2, 91-94.
- Bairam, E. (1988) Balance of payments, the Harrod foreign trade multiplier and economic growth: the European and North American experience, *Applied Economics*, 20, 1635-1642.
- Box, G.E.P. and Jenkins, G.M. (1970) *Times Series Analysis Forecasting and Control*, Holden-Day, San Francisco.
- Brown, R. L., Durbin, J. and Evans, J. M. (1975) Techniques for testing

the constancy of regression relations over time, *Journal of Royal Statistical Society*, **B37**, 149-192.

CEE (1989) *Statistical Annuary of Cuba*, Comité Estatal de Estadísticas de Cuba.

Charemza, W. and Deadman, F.D. (1992) *New Directions in Econometric Practice* Brookfields VT Edward Elgar.

Cribeiro Y. and Triana, L. (2005) *Las Elasticidades en el Comercio Exterior Cubano: Dinámica de corto y Largo plazo*. Tesis de grado. University of the Universidad de la Habana. Cuba, unpublished.

Dickey, D.A. and Fuller, W.A (1979) Distribution of the estimates for the autorregressive Time series with a Unit Root, *Journal of the American Statistical Association*, **74**, 427-431.

Fugarolas, G., and Matesanz, D. "Long- and short-run balance of payments adjustment: Argentine economic growth constrained." *Applied Economics Letters*, 2008, **15**, 815-820.

Fugarolas, G., Mañalich, I. and Matesanz, D. (2007) Are exports causing growth? Evidence on international trade expansion in Cuba, 1960-2004, MPRA Paper 6323, available on line in

[http://mpra.ub.uni-muenchen.de/6323/1/MPRA\\_paper\\_6323.pdf](http://mpra.ub.uni-muenchen.de/6323/1/MPRA_paper_6323.pdf)

Hieke, H. (1997) Balance of Payments Constrained Growth: A reconsideration of the Evidence for the U.S. Economy, *Journal of Post Keynesian Economics*, Spring **19** (3), 313-325

Johansen, S. (1991) Estimation and Hypothesis testing of Cointegration Vectors in Gaussian Vector Autorregressive Models, *Econometrica*, **59**, 1551-1580.

Johansen, S. and Juselius, K. (1990) Maximum Likelihood Estimation and Inferences on Cointegration-with applications to the demand for money, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, **52**, 169-210.

Lopez, J. and Cruz, A. (2000) Thirlwalls Law and beyond: the Latin American Experience, *Journal of Postkeynesian Economics*, **22** (3), 477-495.

Perraton, J. (2003) Balance of Payments Constrained Growth and Developing Countries: an examination of Thirlwall's hypothesis, *International Review of Applied Economics*, **17**, 1, 1-22.

MacKinnon, J. (1996) Numerical Distribution Functions for the Unit Root and Cointegration Tests, *Journal of Applied Econometrics*, **11**, 601-618.

McCombie, J. and A.P. Thirlwall (1994) *Economic Growth and the Balance of Payments constrained Growth*, New York, St Martin Press.

Mendoza Y. and Roberts, L. (2000) El Crecimiento Económico y las Restricciones en el Sector Externo: Una Aplicación al Caso Cubano. *Cuba: Investigación Económica*.

Moreno-Brid, J.C. (1999) Mexico Economic Growth and the balance of Payments Constraint: a cointegration analysis, *International Review of Applied Economics*, **13**(2), 149-159.

Moreno-Brid, J.C., and Pérez, E. "Balance of Payments Constrained growth in Central America: 1950-96." *Journal of Post Keynesian Economics*, Fall 1999, **22** (1), 131-147.

ONE (1996 and 2004) *Statistical Annuary of Cuba*, Oficina Nacional de Estadísticas.

Thirlwall, A.P. (1979) The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, January, 45-53.

Thirlwall, A.P. and Hussain, M. N (1982) The balance of payments constraint, capital flows and growth rates differences between developing countries, *Oxford Economics Papers*, **10**, 498-509.

Turner, P. (1999) The Balance of Payments Constraint and the Post 1973 Slowdown of Economic Growth in the G7 Economies, *International Review of Applied Economics*, **13**, 1, 41-53.

VERSUS  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

VERSUS  
ACADÊMICA

REVISTA VERSUS ACADÊMICA, NOVEMBRO DE 2009

# O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória

Vanessa Oliveira Batista\*

## 1. Movimentos migratórios contemporâneos e os direitos humanos

A história da humanidade se confunde com a história dos movimentos migratórios. Há vinte mil anos o homem, originário da África, já ocupava a maior parte do globo terrestre. Foram os movimentos migratórios que originaram todas as nacionalidades e forjaram a identidade de cada nação ao longo dos tempos. Desde sempre o impulso migratório humano tem sido determinado por fatores diversos, como cataclismos naturais, invasões

colonizadoras e migrações forçadas, sendo as duas últimas as mais violentas e cruéis, gerando a decadência de civilizações e a escravidão.

As migrações focalizadas nos aspectos econômico e político são um fenômeno do mundo moderno e se relacionam diretamente com os postulados do liberalismo, adotados a partir do século XIX. No entanto, apesar de diversos pontos da teoria liberal terem seguido seu curso, o mesmo não se deu com a questão migratória. O que era liberdade de ir e vir passou a ser alvo de uma série de restrições legais, pois as variadas crises pelas quais passou o mundo levaram os governos a interpretar as migrações, por muitas vezes, como fatores de desestabilização econômica e/ou política.<sup>1</sup>

No mundo contemporâneo, marcado por mudanças radicais e profundas, com uma crescente expansão econômica e inovações tecnológicas de toda ordem, em especial nas áreas de comunicação

\* Mestre e doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidad Complutense de Madrid. Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Núcleo de Estudos Internacionais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direito constitucional, direitos fundamentais e direito internacional público.

e transportes, observa-se um grande contingente populacional se deslocando interna e internacionalmente, o que implica na urgente tarefa de confrontar os fatos com o direito, a fim de se executar soluções políticas que tragam resultados positivos tanto para os estados quanto para os seres humanos.

Na realidade, esta é a questão que deve dominar este ensaio: como é possível, ao mesmo tempo, respeitar a liberdade de ir e vir do indivíduo, seus direitos inscritos em tratados internacionais e legislações nacionais e, ao mesmo tempo, não ultrapassar os limites impostos pela soberania estatal de limitar alguns desses mesmos direitos? Ou seja: como conjugar o desejo de um indivíduo de buscar oportunidades e se instalar em outro país, com o monopólio de regular a mobilidade que pertence aos Estados em função de sua soberania?

Os movimentos migratórios internacionais contemporâneos se caracterizam por serem mais que fenômenos sociais, pois têm um forte componente político expresso, sobretudo, na organização dos Estados no âmbito internacional.<sup>2</sup> Esta situação se confunde com a própria questão dos direitos humanos, que se impõe sobre a discussão das migrações.

Do ponto de vista **político**, o fenômeno dos direitos humanos se caracteriza pela militância dos grupos sociais e de interesse, que se dedicam à prática política de utilizar, legitimamente, as declarações internacionais de direitos<sup>3</sup> fundamentados em questões históricas de exclusão, rejeição, discriminação ou exploração. Nesta seara, o discurso é político, capitaneado pelas Organizações Não Governamentais e partidos políticos, voltado para a exigência de políticas públicas por parte do Estado.

Outro ponto de vista é o **jurídico**, que se impõe pelo crescente número de textos internacionais e constitucionais com vastas declarações de direitos, paralelamente a uma ação articulada, cuja finalidade é promover a efetivação dos direitos humanos por meio do cumprimento de normas jurídicas, interpretadas e aplicadas por instâncias jurisdicionais tanto no âmbito interno quanto no âmbito internacional. Assim, desde o Tribunal de Nuremberg, até as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, passando pelo cotidiano dos tribunais nacionais, o que se busca é o devido jul-

gamento das violações de direitos, sejam elas praticadas por indivíduos, instituições ou coletividades.

A visão **histórica** sobre os direitos humanos experimenta uma perspectiva de reconstrução do discurso e das declarações de direitos, a fim de compreender e explicar seus enunciados a partir dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais de cada época. O que os historiadores fazem é contextualizar o catálogo de direitos humanos e analisar o formato jurídico que tomaram, a fim de identificar a passagem de um modelo universal para um modelo metafísico. Teremos autores com Hunt, por exemplo, que trabalharão com a perspectiva da “invenção dos direitos humanos” ao sabor das violações perpetradas;<sup>4</sup> enquanto outros, como Menezes ou Herrera Flores, preferem lidar com a contextualização evolutiva dos direitos humanos a partir do multiculturalismo.<sup>5</sup>

Sob a ótica **filosófica**, o problema dos direitos humanos é encarado como uma questão ética, que consiste em discutir o respeito obrigatório aos direitos a partir de um tipo ontológico. Ao longo da história do pensamento humano, os autores vão se debruçar sobre esta questão, ainda não solucionada, mas cuja relevância é incontestável em qualquer discussão que se produza sobre os direitos. A argumentação filosófica, por natureza abstrata, tem grande impacto sobre a realidade em que vivemos, como se percebe pelas opções e decisões políticas e jurídicas tomadas a partir da adoção da teoria de autores como Kant, por exemplo, que com seu manifesto, *À paz perpétua*, instaurou o pacifismo democrático como uma das metas mais almejadas pela sociedade internacional contemporânea.<sup>6</sup> Também no âmbito da filosofia é que se discutem as questões da relação entre os Estados e os direitos humanos, como se depreende da leitura de, e.g., Locke, Fichte, Rorty, Apel ou Habermas, preocupados em estabelecer o necessário diálogo entre os direitos humanos e a moral do respeito universal.<sup>7</sup>

E é justamente nesta relação entre o Estado e o indivíduo que residem as grandes dificuldades enfrentadas pelos teóricos do mundo do Direito e da Política para enfrentar o problema dos fluxos migratórios contemporâneos. Vale a pena, portanto, estabelecermos alguns conceitos e discutirmos a retórica ocidental de nacionalidade, cidadania, de-

mocracia e república, para melhor compreendermos o desafio das migrações na atualidade.

## 2. O Estado-Nação contemporâneo e os conceitos de nacionalidade e cidadania: O desafio das migrações

É recente a ideia de uma sociedade global, e, por conseguinte, também é recente a discussão acerca da obsolescência do Estado-Nação. A partir do final do século passado, a experiência de vivenciar problemas internacionais transfronteiriços serviu de base para que alguns autores começassem a trabalhar com a hipótese de que o Estado, tal como concebido no século XVIII, não teria condições de lidar com as novas situações. Questões como desenvolvimento econômico, meio ambiente, superpopulação ou conflitos políticos de natureza étnica ou religiosa demonstraram a aparente fragilidade do Estado para encontrar respostas imediatas. E, para tornar mais grave a questão, todos e cada um desses problemas pressionam as transmigrações internacionais.

Por este motivo, veremos vários autores, especialmente europeus e norte-americanos,<sup>8</sup> discutindo o papel do Estado nessa nova ordem, concedendo-lhe ora o *status* de resposta aos problemas, ora o de violador de direitos e, no caso específico de nosso estudo, esse debate gira, sobretudo, em torno do questionamento: o Estado-Nação é a *causa* ou a *solução* para o problema das migrações?

O fato é que lidamos com um conceito racional de cidadania, surgido no Ocidente a partir da Revolução Francesa. Max Weber, ao tratar da sociologia das cidades, assevera, inclusive, que a cidadania é uma instituição genuinamente ocidental. O conceito “cívico” de comunidade é incorporado pela ideia de república, concebida, desde Aristóteles, como um corpo político cuja autoridade pública se baseia na associação de homens livres compartilhando um “bem comum” e governando através de leis. No conceito moderno de Estado, o ideal de cidadania nacional se conecta à definição clássica de república.

Da mesma forma, ao lado do ideal de república livre, veremos um Estado cada vez mais preocupado em definir seu território físico, suas fronteiras

e jurisdição, assumindo responsabilidades e exercendo sua autoridade nos planos interno e internacional. Territorialidade e nacionalidade passam a ser elementos essenciais do conceito de Estado no mundo moderno. A residência permanente no território de determinado Estado não implica, necessariamente, nem em nacionalidade, nem em cidadania.

Quanto à nacionalidade, os Estados definirão juridicamente seus conceitos a partir de sua história e da dimensão espacial que pretendem ocupar com sua autoridade. A construção de postulados legais de nacionalidade, como o *ius solis* ou o *ius sanguinis* será realizada, coerentemente, de acordo com a mobilidade de cada população nacional através do mundo ao longo da História. Assim, os gregos e romanos, com suas cidades bem fixadas e estruturadas, se baseiam na ideia de *polis* para reconhecer a nacionalidade; enquanto os povos germânicos, notadamente nômades, fundam o conceito de nacionalidade a partir dos laços de sangue.

O Estado moderno não fica alheio a esta formação conceitual, nem chega a abolir os mecanismos de concessão de nacionalidade dos tempos antigos ou medievais. Efetivamente, a própria Constituição Federal Brasileira de 1988 consagra, no artigo 12, uma mistura entre os critérios de território e de descendência para definir a nacionalidade dos brasileiros.<sup>9</sup> Ser nacional de um Estado significa ter com ele um vínculo jurídico, pertencer a uma categoria de pessoas cuja soberania ao mesmo tempo determina e legitima o poder instituído, poder este que também se manifesta no âmbito internacional.<sup>10</sup>

No plano interno, o que se observa é que cidadania e nacionalidade não são conceitos coincidentes. A primeira se relaciona com a proteção devida pelo Estado ao indivíduo nacional, que deve ser por ele tutelado, devendo o ente estatal respeitar seus direitos e cumprir suas obrigações constitucionais e legalmente instituídas; a segunda se refere ao gozo de uma gama específica de direitos, quais sejam, os direitos políticos, seja o modelo de democracia adotado representativo ou participativo, ou mesmo uma combinação entre ambos, como acontece na Constituição Brasileira em vigor, que estabelece um vínculo necessário entre nacionalidade e cidadania e exclui determinados segmentos da população do rol dos direitos políticos.<sup>11</sup>

Ora, se nos ativermos a este “hiato” entre nacionalidade e cidadania, expresso nos textos jurídicos internos e internacionais, podemos perceber que o ideal de Rousseau de uma democracia que distinguia a *vontade geral* da *vontade de todos* se refletirá no mundo contemporâneo como um eco do mais famoso documento da Revolução Francesa: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.<sup>12</sup> Efetivamente, o resultado ideal do pensamento democrático seria a universalização de um status político de república, aquela anteriormente referida desde a Antiguidade.

Porém, apenas nos aproximamos desse conceito, havendo atualmente uma tensão entre o novo significado de igualdade democrática,<sup>13</sup> apenas baseada no conceito de republicanismo, posto que a essência do republicanismo é justamente a capacidade do cidadão **fazer a lei**. Entretanto, com a diferença entre o estatuto de nacional e o estatuto de cidadão, acrescentado ao fato de que há restrições legais para a aquisição da cidadania, o que resulta é uma igualdade meio canhestra, em que os destinatários da lei, aqueles que serão por ela afetados, são, na realidade, pouco influentes em sua propositura e confecção, a despeito dos modernos mecanismos de participação e legitimação democráticas disponíveis. Assim, temos analfabetos que estão destituídos da capacidade de votar leis destinadas à educação de adultos; crianças e adolescentes que não são consultados sobre o problema da segurança alimentar ou da maioridade penal; imigrantes impedidos de discutir ou interferir no processo legislativo sobre as normas que afetam suas condições de trabalho, mobilidade ou saúde.

Os Estados mais preocupados com a questão migratória são exatamente aqueles da Europa Ocidental e da América do Norte, os países do Norte, ou seja, os chamados “países centrais”. O que vemos, ao analisar os fluxos migratórios contemporâneos, é que as sociedades tradicionalmente nômades que ainda sobrevivem são tidas como marginais<sup>14</sup> e, pela primeira vez na História, os fluxos migratórios assumem um lugar de destaque entre os problemas internacionais. Outrossim, os critérios históricos de determinação de nacionalidade (*ius sanguinis* e *ius solis*) já demonstram não ser suficientes para avaliar a pertença de um indivíduo a um determinado território. A ausência

de fronteiras em alguns territórios, como a União Europeia, por exemplo, levanta suspeitas sobre a validade dos modelos nacionais de aquisição de cidadania.

Ou seja, a migração, que sempre foi um elemento básico da condição humana, hoje reflete questões individuais e coletivas que colocam à prova o próprio funcionamento do Estado. A relação entre a migração e o fato de se pertencer a um determinado Estado é ambígua, pois temos, de um lado, o encorajamento para que o indivíduo exerça sua liberdade de ir e vir, o que é um dado histórico que acompanha o conceito de domicílio desde a formação do Estado moderno; por outro lado, pertencer a um Estado significa também uma estreita conexão com o território e as pessoas sob controle de determinado poder estatal. A questão das migrações envolve, portanto, a perda tanto do vínculo do indivíduo com o Estado quanto com sua comunidade política original.

Não se trata aqui, portanto, da simples transferência de uma comunidade política para outra, mas de todo um processo de inclusão e aceitação em outro território e no seio de outra comunidade política, nem sempre receptiva ou disposta a aceitar novos membros em suas atividades econômicas, políticas, sociais, culturais etc. Assim, embora haja nos textos internacionais e nas constituições contemporâneas a promessa de igualdade jurídica e de democracia republicana, a ausência de uma ligação formal da pessoa (como a aquisição da nacionalidade ou o estatuto de refugiado, por exemplo) ao território no qual escolheu viver, ou foi forçado a se instalar, pode lhe negar qualquer sentido de cidadania e, portanto, capacidade de participar de qualquer forma positivada de democracia no país de acolhida.<sup>15</sup>

### 3. O discurso da globalização e a migração

O geógrafo brasileiro Milton Santos, em sua última publicação,<sup>16</sup> afirmava que o mundo globalizado nos é dado a ver como uma “fábula”, em que nos impõem aceitar determinados fatos como se fossem verdadeiros. Este mundo contemporâneo deve ser interpretado de forma multidisciplinar, mantendo-se o foco nas questões sobre as quais se

assentam as relações humanas fora e dentro dos países, como a informação e a circulação de capitais. Ele alerta para o surgimento de novos modelos totalitários na Ásia, África e América Latina, assim como para o empobrecimento das populações. No entanto, o consumismo vem sendo estimulado a cada instante e a ideia de cidadania distancia-se da concretização para a maior parte da população mundial, em benefício de um Estado cada vez mais forte, valendo-se de mecanismos que visam a atender às necessidades das corporações financeiras e de interesses internacionais, sem se preocupar com as questões sociais que afligem os indivíduos nacionais e afetando, de forma escandalosa, os imigrantes situados em seus territórios.<sup>17</sup>

A relação entre globalização e exclusão social tem implicado diversas intervenções humanitárias que, como adverte Cançado Trindade,<sup>18</sup> não passam de paliativos, que não resolvem as questões de fundo, verdadeiras causadoras dos problemas. O autor se apoia em discursos da então Alta Comissária das Nações Unidas para Refugiadas, Sra. Ogata, que conclui que

La rapidez con que los capitales de inversión entran y salen de determinadas regiones, en búsqueda de ganancias fáciles e inmediatas, ha seguramente contribuido, junto con otros factores, a algunas de las más graves crisis financieras de la última década, generando movimientos poblacionales en medio a un fuerte sentimiento de inseguridad humana. (...) Paralelamente a la “globalización” de la economía, la desestabilización social ha generado una pauperización mayor de los estratos pobres de la sociedad (y con ésto, la marginalización y exclusión sociales), al mismo tiempo en que se verifica el debilitamiento del control del Estado sobre los flujos de capital y bienes y su incapacidad de proteger los miembros más débiles o vulnerables de la sociedad (v.g., los inmigrantes, los trabajadores extranjeros, los refugiados y desplazados) (...). Los desprovistos de la protección del poder público a menudo salen o huyen; de ese modo, la propia “globalización” económica genera un sentimiento de inseguridad humana, además de la xenofobia

y los nacionalismos, reforzando los controles fronterizos y amenazando potencialmente a todos aquellos que buscan la entrada en otro país.<sup>19</sup>

De fato, o número de pessoas deslocadas de seus países de origem em função do aumento da pobreza, da fome, de catástrofes naturais geradas pela exploração ambiental desordenada, vem aumentando de forma alarmante nas últimas décadas. Em relatório publicado em 16 de junho de 2009, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) divulgou que no final de 2008 havia em torno de 42 milhões de migrantes forçados no mundo.<sup>20</sup> Aproximadamente metade dessas pessoas é assistida pelo ACNUR, número compatível com os assistidos em 2007. Entretanto, o número de apátridas praticamente dobrou, passando de 6,6 milhões em 2007 para 12 milhões, aproximadamente, em 2008, distribuídos em 58 países de acolhida. Paralelamente, a quantidade de repatriados voluntariamente, em 2008, é a segunda mais baixa nos últimos 15 anos. Também aumentou o número de petição de asilo de crianças desacompanhadas no ano passado, sendo que a África do Sul foi o país que mais recebeu pedidos dessa natureza. Os pedidos de refúgio encaminhados pelo ACNUR foram da ordem de 121.000, e os Estados Unidos da América aceitaram o maior número de peticionários ao longo de 2008 dentre os países procurados: 60.200. Outro dado interessante é que a maior parte dos pedidos de refúgio e asilo é de mulheres (49% do total, sendo que 44% delas têm menos de 18 anos de idade). Dentre os países desenvolvidos, a Alemanha foi o que mais recebeu refugiados (16 (!) pessoas).

Os países em desenvolvimento recebem em torno de 4/5 dos refugiados do mundo, ou seja, algo em torno de 8, 8 milhões de refugiados, sendo que a maioria se desloca para as áreas urbanas, e apenas um terço para áreas rurais. Dentre os países “periféricos”, o Paquistão é o Estado que recebeu o maior número de refugiados em relação à sua capacidade econômica.

O Brasil, tradicional país de acolhida de peticionários de asilo e refúgio e conhecido por sua hospitalidade em relação ao estrangeiro, trata, no momento, de apreciar no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, de lavra do Minis-



tro da Justiça, Tarso Genro, que “*dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.*” O projeto referido, conforme o Ministro, encontra-se:

dividido em nove títulos e 160 artigos, (...) trata, em linhas gerais: (i) da política nacional de migração; (ii) dos direitos, deveres e garantias do estrangeiro; (iii) dos documentos de viagem, dos vistos, da residência e da condição de asilado; (iv) da entrada, do registro e da saída de estrangeiros; (v) da naturalização, da repatriação, da deportação, da expulsão e da extradição; (vi) das infrações e das sanções; e (vii) da transformação do Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração.

Na prática, ele endurece os preceitos legais acerca do estrangeiro migrante indocumentado, embora justifique as novas sanções estabelecidas com o discurso dos direitos humanos, conforme as seguintes assertivas:

Quando da promulgação da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, atual Estatuto do Estrangeiro, alterada pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, o foco era precipuamente a segurança nacional. Essa realidade nos dias atuais encontra-se em descompasso com o fenômeno da globalização, que tem revolucionado os movimentos migratórios. Impõe-se, assim, que a migração seja tratada como um direito do homem, ao se considerar que a regularização migratória seja o caminho mais viável para a inserção do imigrante na sociedade.

(...) Convém destacar como principais inovações: (i) a atuação de estrangeiros em regiões consideradas estratégicas, como é o caso das áreas indígenas, homologadas ou não, e das áreas ocupadas por quilombolas ou por comunidades tradicionais, somente poderá ocorrer mediante prévia autorização dos órgãos competentes; (ii) ampliação de quatro para dez anos do prazo mínimo para naturalização ordinária, podendo ser reduzido para cinco anos em situações específicas;

(iii) regulação da naturalização extraordinária; (iv) a incorporação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre extradição visando solucionar controvérsias, como a possibilidade de extradição de brasileiro naturalizado, por envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, quando o crime for caracterizado com prova da materialidade e indícios de autoria e a flexibilização da exigência de dupla incriminação, dentre outros; (v) a transformação do Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, na estrutura básica do Ministério do Trabalho e Emprego, que permitirá ampliar o foco e abarcar situação de grande contingente de brasileiros no exterior, de modo a ensejar o estabelecimento de uma política nacional de migração; e (vi) a revogação da Lei nº 6.815, de 1980, da Lei nº 6.964, de 1981, e do inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992.

O novo *Conselho Nacional de Migração*, assim como seu antecessor, continua como órgão deliberativo e consultivo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados sobre os pedidos de vistos de trabalhadores migrantes regulares de 2009 são apresentados nos gráficos a seguir<sup>21</sup> e denotam um abrupto aumento da concessão de vistos de trabalho temporário em 2008, em detrimento do número de vistos permanentes concedidos, num indicativo, talvez, de que o direcionamento da política nacional de migração vindoura provavelmente não será das mais favoráveis aos estrangeiros em situação irregular ou que pretendam se instalar definitivamente no Brasil. (Veja os gráficos)

Paradoxalmente, em 5/10/2009, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o **Relatório de Desenvolvimento Humano** de 2009, em que observa que:

Vivemos num mundo altamente móvel, onde a migração não só é inevitável mas também corresponde a uma dimensão importante do desenvolvimento humano. Quase 1 bilhão de pessoas – ou uma em cada sete – são migrantes. O relatório [Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos](#) demonstra o modo como a migração pode otimizar o desenvolvimento humano em relação às pessoas

Gráfico 1

Vistos concedidos pelo CNIG em números absolutos - 2005/2009

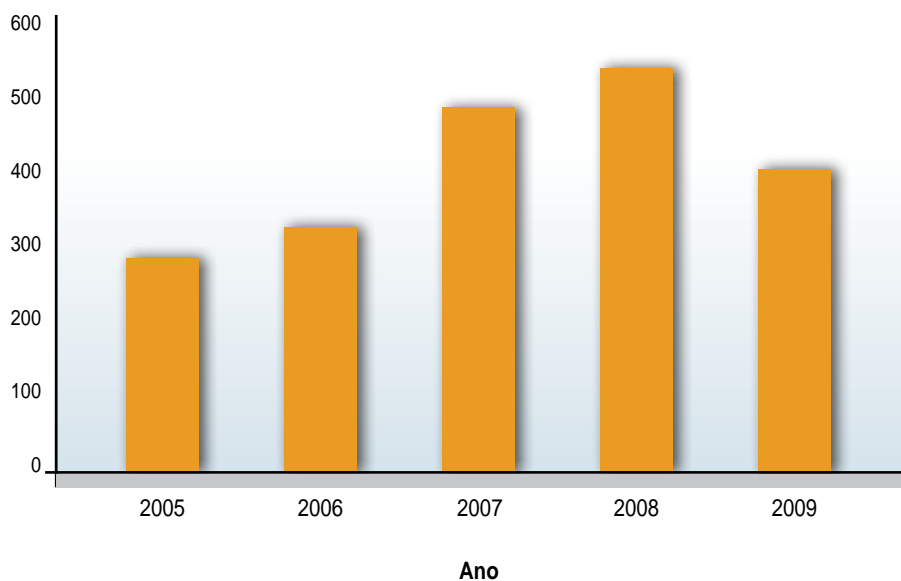


Gráfico 2

Vistos concedidos pelo CNIG, por categorias – 2005/2009

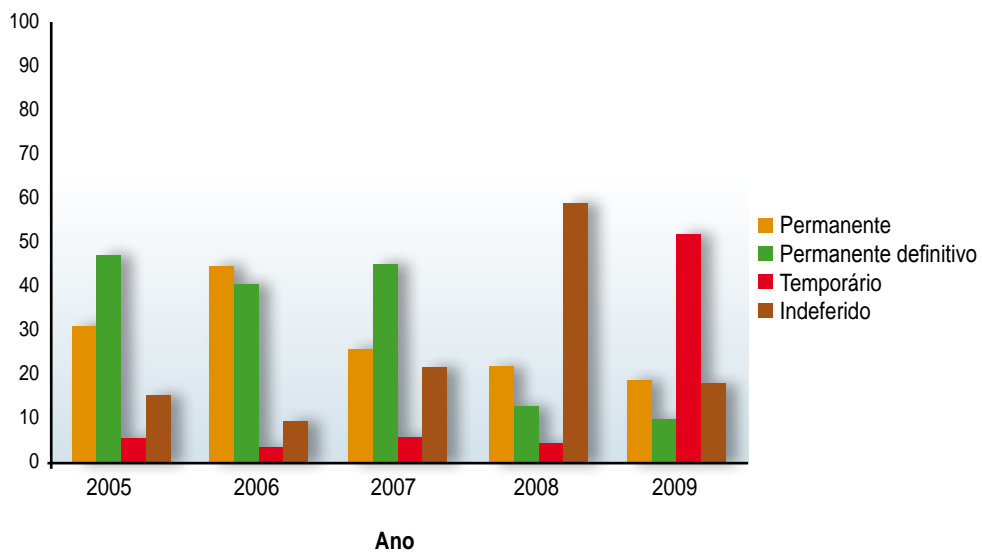


Gráfico 3

Vistos de trabalho concedidos pelo CNIg em números absolutos - 2005/2009

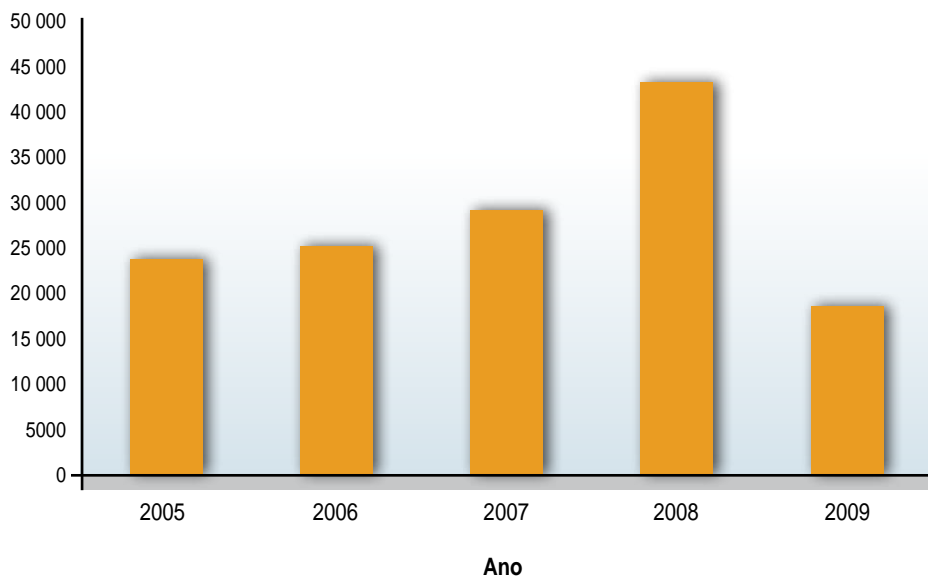
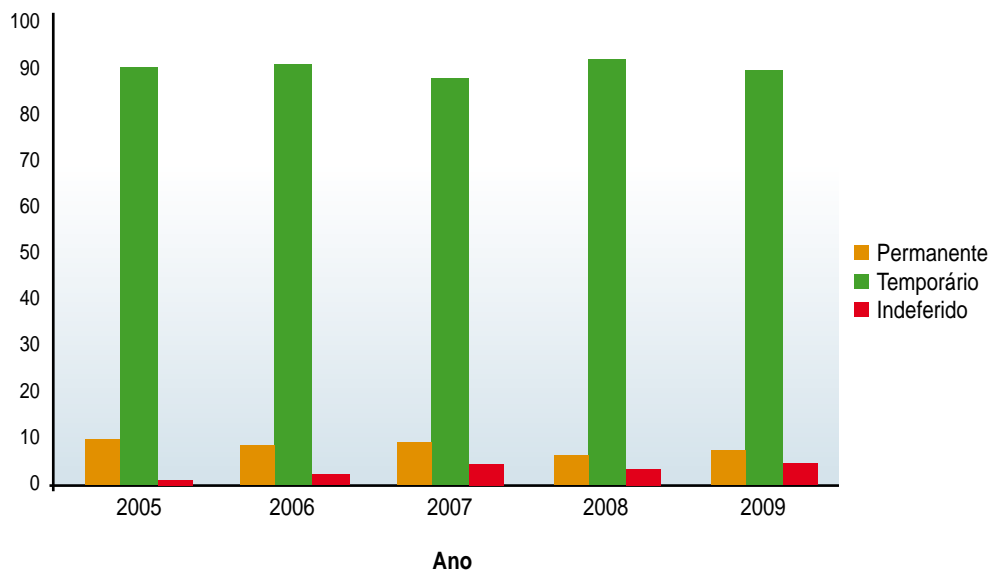


Gráfico 4

Vistos de trabalho concedidos pelo CNIg, por categorias – 2005/2009



que se deslocam, às comunidades de destino e àqueles que permanecem nos seus lares.<sup>22</sup>

“Suspender as barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos”<sup>23</sup> é o meio pelo qual a agência da ONU espera mudar as ideias distorcidas sobre a imigração. Na opinião de Jeni Klugman, responsável pelo relatório, a atual recessão mundial representa uma boa ocasião para se avançar nos debates e reformas sobre as políticas de migração, salientando, inclusive, que a tendência é de aumentar a demanda de mão de obra do imigrante.

O PNUD busca, no relatório, demonstrar que os fluxos migratórios muitas vezes beneficiam tanto os migrantes quanto os países de origem e seus receptores. Assim, pode-se sustentar que é mais razoável aumentar o acesso aos setores que demandam muita mão de obra, incluídos aí os trabalhadores menos qualificados, especialmente em virtude do envelhecimento crescente da população dos países industrializados. Não se trata, naturalmente, de uma liberalização da imigração irrefletida, considerando-se principalmente o direito dos Estados de modelar internamente sua população. Ou seja, as políticas de imigração devem ser pensadas a médio e longo prazo, com o objetivo de trazerem vantagem para todos e poderem ser corretas e idealmente absorvidas pela população nacional.<sup>24</sup>

Em sua conclusão, o PNUD pede, essencialmente, que sejam abertas vias de acesso aos trabalhadores, em especial os menos qualificados, bem como garantia aos direitos fundamentais dos migrantes, em especial acesso à saúde, educação e direito de voto.

No mesmo caminho, conforme noticiado em 17 de outubro de 2009 pela imprensa internacional, cerca de mil pessoas participaram de uma manifestação em Madri para pedir a retirada da nova Lei de Imigração, examinada pelo Congresso espanhol, por considerarem que representa um “grave retrocesso” para os direitos dos imigrantes. Tais manifestantes teriam sido convocados por quase 70 associações de apoio aos imigrantes localizadas na Espanha e se pautavam especialmente pela afirmação de que a nova legislação “consolida uma visão eminentemente policial da gestão das migrações, ligando perigosamente a crise à imigração”.<sup>25</sup>

## 4. Conclusões

A visão criminalizante do imigrante é a raiz da intolerância, da xenofobia e de resultados nefastos, a médio e longo prazo, para os países que a adotam. As diversas tensões entre imigrantes e as comunidades de acolhida são a clara manifestação das contradições e conflitos da vida coletiva contemporânea. Tais contrastes se fazem notar em manifestações populares, como as ocorridas na França recentemente, ou nos Estados Unidos da América em maio próximo passado. O mais grave problema percebido se relaciona com o fato de que, mesmo nascido nos Estados de acolhida, ou seja, mesmo sendo nacionais de um Estado, os descendentes de imigrantes não se consideram inseridos no contexto social, cultural e nas atividades produtivas do país.

Assim contextualizada, a questão dos fluxos migratórios contemporâneos indica a urgente necessidade de se modificar o paradigma de segurança migratória, que tem, necessariamente, como eixo central os direitos humanos, instrumento legítimo dos movimentos sociais e obrigatório para legitimar a ação dos Estados democráticos. A formulação de políticas migratórias deve ser feita por este caminho, já apontado pelas organizações internacionais, como vimos pelos relatórios mais recentes do PNUD e do ACNUR.

O contexto da globalização tem atuado diretamente sobre o formato das migrações internacionais, especialmente quanto às migrações em massa, a livre circulação de pessoas no ambiente internacional, os processos seletivos de sanção que recaem sobre as instalações irregulares de migrantes, as restrições impostas às entradas de imigrantes. Por outro lado, essas migrações transnacionais continuam produzindo o mesmo efeito de sempre: agregam pessoas e riquezas e resultam, naturalmente, em novas estratégias e mudanças comportamentais dos grupos sociais envolvidos. Se estas influências serão negativas ou positivas dentro de determinado Estado, afetando a modificação dos textos legais e efetivando direitos dos migrantes, bem como suas condições de vida, dependerá da escolha teórica e política de cada Estado.

## NOTAS

1 Para uma história mais completa das migrações, conferir CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana. A circulação internacional de pessoas.** 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, p. 15-27.

2 REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº. 55, junho/2004, p. 150.

3 No plano global, através da Organização das Nações Unidas – ONU; e no plano regional, por organizações como a Organização dos Estados Americanos – OEA – ou a União Européia – UE, por exemplo.

4 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos. Uma história.** São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

5 MENEZES, Lená Medeiros de. Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. In **História das relações internacionais. Teoria e processos.** Lessa, Monica Leite e GONÇALVES, Williams (orgs.). Rio de Janeiro, UERJ, 2007, p. 197 e ss.

HERRERA FLORES, Joaquín. Los Derechos Humanos en el Contexto de La Globalización: tres Precisiones conceptuales. In **Direitos humanos e globalização: Fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica.** SÁNCHEZ RÚBIO, David, HERRERA FLORES, Joaquín e CARVALHO, Salo de (orgs.). Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004, p. 65 e ss.

6 KANT, Immanuel. **À paz perpétua.** Porto Alegre, L&M, 2008. Ver também BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz.** São Paulo, Unesp, 2003.

7 Sobre referências filosóficas, conferir MARTINS, Estevão Rezende. Os direitos humanos em perspectiva histórica: universalismo, particularismo e questão do exílio virtual. In **Políticas migratórias. Fronteiras dos direitos humanos no século XXI.** BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. MALATIAN, Teresa (orgs.). Rio de Janeiro/São Paulo, 2003, p. 7 e ss; e DIAS, Maria Clara. **Os direitos sociais Básicos. Uma investigação filosófica da questão dos direitos humanos.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

8 Conferir: HABERMAS, Jürgen. Intolerance and Discrimination. **New York University Law Review.** Oxford University Press and New York University School of Law, 2003, ICON, volume I, number 1, 2003, pp. 2-12; Learning by Disaster? A Diagnostic Look Back on the Short 20<sup>th</sup> Century. **Constellations**, volume 5, number 3, 1998, 307-320; Letter to America. **The Nation**, Dec 16, 2002 v275 i21 p15; Multiculturalism and the Liberal State. **47 Stanford Law Review.** 849 - 854 (1994-1995); O Estado-nação Europeu frente aos desafios da globalização. O passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Novos Estudos.** n. 43, nov. 1995, p 87-101; **Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur politischen Theorie.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 128-158; ROSENFELD, Michel. Comment: human rights, nationalism, and multiculturalism in rhetoric, ethics and politics: a pluralist critique. **Cardozo Law Review** [Vol. 21:1225, 2000]; MICHELMAN, Frank I. Welfare Rights in a Constitutional Democracy. 1979 **Wash. U. L. Quarterly.** 659-694 (1979); GREIFF, Pablo de. Habermas on Nationalism and Cosmopolitanism. **Ratio Juris.** Vol.15 No. 4 June 2002 (418-438); GHAI, Yash. Universalism and Relativism: Human Rights as a Framework for Negotiating Interethnic Claims, 21 **Cardozo Law Review.** 1095 (2000); RAZ, Joseph. Multiculturalism. **Ratio Juris.** Vol.11 No. 3 September, 1998 (193-205); SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. SAYAD, Abdelmalek. **A imigração. Ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, EDUSP, 1998. STONE, Suzanne Last. Cultural Pluralism, Nationalism, and Universal Rights, 21 **Cardozo Law Review.** 1211 (2000).

9 "Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;"

10 Ver **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948)**, artigo 15: "1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade; 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade."

11 "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos."

12 Grifo nosso.

13 Juridicamente compreendida pela afirmação de que "todos somos iguais perante a lei".

14 E.g. ciganos do leste europeu, índios sul-americanos ou tuaregues saarianos.

15 PREUSS, Ulrich K. "Migration - a Challenge to Modern Citizenship". **Constellations**, volume 4, number 3, 2008, p. 317-319.

16 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** São Paulo, Record, 2000.

17 Conferir BATISTA, Vanessa Oliveira. *A globalização e os novos desafios do direito internacional*, in **Direito Internacional Moderno.** Estudos em Homenagem ao Prof. Gerson de Brito Mello Boson. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

18 CANÇADO TRINDADE, A. A. "Reflexiones sobre el Desarraigo como Problema de Derechos Humanos Frente a la Conciencia Jurídica Universal", in **La Nueva Dimensión de las Necesidades de Protección del Ser Humano en el Inicio del Siglo XXI** (eds. A. A. Cançado Trindade e J. Ruiz de Santiago), 4th. rev. ed., San José of Costa Rica, UNHCR, 2006, p. 33-92.

19 Conferências proferidas na Cidade do México, em 29.7.1999, e em La Habana, em 11.5.2000, apud CANÇADO TRINDADE, op. cit.

20 15,2 milhões de refugiados; 827.000 petionários de asilo, e 26 milhões de deslocados internos. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4a375c426.html>>. Acesso em 13.11.2009.

21 Gráficos produzidos pela estudante Cecília Soares, pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Fluxos Migratórios no Mundo Contemporâneo", do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Conferir em <<http://dgp.cnpq.br/busacooperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202601EOHQY7>>.

22 <<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=3325&lay=cid>>, acesso em 8/11/2009.

23 Conferir em <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh2009/DestaqueI.pdf>>.

24 A título de informação, o PNUD divulgou os seguintes dados no mês passado: Entre os migrantes internacionais, estimados em 188 milhões em 2010, ou seja, 2,8% da população mundial (74,1 milhões em 1960, ou seja 2,7%), menos de 30% vão de um país em desenvolvimento para um país industrializado, o que significa que os migrantes desenvolvem a atividade econômica e dão mais do que recebem.

25 Conferir: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/10/17/mil+pesoas+pr+otestam+em+madr+contra+lei+de+imigracao+8857921.html>>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz.** São Paulo, Unesp, 2003.

BATISTA, Vanessa Oliveira. *A Globalização e os Novos Desafios do Direito Internacional*, in **Direito Internacional Moderno.** Estudos em Homenagem ao Prof. Gerson de Brito Mello Boson. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

CANÇADO TRINDADE, A. A. "Reflexiones sobre el Desarraigo como Problema de Derechos Humanos Frente a la Conciencia Jurídica Universal", in **La Nueva Dimensión de las Necesidades de Protección del Ser Humano en el Inicio del Siglo XXI** (eds. A.A. Cançado Trindade e J. Ruiz de Santiago), 4th. rev. ed., San José de Costa Rica, UNHCR, 2006, p. 33-92.

CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito Internacional da Pessoa Humana. A Circulação Internacional de Pessoas.** 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2001,

GHAI, Yash. Universalism and Relativism: Human Rights as a Frame-

work for Negotiating Interethnic Claims, 21 *Cardozo Law Review*. 1095 (2000).

GREIFF, Pablo de. Habermas on Nationalism and Cosmopolitanism. *Ratio Juris*. Vol.15 No. 4 June 2002 (418-438).

HABERMAS, Jürgen. Intolerance and Discrimination. *New York University Law Review*. Oxford University Press and New York University School of Law, I.CON, volume I, number 1, 2003. pp. 2-12;

\_\_\_\_\_. Multiculturalism and the Liberal State. 47 *Stanford Law Review*. 849 - 854 (1994-1995);

\_\_\_\_\_. O Estado-nação Europeu frente aos desafios da globalização. O passado e o futuro da soberania e da cidadania. *Novos Estudos*, n. 43, nov. 1995, p. 87-101;

\_\_\_\_\_. *Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur politischen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 128-158.

HERRERA FLORES, Joaquín. Los Derechos Humanos en el Contexto de La Globalización: tres Precisiones conceptuales. In *Direitos humanos e globalização: Fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. SÁNCHEZ RÚBIO, David, HERRERA FLORES, Joaquín e CARVALHO, Salo de (orgs.). Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004, p. 65 e ss.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua*. Porto Alegre, L&M, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros de. Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. In *História das relações internacionais. Teoria e processos*. Lessa, Monica Leite e GONÇALVES, Williams (orgs.). Rio de Janeiro, UERJ, 2007, p. 197 e ss.

MICHELMAN, Frank I. Welfare Rights in a Constitutional Democracy. 1979 *Wash. U. L. Quarterly*. 659-694 (1979).

PATARRA, NEIDE LOPES. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. São Paulo, *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006.

RAZ, Joseph. Multiculturalism. *Ratio Juris*. Vol.11 No. 3 September, 1998 (193-205).

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record, 2000.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n° 55, junho/2004, p.149-164.

ROSENFELD, Michel. Comment: human rights, nationalism, and multiculturalism in rhetoric, ethics and politics: a pluralist critique. *Cardozo Law Review* [Vol. 21:1225, 2000]

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração. Ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP, 1998.

versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

A close-up photograph of a man's hands, which are cuffed together with thick metal chains. The man is wearing a dark jacket and glasses. In the background, a large Brazilian flag is visible, partially obscured by the chains. The scene is outdoors, with a building and a fence visible in the distance.

# BRASIL

ANDREAS SOLARO/AFP

## Rancor à italiana

Manifestante reclama a extradição de Cesare Battisti em frente ao prédio da embaixada brasileira, em Roma. Os ressentimentos contra grupos políticos de esquerda que atuaram nos conturbados anos 1970 ainda são grandes

# O caso Battisti

*VERSUS publica a íntegra de texto inédito do jurista e professor Nilo Batista sobre o caso Cesare Battisti. O parecer foi elaborado para atender à consulta formulada pelos advogados que atuaram na defesa do escritor italiano no Supremo Tribunal Federal, que julgou o pedido de extradição do governo Berlusconi.*



ROSÁRIO AMARAL

**Nilo Batista\***

*\*Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Titular de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

EVARISTO SA/AFP



## Parecer

Na qualidade de patronos de Cesare Battisti, *extraditurus* no processo nº 1085 – que, na Corte Suprema, tem como relator o eminente ministro Cezar Peluso –, os ilustres advogados Luiz Eduardo Greenhalgh, Suzana Angélica Paim Figuerêdo, Fabio Jorge Antenoro e Georghio Alessandro Tomelin formulam consulta sobre alguns aspectos jurídico-penais do caso, disponibilizando cópias de documentos e formulando quesitos.





## I

Constitui arraigada tradição o princípio segundo o qual toca ao Estado requerido decidir sobre a natureza política do delito atribuído ao *extraditurus*. Já o clássico Maurice Travers, reconhecendo que os crimes políticos puros “são na prática raros” (“*sont rares en pratique*”), atribuía também ao país requerido – inclusive nas “*infractions de droit commun connexes à des délits politiques*” – a verificação de tal caráter,

para que os princípios de seu direito público fossem observados (“*sont respectés*”).<sup>1</sup> Se ao tempo de Travers ainda se considerava que o Estado requerente compartilhava dessa competência, generalizou-se o entendimento de pertencer ela exclusivamente ao Estado requerido. Nosso saudoso Celso Albuquerque Mello subjetivava o juízo a respeito: “cabe ao Estado de refúgio qualificar ou não o indivíduo como criminoso político”.<sup>2</sup> “*C’est à l’Etat requis qu’il appartient de décider librement du caractère politique*

*de l’infraction imputée*”, proclamava Bueno Arus, grifando o advérbio “livremente”.<sup>3</sup> Assinalando que “a relatividade dos valores políticos” impede uma categorização do crime político que alcance “resultados universalmente válidos (*universellement valables*)”, Ferrando Mantovani conclui que “*l’appréciation de la nature politique du délit appartient exclusivement et intrinsèquement à l’Etat auquel la demande est adressée*”.<sup>4</sup> Este princípio foi acolhido, dentre outros, pelo Tratado de Exatidão entre



## SOLIDARIEDADE. A ameaça de extradição de Battisti despertou uma rede de solidariedade no Brasil e no exterior

nosso país e a República Italiana, promulgado pelo Decreto nº 863, de 9 de julho de 1993, que dispõe:

“Art. 1º. A extradição não será concedida: (...)

e) se o fato pelo qual é pedida for considerado, pela Parte requerida, crime político.”

Caso não se encontrasse cumpridamente demonstrada nos autos, constitui fato público e notório a militância política de Cesare Battisti, seu engajamento numa organização política que nos anos 70 preconizava a luta armada como estratégia para que a classe operária alcançasse o poder (Proletários Armados pelo Comunismo), num contexto histórico que conhecemos bem, porque vivemos sincronica-mente experiência similar.

A primeira condenação de Cesare Battisti, então com 25 anos, pela modalidade de conspiração, que entre nós naquela conjuntura se designava, no jargão forense, por

“organização subversiva” (omitida entre os documentos apresentados pelo Estado requerente por repressível negligência na melhor hipótese ou lastimável violação do dever de verdade processual na pior), e as inúmeras menções ao artigo 270 do Código Penal italiano na sentença de 1988 não permitem dúvidas sobre a natureza de suas atividades. A modalidade de conspiração então chamada “organização subversiva” estava contemplada, no direito brasileiro, pelo tipo legal sediado no artigo 42 do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Num modesto estudo empreendido naquela ocasião, tivemos a oportunidade de observar a correspondência entre tal tipo legal e aquele estruturado no artigo 270 de CP italiano:

Essa figura (a conspiração/“organização subversiva”), que se aproxima da conspiração

armada (*banda armata* dos italianos, art. 306, CP it.) por um lado e da *associazione sovversive con programma di violenza* (art. 270, CP it.) por outro, deriva, como vimos, da primeira parte do artigo 36 do Decreto-Lei nº 314 (...).<sup>5</sup>

Mesmo que esquecêssemos – como a omissão do Estado requerente em documentar a primeira sentença em desfavor do *extraditurus* poderia ensejar – ter sido Cesare Battisti preso, processado e condenado por um crime político puro, a conspiração; mesmo que esquecêssemos as diversas menções a este mesmo delito político (art. 270, CP it.) que integram a sentença de 1988; mesmo que esquecêssemos as circunstâncias do estranho regime probatório em que se fundou sua condenação, baseada estrita e exclusivamente nas palavras volúveis e interesseiras



**ARTICULAÇÕES O relator do processo, ministro Cezar Peluzo, cochicha com o presidente do STF, Gilmar Mendes. Ambos votarão pela extradição**

de um “arrependido” que lucrou muito com o arrependimento, e do qual o próprio tribunal italiano disse ser “afeito a jogos de prestidigitação” pela desenvoltura com a qual reacomodou, transferiu e reconsiderou responsabilidades em suas delações; mesmo que esquecêssemos a nulidade perante o direito brasileiro de um julgamento de homicídio *in absentia* do réu; mesmo que esquecêssemos que o *extraditurus*, superado o silêncio que se impôs durante o processo para não prejudicar velhos companheiros, negou enfática e convincentemente a participação em qualquer dos homicídios; mesmo que esquecêssemos tudo isso, não poderíamos negar que a extradição está sendo requerida para crimes conexos a crimes políticos, e não pode ser concedida.

Ao velho critério da predominância do motivo político, preconizado por Donnedieu de Vabres,<sup>6</sup>

agregou-se o da instrumentalidade, que levava o hoje festejado sociólogo – outrora penalista – Boaventura de Souza Santos a definir, em 1971, os crimes conexos aos crimes políticos como “aqueles que só atingem bens jurídicos comuns, mas estão numa relação de meio a fim para com os crimes políticos puros”.<sup>7</sup> Isso explica por que a doutrina fala de crime subjetivamente político, crime político impróprio ou crime político conexo para referir-se ao crime conexo ao crime político, aportando sempre à mesma conclusão, como Celso Albuquerque Mello: “o crime político conexo não conduz à extradição”.<sup>8</sup>

Para exercer soberanamente o juízo acerca da natureza dos crimes atribuídos a Cesare Battisti, trabalhando interpretativamente um texto legal que ostenta muitos vestígios do autoritarismo (a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) e

é anterior à Constituição da República que outorgaria “aos estrangeiros residentes no país” todas as garantias elencadas nos incisos de seu artigo 5º, o egrégio Supremo Tribunal Federal certamente evitará o equívoco de nutrir-se das doutrinas, florescentes após o 11 de setembro, que, longe do *container* típico em franco inchaço do terrorismo, pretendem identificar *crime político* e *delito de opinião*. Ao contrário, cabe aplicar o entendimento doutrinário e jurisprudencial da época dos fatos. Uma violação oblíqua do princípio da legalidade pode ocorrer quando “um novo critério interpretativo”, que altera a significação jurídico-penal de um fato, é aplicado retroativamente.<sup>9</sup>

Cesare Battisti parece ser inocente dos homicídios dos quais o engenhoso “arrependido”, não sem antes descarregar uma das mortes sobre outros ombros, por

alguma ignota barganha da qual retrocederia, o acusou. Se assim não fosse, contudo, seriam tais homicídios desconhecidos nossos como crimes políticos conexos? Para não ficar nas centenas de jovens revolucionários executados por agentes do subsistema penal Dops-DOI/Codi, frequentemente nos espasmos da tortura, falemos também dos homicídios que a resistência armada ao golpe militar praticou: o também jovem tenente no Vale da Ribeira, o policial federal que acompanhava o embaixador alemão quando de seu sequestro, aquele empresário financiador da Oban, e tantos outros.

Tudo isso aconteceu aqui, e tudo isso foi aqui considerado crime político conexo; seus autores e cúmplices foram julgados pela Justiça Militar Federal, e não pelo Tribunal do Júri; foram acusados pela

prática de tipos penais integrantes da então mal chamada Lei de Segurança Nacional (sim, nunca passou de mero decreto-lei) e não de homicídio (art. 121, CP); e – voltaremos a este assunto – foram anistiados por uma lei e por uma Emenda Constitucional!

Será juridicamente admissível que possamos entregar Cesare Battisti à República Italiana, justamente quando uma inquietante nostalgia da falange fascista paira sobre a península,<sup>10</sup> porém estejamos impedidos de punir qualquer dos brasileiros que, aqui ao mesmo tempo em que ele lá, praticaram sua mesma conduta?

## II

O princípio da dupla incriminação representa no direito penal tradicional

mais do que uma “regra básica”,<sup>11</sup> uma “regra geral”;<sup>12</sup> mais do que uma “garantia fundamental”<sup>13</sup> do *extraditurus*; mais do que uma indiscartável emanação do princípio da reciprocidade.<sup>14</sup> Postulando, na feliz síntese de Michael Tigar, “que a conduta típica (*the acts constituting the offense*) perseguida no Estado requerente também constitua um crime punível por uma sentença de certa gravidade (*by a severe sentence*) no Estado requerido”,<sup>15</sup> o princípio da dupla incriminação “a um só tempo vela pela justiça para com o acusado e pelas prerrogativas da soberania”.<sup>16</sup>

Um Estado democrático de direito, que tenha outorgado a seus cidadãos “e aos estrangeiros (nele residentes” (art. 5º, CR) garantias contra o exercício arbitrário de



DEFESA de Battisti

poder punitivo, e que zele por sua soberania, não prescinde de observar escrupulosa e radicalmente o princípio da dupla incriminação. Sem isto, já a simples prisão provisória do *extraditatus* pareceria abusiva, sendo, como frisou Grütznert, “particularmente inaceitável (*notamment inacceptable*) que o Estado possa prender alguém para fins de extradição por um fato que, se houvesse sido cometido em seu território (*dans ce pays*), não poderia ensejar uma prisão preventiva”.<sup>17</sup>

Observa Shearer que a dupla incriminação liberta a consciência social, no Estado requerido, do embaraço proposto pela obrigação de extraditar alguém que, de acordo com seus próprios padrões (*according to its own standards*), não seria culpado de atos que mereçam punição”.<sup>18</sup> Como disse Hans Schultz, seria “intolerável iniciar um processo de extradição contra alguém e prendê-lo por um crime que sob a lei penal do Estado requerido não seria criminalmente perseguível (*could never be the subject of criminal proceedings*)”.<sup>19</sup> Bem por isso, escrevendo no final dos anos 70, Giuseppe Gianzi afirmava que o princípio da dupla incriminação representava “uma condição intrínseca e imperativa da extradição, tal qual é ela concebida em nossos dias”.<sup>20</sup>

Alguns autores conferem autonomia ao que outros consideram simples função do princípio da dupla incriminação, falando-se então em “dupla punibilidade” ou num “princípio de subsistência o pervivência de la pretensión punitiva”.<sup>21</sup> Na verdade, para quem toma a sério o princípio da dupla incriminação, a exigência de não se encontrar extinta a punibilidade do delito que motivou a extradição constituiu um consectário irrecusável. Se, como afirmou João Mar-

## “Uma violação do princípio da legalidade pode ocorrer quando “um novo critério interpretativo” (...) é aplicado retroativamente

celo de Araújo Junior, não pode o sujeito ser extraditado “salvo naquelas situações nas quais o país de refúgio estaria legitimado para requerer-lhe a extradição, caso o delito houvesse sido cometido em seu território”,<sup>22</sup> é óbvio que a concreta extinção da punibilidade, por qualquer motivo jurídico, impede a extradição.

Quem, distante dos interesses e dos entretocques políticos que, sob pretextos distintos e em distintas conjunturas históricas, buscam e ainda buscam favorecer a captura e a expiação de acusados-inimigos ou inimigos-acusados, pretenda equacionar a matéria à luz dos princípios básicos do “velho e bom direito penal liberal”, não transige com a exigência da concreta punibilidade dos delitos atribuídos ao *extraditatus*. Essa é também a única posição que não converte o tribunal do país requerido num fâmulos atencioso de órgãos judiciais estrangeiros, preservando o valor político – também ele, hoje, sob ataque – da soberania. A questão foi colocada com todas as letras por Giuseppe Gianzi:

*En réalité, si l'on prend le principe de la double incrimination dans le sens que le même fait doit être concrètement punissable tant dans l'Etat requérant que dans l'Etat requis, l'existence de causes extintives de l'infraction ou de la peine selon la loi de l'un*

*des deux Etats ou bien des deux devrait exclure toute possibilité d'extradition.*<sup>23</sup>

Todas as inúmeras confutações ou restrições dirigidas ao princípio, tomado nesta amplitude, foram iniciativas de Estados policiais ou em vias de policizar-se, em contextos históricos autoritários ou beligerantes.

Para a República Federativa do Brasil, comprometida com o Estado Democrático de Direito, que tem como primeiro fundamento a soberania (art. 1º, inc. I, CR), toda restrição ao princípio da dupla incriminação integrante de uma lei ordinária deve ser considerada inconstitucional, por violar princípio fundamental. Quando tal restrição estiver inscrita em lei ordinária anterior à Carta de 1988, deve-se entender que o princípio fundamental da soberania impõe negar recepção constitucional à restrição.

### III

Pouco após a promulgação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), escrevemos um pequeno artigo no qual nos propúnhamos demonstrar que a tortura e o homicídio de custodiados em interrogatórios policiais e mesmo policiais-militares não configuravam delitos políticos conexos (ou conexos aos políticos), estando portanto desabrigados da anistia.<sup>24</sup>

Lendo-o hoje, percebemos que seu equívoco fundamental estava

em supor que um deslize técnico-jurídico (a triste inovação ampliativa do conceito de delito político conexo para abranger também as lesões corporais, a tortura e os homicídios em membros da resistência armada, após sua prisão, por agentes do subsistema penal Dops-DOI/Codi) pudesse prevalecer sobre o conteúdo político da anistia negociada. Um erro de interpretação jurídica é sempre menos grave e mais facilmente corrigível do que um erro de interpretação histórica.

A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, proclamava:

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, (...)

§ 1º. Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Um parágrafo 2º excluía “dos benefícios da anistia” condenações por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. É desnecessário recordar os problemas jurídicos que essa exclusão, valendo-se de imprecisa nominata, causou. Por exemplo: o uso correlato, pelo legislador, da *vox* homicídio atrela a expressão “atentado pessoal” à ofensa contra a vida ou integridade pessoal de chefes de Estado ou de pessoas especialmente protegidas; ocorre que tais condutas já permeavam naquela ocasião documentos internacionais sobre terrorismo... Tentamos, em homenagem ao princípio da taxatividade, expor essas dificuldades naquele artigo, reduzindo a exclusão da anistia a tipos penais inquestionavelmente compreendidos na cláusula excludente, redigida por penas pouco íntimas do léxico penalístico.<sup>25</sup> Um lustro após publicada, essa passagem do artigo, cumprindo a piada de Kirchmann, foi convertida em papel de embrulho pela Emenda Constitucional nº 26, aquela que

convocava a Assembleia Nacional Constituinte.

Estabelecia a EC nº 26, de 27 de novembro de 1985:

Art. 4º. (...)

§ 1º. É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, (...)

§ 2º. A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no *caput* deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Como se vê, a EC nº 26, de 27 de novembro de 1985, concede anistia, como se reiterasse a anterior lei ordinária, porém estabelece o mesmo período temporal. Contudo, as exceções da lei ordinária (§ 2º do art. 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) não foram placitadas, e um novo argumento sobre a invalidade daquele dispositivo surgiu desta divergência entre a lei e a Constituição.

GERARD CERLES/AFP



**SILVIO BERLUSCONI**  
Primeiro-ministro da Itália pressionou pela extradição. O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse que há “um fascismo galopante” na Itália

O fato é que, seja quando o assunto foi versado por juízes e tribunais, seja pelas décadas de inatividade das agências policiais e do Ministério Público a respeito, seja por uma mentalidade compartilhada por muitas representações políticas e muitos setores da sociedade civil, interpretou-se que todo e qualquer delito comum cometido com motivação política ou como meio para obter um resultado político estava anistiado, e anistiados estavam também todos os crimes que os agentes do subsistema penal Dops-DOI/Codi praticaram contra seus prisioneiros. Este fora o sentido da dilargada definição de crime conexo que a Lei de Anistia estampara no parágrafo 1º de seu artigo 1º (“crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”), e a interpretação que lobriga crime político conexo não só na violência revolucionária mas também na violência repressiva traduz precisamente o espírito que orientou o Congresso Nacional. Este consagrado critério interpretativo não pode ser inovado para operar retroativamente, como já pudemos mencionar, sem violação oblíqua do princípio da legalidade. Transigir com a segurança jurídica é nefasto para o Estado de direito; revogar uma anistia concedida e desfrutada, como desafortunadamente ocorreu na Argentina (por mais que naquele país os crimes da ditadura tenham sido quantitativamente muito mais expressivos); revogar uma anistia é como criar um tipo penal à Frankenstein, ressuscitando artificialmente a criminalização já lançada às geleiras do esquecimento.

Essas considerações vão a propósito de um quadro sinóptico, que figura na Defesa Escrita, onde constam as datas dos quatro homicídios dos quais, segundo o “arre-

## “Tudo isso foi aqui considerado crime político conexo; seus autores e cúmplices foram julgados pela Justiça Militar Federal

pendido” falastrão, Cesare Battisti teria participado, como autor ou cúmplice. São as seguintes datas: 6 de junho de 1977, 16 de fevereiro de 1979, 16 de fevereiro de 1979 e 19 de abril de 1979. Todas são anteriores a 15 de agosto de 1979, o último dia do período anistiado.

Tal circunstância nos sugere uma comparação, tendo por pano de fundo o princípio da dupla incriminação levado a sério.

Os jornais noticiaram o lançamento do segundo livro do general francês Paul Aussaresses, que, como disse um deles, “colaborou com o regime militar no Brasil, ensinando aos oficiais técnicas de tortura e também de combate à guerrilha”.<sup>26</sup> Suponhamos que ele viesse ao Brasil para uma noite de autógrafos da presta tradução. Suponhamos também que alguma das pessoas por ele torturadas numa aula prática, como por exemplo aquela “moça já irreconhecível depois das sessões” (de tortura),<sup>27</sup> tivesse nacionalidade espanhola, e um órgão judiciário espanhol nos requeresse a prisão provisória e a extradição do velho agente secreto. Não poderíamos concedê-la, sob pena de renunciarmos a um pedaço de nossa soberania e do respeito às decisões do Congresso Nacional, tais como interpretadas pela jurisprudência e pela doutrina.

Não parece arbitrário que, num contexto tão internacionalizado – como as lembranças dos quarenta anos de 1968 só fazem

realçar – pelas fronteiras fluidas da Guerra Fria, contexto no qual um oficial francês traz o *know-how* da tortura da campanha argelina, depois de ensiná-lo aos norte-americanos, para as ditaduras do Cone Sul; não parece arbitrário que não possamos extraditar o torturador francês, porém estejamos dispostos a entregar o revolucionário italiano?

### IV

As objeções que o X Congresso da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP), realizado em Roma, em 1969, fez ao uso da anistia e até mesmo da prescrição no âmbito extradicional, estavam datadas, por exprimirem as tensões da Guerra Fria e as desconfianças recíprocas de um mundo – e às vezes de um país, como a Alemanha – dividido acerca do merecimento e validade dos atos legislativos de países não alinhados. É difícil acreditar que na ordem mundial subsequente à dissolução da União Soviética tais argumentos jurídicos tenham se mantido intactos, como se os penalistas jamais abrissem as cortinas de seus gabinetes ou lessem os jornais. O centro de tais argumentos residiria no caráter local da anistia, que não poderia produzir efeitos sobre um fato praticado no exterior, à míngua de correspondência com as valorações jurídicas consideradas pela anistia.<sup>28</sup> Nasceu daí uma cláusula limitadora dos efeitos da anistia, circunscrevendo-a a casos em que

o país requerido tenha jurisdição sobre os fatos, tecnicamente inútil (como pode um tratado pretender “validar” a anistia legalmente outorgada pelo Poder Legislativo?) e politicamente perigosa, porque representa uma restrição ao princípio da dupla incriminação, e portanto à soberania.

Ultrapassemos a evidente renúncia à soberania e ultrapassemos o mal-estar ético implicado na entrega do *extraditurus* a um poder punitivo estrangeiro quando nós mesmos não o puniríamos aqui, para nos perguntar se os acontecimentos do entorno de 1968 – luta armada de pequenas organizações revolucionárias (“foquismo”), de inspiração marxista-leninista, maoísta ou trotskista, reprimidas implacavelmente com o uso da tortura, morte e desaparecimento de seus militantes – foram estritamente nacionais, circunscritos às fronteiras deste ou daquele país. Que diferença essencial haveria entre Baader-Meinhof na Alemanha, *Tupamaros* no Uruguai, Brigadas Vermelhas na Itália, VAR-Palmares no Brasil, *Sendero Luminoso* no Peru, *Mon-*

evidentemente internacional, cuja própria internacionalidade é neste momento rememorada pela publicação de diversos livros e mencionada em toda a mídia? Como, nesses tempos em que Ferrajoli preconiza uma espécie de “constitucionalismo mundial” como “horizonte axiológico” do trabalho dos juristas,<sup>29</sup> como poderíamos nos aferrar a um surrado lugar retórico do direito internacional da Guerra Fria, para negar-nos, mais que a verticalidade de nossa soberania, a própria autonomia moral da nação, que não delega o juízo que lhe corresponde efetuar sobre a óbvia natureza política dos crimes atribuídos ao *extraditurus* e sobre a inexorável extinção de sua punibilidade por decisão intangível de nosso Congresso Nacional?

Portanto, a restrição da segunda parte da alínea *c* do artigo 1º do Tratado de Extradicação Brasil-Itália (“e estiver sob a jurisdição penal desta”) afronta o princípio fundamental da soberania (art. 1º, inc. I, CR) ao tentar impedir os efeitos jurídicos de uma decisão legislativa com respaldo constitucional, a “concessão de anistia” (art. 48, inc.

nosso Código Penal a situa entre as causas de extinção da punibilidade – art. 107, inc. II, CP) impede a extradição. A primazia, nessa área, tocou à prescrição “*por haberse estipulado tempranamente en los tratados internacionales sobre extradición*” (desde a metade do século XIX no direito europeu) e pela generalizada aceitação (“*universal aceptación*”),<sup>30</sup> sem embargo de questionamentos oportunistas, como aquele do X Congresso da AIDP.

Seria uma solução mística que a prescrição impedisse a extradição, e qualquer outra causa de extinção da punibilidade não dispusesse do mesmo efeito. Onde a mesma razão jurídica se reapresenta, a mesma disposição legal é aplicável (*ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio*). O argumento *a contrario* só seria invocável se o princípio da dupla incriminação se relacionasse com alguma característica particular da prescrição, e não com seu efeito extintivo da punibilidade.

Inúmeros autores sufragam esse entendimento. Discutindo a punibilidade em abstrato e em concreto, Gaetano Pecorella afirma que “não se pode qualificar um fato histórico como infração se a norma, no conjunto das condições nas quais foi editada, não agrega a tal fato (*n’attache pas à ce fait*) uma consequência de natureza penal (em presença, por exemplo, de uma causa de não punibilidade ou de uma causa extintiva da infração – *d’une cause extinctive de l’infraction*)”.<sup>31</sup> Ou seja, extinta a punibilidade – ou extinto o próprio crime, como a rigor resulta da anistia –, já não se pode falar verdadeiramente de crime a motivar uma extradição. Jean Tolar lobriga uma consequência analógica do princípio da dupla incriminação nos tratados que impedem a extradição quando “o julgamento não poderia realizar-se do ponto de vista da legislação

## “Um erro de interpretação jurídica é sempre menos grave e mais facilmente corrigível do que um erro de interpretação histórica

*toneros* na Argentina etc.?! Como pode alguém não se envergonhar de recorrer a um argumento tão falso, o das peculiaridades nacionais (útil, durante a Guerra Fria, para a Alemanha capitalista não se comprometer com as eventuais anistias da Alemanha socialista e vice-versa), perante o quadro de uma conflitividade política tão

VIII, CR). Aliás, para que serviria a alínea *c* em sua integralidade: caberá porventura a um tratado resolver ou aconselhar sobre a anistia outorgada pelo Congresso Nacional em casos sob jurisdição brasileira?!

A extinção da punibilidade (a anistia a rigor extingue mais, extingue o próprio crime; porém





**TARSO GENRO** Ele sempre defendeu a tese segundo a qual a palavra final sobre a extradição cabe ao presidente

do Estado requerido, por motivo de prescrição ou qualquer outro motivo legal (devendo-se por isso entender sobretudo a anistia – *par quoi on entend surtout l’amnistie*)”.<sup>32</sup> No Relatório Geral do Seminário de Friburgo-em-Brisgau, frisou o professor Hans Schultz:

Atualmente, segundo a opinião predominante (*pour l’opinion dominante*), a punibilidade do fato incriminado nos termos da lei do Estado requerido deve ser demonstrada *in concreto*. Para este fim, são tomadas em consideração: as disposições reguladoras da aplicação da lei penal no espaço, causas de justificação ou de exculpação cuja existência seja manifesta, a ação penal, a prescrição, a graça, a anistia e mesmo a *res judicata*.<sup>33</sup>

Entre os tratados multilaterais que adotam a opinião predominante, está o Convênio Interamericano de Extradição, celebrado em Caracas, em 1981, cujo artigo 4º determina não ser procedente a extradição

1. *Cuando el reclamado haya cumplido la pena correspondiente o haya sido amnistiado, indultado o beneficiado con la gracia por el delito que motivó la solicitud de extradición (...).*

Horacio Daniel Piombo ensina que *“la hipotética aplicación in concreto del principio de doble punibilidad puede originar situaciones donde la amnistia dictada en el país requerido beneficie a quienes han cometido hechos de naturaleza similar en el Estado requerente”*.<sup>34</sup>

Examinando o princípio da dupla incriminação à luz do direito brasileiro, o professor e procurador da República Artur Gueiros não hesitou em emparelhar à prescrição as demais causas de extinção da punibilidade:

“Extraímos, ainda, desse princípio a exigência de que o fato deflagrador do pedido não pode estar com a punibilidade extinta, seja por força de prescrição ou de quaisquer outras causas que infirmam o *ius puniendi*, v.g. anistia, graça ou indulto”.<sup>35</sup>

A proibição de que seja a extradição concedida quando “estiver extinta a punibilidade pela prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente” (art. 77, inc. VI, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), reproduzida no Tratado de Extradição Brasil-Itália (art. 1º, al. b) tem força de expansão lógica para alcançar, por identidade de razão jurídica, todas as situações nas quais tenha ocorrido extinção da punibilidade, inclusive – ou principalmente – a anistia.

V

No marco do que acima foi exposto, seguem as respostas aos quesitos formuladas pelos ilustres consulentes:

**Primeiro quesito:** Sendo da competência do Supremo Tribunal Federal decidir livremente sobre a natureza dos delitos atribuídos ao *extraditurus*, e impondo-se que tal juízo se realize com critérios interpretativos vigentes à época dos fatos, para evitar uma obliqua violação da le-

galidade, parece irrecusável o reconhecimento de estarmos perante delitos políticos conexos (ou delitos conexos a delitos políticos). A despeito de ter o Estado requerente sonegado à Corte Suprema o primeiro *decisum* contra Cesare Battisti, condenando-o pela prática de crime político puro, a própria sentença de 1988 é muito clara a respeito, e também envolve um crime político puro (art. 270, CP *it.*, *associazione sovversiva con programma de violenza*). Factualmente, tivemos entre nós, na mesma conjuntura histórica dos delitos atribuídos ao *extraditurus*, crimes absolutamente similares, que foram judiciariamente tratados como crimes políticos. Um dispositivo legal de 1979, o mesmo ano de três dos quatro delitos em nome dos quais se pede a extradição, definiu os crimes políticos conexos (ou conexos a crimes políticos) segundo uma fórmula ampla, que agrega os critérios da instrumentalidade e da preponderância: “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, art. 1º, § 1º). Tratando-se, como se trata, de crimes conexos a crimes políticos (ou crimes políticos conexos), a extradição não pode ser concedida (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, art. 77, inc. VII).

**Segundo quesito:** Tomado a sério, o que significa aplicado *in concreto*, o princípio da dupla incriminação proíbe a extradição de alguém cuja conduta, no país requerido, teve sua punibilidade (*rectius*, sua

criminalidade) extinta pela anistia. Os delitos atribuídos a Cesare Battisti são anteriores à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Todos os indivíduos, brasileiros ou estrangeiros, que os praticaram até aquela data – e tivemos, conforme mencionado, inúmeros casos – foram anistiados. A Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, reeditou a mesma anistia, sem mencionar aquelas exceções que, de maneira tão confusa a ponto de questionar a própria validade do texto, a lei ordinária fizera. A rigor, a anistia significa que a nação brasileira, por seus representantes reunidos no Congresso Nacional, resolveu soberanamente suprimir a natureza infracional, a criminalidade de tais fatos (ou, pelo menos, torná-los impuníveis, extinguir sua punibilidade). A amplitude com a qual o conceito de crimes políticos conexos foi então interpretado pode ser medida pela inclusão nele da tortura, desaparecimento e homicídio de militantes por agentes do subsistema penal Dops-DOI/Codi. Os militantes que mataram o empresário financiador da Oban foram anistiados; os torturadores que mataram os militantes foram anistiados. Perante tal quadro, qualquer restrição aos efeitos jurídicos da anistia – como aquela que uma espécie de *lei da inércia legislativa internacional* manteve mesmo após a superação da Guerra Fria, que a produzira, limitando-os à presença de jurisdição do Estado requerido (Tratado Brasil-Itália, art. 1º, al. c) – será manifestamente inconstitucional, por afrontar

o princípio fundamental da soberania (art. 1º, inc. I, CR). Os fatos pelos quais é solicitada a extradição de Cesare Battisti foram objeto de regular anistia, o que impõe de forma imperativa, pelo que há de emanar da soberania no princípio da dupla incriminação e pelo mal-estar ético que sua violação implicaria, seja ela indeferida. Quem divergisse desta linha não teria como negar que as repercussões processuais da dupla incriminação (autonomizada por alguns como dupla punibilidade, ou sobrevivência da punibilidade) não podem restringir-se caprichosamente à prescrição, como é internacionalmente “opinião predominante” reconhecida por autores brasileiros. Fugir a essa imposição política, jurídica e moral implicaria o seguinte paradoxo: não poderíamos extraditar o oficial francês que entre nós ministrou cursos práticos de tortura, mas podemos extraditar o revolucionário italiano que, como milhares de outros, atuando em organizações e com práticas semelhantes nos cinco continentes, naquela conjuntura, não conseguiu transformar o mundo.

**Terceiro quesito:** Enfocados, como proposto, na questão do crime político e da anistia, seria repetitiva ou redundante toda consideração que pudéssemos acrescentar. Para além dos vícios formais descritos na Defesa Escrita, impressiona especialmente o argumento de nulidade do julgamento *in absentia*.<sup>36</sup>

Não poderíamos encerrar este breve estudo sem observar como

a iniciativa de rediscutir, a partir deste processo de extradição, os acontecimentos dos anos de chumbo perturbou a vida nacional, chegando nosso ministro da Justiça a sustentar, com retroatividade *in peius* da jurisprudência, que os torturadores não estariam anistiados.<sup>37</sup> A Lei de Anistia foi e ainda é parte integrante de um processo político que resultou, com todas as dificuldades e percalços, na sofrida construção do Estado de direito; não foi por acaso que a mesma Emenda Constitucional que convocou a Assembleia Nacional Constituinte reiterou e generalizou a anistia. Não cabem evasivas ou subterfúgios perante um alicerce da casa.

A extradição de Cesare Battisti representaria um enorme equívoco, que por certo nossa Corte Suprema não cometerá. Um erro de interpretação jurídica permite, excluída a pena de morte, revisão, correção e até indenização; mas um erro de interpretação histórica costuma levar a resultados escabrosos. Foi isso o que aconteceu na sessão de 17 de junho de 1936, quando o Supremo Tribunal Federal, contra o voto dos ministros Eduardo Espínola, Carvalho Mourão e Carlos Maximiliano, não conheceu do *habeas corpus* impetrado em favor de Maria Prestes (Olga Benário) e, negada pelo relator, o ministro Bento de Faria, até mesmo a “perícia médica a fim de

constatar o seu alegado estado de gravidez”,<sup>38</sup> facilitou sua entrega à Alemanha nazista. O resto é História.

Ressalvados melhores entendimentos, é o parecer, que vai extraído em duas vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2008

Professor Nilo Batista



## NOTAS

<sup>1</sup> Travers, Maurice, *Le Droit Pénal International*, Paris, 1921, ed. Recueil Sirey, v. IV, pp. 535 e 536.

<sup>2</sup> Albuquerque Mello, Celso D. de, *Direito Penal e Direito Internacional*, Rio, 1978, ed. F. Bastos, p. 55.

<sup>3</sup> Bueno Arus, Francisco, *L'infracción política et l'extradition dans la législation espagnole*, em *Revue Internationale de Droit Pénal* (doravante *Revue*), Toulouse, 1991, ed. Ères, v. 62, n° 1-2, p. 317.

<sup>4</sup> Mantovani, Ferrando, Le délit politique, limite de l'extradition, em *Revue*, Paris, 1968, ed. Cujas, v. 39, n° 3-4, p. 648.

<sup>5</sup> Cf. Batista, Nilo, Considerações em torno dos crimes de insurreição e conspiração no direito brasileiro, em *Revista de Direito Penal* (doravante *RD*), Rio, 1972, ed. Borsoi, n° 5, p. 66.

<sup>6</sup> *Les Principes Modernes du Droit Pénal International*, Paris, 1928, ed. Recueil Sirey, pp. 267 ss.

<sup>7</sup> Souza Santos, Boaventura de, Os crimes políticos e a pena de morte, em *RD*, Rio, 1971, ed. Borsoi, n°1, p. 50.

<sup>8</sup> *Op. cit.*, p. 56.

<sup>9</sup> Cf. Zaffaroni, Raúl, et al., *Direito Penal Brasileiro*, Rio, 2003, ed. Revan, v. I, p. 224.

<sup>10</sup> Certas circunstâncias, bem destacadas na Defesa Escrita elaborada pelos ilustres consulentes, associam o pedido de extradição de Cesare Battisti à ascensão de forças políticas, na França e agora na Itália, alinhadas historicamente àquelas contra as quais ele lutou abundantemente nos anos 70. Estaríamos diante de um paradigma tradicional, aquele em que o requerimento dissimula (seja pela omissão de informações relevantes, seja pelo esforço de descaracterizar o conteúdo político dos delitos nos quais se fundamenta) um real fim político. Sobre este paradigma, a clássica lição de Donnedieu de Vabres: “l'extradition sera refusée s'il résulte des circonstances que l'Etat requérant a poursuivi, en la demandant, un but politique. Peu importe que l'infraction qui sert de cause à la demande, envisagée dans ses éléments intrinsèques, soit certainement un délit de droit commun” (*op. cit.*, p. 267). Essa velha lição deve ser revigorada num mundo em

que a criminalização da vida pública tende a converter o adversário político num infrator.

<sup>11</sup> Assim, invocando Shearer, exprime-se Piombo, Horacio Daniel, *Tratado de la Extradición*, B. Aires, 1998, ed. Depalma, v. I, p. 275.

<sup>12</sup> Frisando sua adoção pelo Código Bustamante (art. 353), assim se manifestava Russomano, Gilda, *A Extradición no Direito Internacional e Brasileiro*, Rio, 1973, ed. J. Konfino, p. 91.

<sup>13</sup> Cervini, Raúl, *Medidas de asistencia judicial penal internacional de primer nivel y la doble incriminación*, Cabildo, 1993, ed. Fund. Cult. Univ., p. 14.

<sup>14</sup> “Nos casos em que o princípio da reciprocidade é rigorosamente aplicado, a extradição só pode ser concedida se o fato que a motivou é punido pela legislação dos dois Estados interessados” (cf. Grütznér, Heinrich, relatório alemão ao Seminário de Friburgo-em-Brigau, em *Revue* n° 39, cit., p. 383).

Também entre nós se considera que a dupla incriminação seja “expressão de outro princípio mais importante em matéria internacional, que é o da reciprocidade” (cf. Araújo Junior, João Marcelo, *Concepto y naturaleza jurídica de la extradición*, em *Curso de Cooperación Penal Internacional*, Valença, 1994, ed. C. Alvarez, p. 156).

<sup>15</sup> Tigar, Michael E., The extradition requirement of double criminality in complex cases: illustrating the rationale of extradition, em *Revue*, n° 62, cit., p. 163.

<sup>16</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>17</sup> *Op. cit.*, p. 383.

<sup>18</sup> “by an obligation to extradite a person who would not, according to its own standards, be guilty of acts deserving punishment” – *apud* Tigar, Michael E., *op. cit.*, p. 165.

<sup>19</sup> *Apud* Tigar, Michael E., *op. cit.*, p. 165.

<sup>20</sup> Gianzi, Giuseppe, Notes sur quelques problèmes actuels en matière d'extradition, em *Revue* n° 39, cit., p. 629.

<sup>21</sup> Assim, Piombo, Horacio Daniel, *Tratado de la Extradición*, cit., v. I, p. 299.

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p. 156.

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 632.

<sup>24</sup> Batista, Nilo, *Aspectos jurídico-penais da anistia*, em

*Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio, 1980, ed. Civ. Bras., n° 19, pp. 195 ss. Republicado em *Temas de Direito Penal*, Rio, 1984, ed. L. Iuris, pp. 75 e ss.

<sup>25</sup> Aspectos jurídico-penais da anistia, cit., pp. 202-203.

<sup>26</sup> *Folha de São Paulo*, ed. de 4 de maio de 2008.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> Veja-se o argumento em Fierro, Guillermo J., *La Ley Penal y el Derecho Internacional*, Buenos Aires, 1997, ed. TEA, p. 744.

<sup>29</sup> Cf. Ferrajoli, Luigi, *A Soberania no Mundo Moderno*, trad. C. Coccioli e M. Lauria F°, S. Paulo, 2002, ed. Martins Fontes, p. 61.

<sup>30</sup> Piombo, Horacio Daniel, *Tratado de la Extradición*, cit., v. I, pp. 301 e 302.

<sup>31</sup> Pecorella, Gaetano, Les conditions de l'extradition: règles de fond et règles de procédure, em *Revue*, n° 39, cit., p. 680.

<sup>32</sup> Tolar, Jean, Relatório tchecoslovaco ao Seminário de Friburgo-em-Brigau, em *Revue*, n° 39, cit., p. 763.

<sup>33</sup> Schultz, Hans, Relatório Geral do Seminário de Friburgo-em-Brigau, em *Revue*, n° 39, cit., pp. 799-800.

<sup>34</sup> *Tratado de la Extradición*, cit., v. I, p. 340. Em sentido contrário, com o argumento do caráter local e circunstancial da anistia, um aresto da Corte Suprema argentina de 1973; a data dispensa maiores considerações.

<sup>35</sup> Gueiros Souza, Artur de Brito, *As Novas Tendências do Direito Extradição*, Rio, 1998, ed. Renovar, p. 21.

<sup>36</sup> “Au sein des obstacles à l'extradition de caractère procédural, on distingue, dans la doctrine continentale, la chose jugée, la litispendance, la prescription, l'amnistie, la compétence des tribunaux extraordinaires et le jugement rendu in absentia” – cf. Krpac, Davor, Les empêchements de procédure comme obstacles à l'extradition, em *Revue* n° 62, cit., p. 359.

Na Argentina, onde também não é reconhecida como válida a condenação *in absentia*, a data da sentença (portanto nula) não serve como marco interruptivo da prescrição; cf. Fierro, Guillermo, *op. cit.*, p. 739.

<sup>37</sup> *Folha de São Paulo*, ed. de 16 de maio de 2008 (p. A7).

<sup>38</sup> Cf. *Discursos Sediociosos - Crime, Direito e Sociedade*, Rio, 2002, ed. Revan, n° 12, pp. 267 e 269.

# Território de

A soja, a cana e a pecuária determinam a geografia econômica do modelo agroexportador, cenário que compromete a segurança alimentar do país

---

**Elisa Monteiro**

O conceito de segurança alimentar foi consolidado internacionalmente pela FAO (organismo da ONU para alimentos e agricultura) no pós-guerra. Significa garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais – o que não adiantou para mais de 1 bilhão de pessoas subnutridas existentes hoje no planeta, segundo relatório recente da própria FAO. Mas a história que queremos contar aqui é outra. De acordo com Maria Emília Pacheco, pesquisadora e especialista sobre o tema e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Brasil, o conceito segurança alimentar ganhou sentido mais amplo se comparado a outros países, aproximando-se da visão de soberania alimentar. Maria Emília observa que a soberania alimentar diferencia-se qualitativamente na medida em que questiona o padrão (no Brasil) de desenvolvimento



# commodities

SXC



**AGROEXPORTAÇÃO** Máquinas operando em um campo de soja no Centro-oeste brasileiro. O produto é um dos mais valorizados no mercado

rural voltado fundamentalmente para exportação de *commodities*.

O Consea contesta esse modelo. Com isso, a discussão ingressa no patamar das opções para a economia brasileira – agenda explosiva do debate nacional. A pesquisadora acompanha há 30 anos o desempenho da produção rural no país. Ela diz que a nova geografia agrícola e agrária em curso é determinada pelo avanço da tríade cana\* (na região Centro-Oeste do país), soja (sobre a Amazônia a partir do Centro-Oeste) e pecuária (também sobre a Amazônia, em parte puxada pelo aumento de consumo de carne e de ração animal no mundo). Maria Emília destaca, ainda, como significativa, a presença da cultura de pinhos como o eucalipto, no Sudeste. O modelo instituído, diz a pesquisadora, beneficia a agroexportação e secundariza o abastecimento interno de alimentos.

Nas metrópoles brasileiras, a insegurança alimentar assombra, principalmente, a população mais pauperizada concentrada nas periferias. Um fenômeno no perfil alimentar: o consumo cada vez maior de alimentos industrializados em substituição a produtos naturais cria legiões de obesos (veja matéria na página 96). No campo, o modelo agroexportador impõe colapso econômico a pequenos produtores

---

\* Segundo o documento *Mudanças climáticas e seus impactos no direito humano à alimentação, na soberania e segurança alimentar e nutricional*, do Consea, “o Brasil teve, em 2009, cerca de 9,5 milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar (pouco mais da metade desse total está voltado para a produção de etanol). Estimativas indicam que o país pode vir a ter mais de 14,6 milhões de hectares com cana-de-açúcar em 2017”.

e extrativistas e, em alguns casos, representa, segundo Maria Emília, a destruição de seu modo de vida. Uma desestruturação econômico-social, ela insiste, provocada pela expansão da monocultura direcionada à agroexportação de *commodities*, à produção energética ou à pecuária – com desdobramento sobre todo o mercado interno de alimentos.

A garantia da sobrevivência dos pequenos produtores é considerada estratégica para segurança e soberania alimentar. De acordo com mais recente Censo Agropecuário realizado pelo IBGE referente a 2006 (veja o quadro na página 96), a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos básicos. Entre especialistas, os pequenos produtores também são considerados aliados importantes por serem os que melhor conciliam produção alimentar e preservação ambiental. Luis Almeida Tavares, técnico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Paraná, doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP), observa que o camponês procura preservar a terra porque depende dela para sustento e alimentação de sua família. Além disso, para o especialista em meio ambiente e espaço rural, eles cumprem um grande papel na preservação das sementes crioulas (não modificadas geneticamente).

## Sem estoques

Luis Almeida Tavares e Maria Emília Pacheco têm diagnóstico comum. Em consequência do modelo adotado que prioriza o agrobusiness, não existe hoje, no país, nem segurança nem soberania alimentar. Tavares afirma que os estoques brasileiros não são suficientes para garantir a alimentação da população sequer por meio ano, enquanto em países como os EUA “o mínimo é de três anos”. Em caso de catástrofe natural, “o americano tem possibilidade de sobreviver três anos sem produzir um grão e nós não chegamos a seis meses”, explica. Segundo o pesquisador, a ausência de uma política efetiva abre brechas para que o país se veja obrigado a importar alimentos básicos como trigo e algumas vezes feijão. Maria Emília reforça o argumento. Ela diz que a falta do arroz, um dos principais produtos da alimentação brasileira, pode tornar-se uma realidade em função da concentração de sua produção no Paraná e no Rio Grande do Sul, estados este ano prejudicados por fatores climáticos.

Para os pesquisadores, os problemas de insegurança e soberania irão continuar na medida em que não há um projeto universal de enfrentamento do problema. Eles apontam a debilidade dos programas federais baseados na política de créditos sem subsídio aos pequenos produtores. Tavares diz que

tais políticas servem prioritariamente para fomentar as indústrias de agrotóxico e as indústrias de adubos químicos. Tal política acaba servindo de estímulo ao uso abusivo de agrotóxico, um dos grandes responsáveis pela contaminação alimentar e ambiental no Brasil.

Mesmo empregando quase 75% da mão de obra no campo e sendo reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como principal responsável pela alimentação básica brasileira, a agricultura familiar está concentrada em apenas um quarto da área cultivada. Tavares contesta a versão segundo a qual a concentração fundiária diminuiu. Ele afirma que, embora os pequenos e médios estabelecimentos tenham crescido numericamente, segundo o último censo do IBGE, a concentração fundiária aumentou, pois diminuiu a área ocupada.

A histórica concentração da terra, observa Maria Emília, pressiona duplamente os indicadores de insegurança alimentar. Em primeiro lugar, agrava as mazelas sociais de quem vive no campo porque reduz a mão de obra empregada, gera migração para a cidade, aumenta os conflitos rurais, espalha a pobreza e a fome. Em segundo, espreme no mapa nacional os setores que, de fato, abastecem o mercado interno. Ou seja, os pequenos produtores familiares, extrativistas e comunidades tradicionais regionais.

SXC



**PULVERIZAÇÃO** Carga  
de agrotóxico

# Frutas, legumes e verduras em baixa

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2006 utilizados pelo GT do Conselho Nacional de Segurança Alimentar indicam que o consumo diário de legumes, verduras e frutas no Brasil é de 132 gramas, enquanto a recomendação da OMS é de 400 gramas por dia. Nas cidades há um consumo majoritário de alimentos industrializados carregados de conservantes não saudáveis, gorduras hidrogenadas e de glutamato monossódico (matriz de caldos e temperos como Maggi, Knorr, Ajinomoto, Sazón e similares) – que substitui o uso de plantas aromáticas e condimentares – entre outros ingredientes artificiais. São produtos com excesso de açúcar refinado, com mais gordura e menos fibra. Há grande disponibilidade de alimentos de baixa qualidade nutricional, acompanhada de redução drástica na diversidade dos alimentos ingeridos.

Na rotina urbana, as tradições e rituais alimentares perderam espaço. A massificação de hábitos alimentares se impõe, através da propaganda, sobre costumes alimentares com origem nas biodiversidades regionais e a sintonia do consumo de frutas com as estações do ano. Avançaram a impessoalidade e a noção de comida como mercadoria e não mais como fonte de vida. Tudo isso, somado à expansão do sedentarismo, compromete a saúde da população.

Sobrepeso e obesidade (hoje problemas de saúde pública), prevalência de doenças não transmissíveis (diabetes, hipertensão,

doenças coronarianas etc.), inclusive entre crianças, e deficiência de micronutrientes (especialmente ferro, vitamina A e cálcio) são consequências. Desvios de comportamentos alimentares, como a compulsão alimentar, a anorexia nervosa e a bulimia, são alguns dos exemplos preocupantes.

Enquanto na década de 1990 pesquisas revelavam um cenário polarizado com a desnutrição infantil em bolsões de pobreza e a obesidade entre os grupos de maior poder aquisitivo, estudos recentes mostram grande crescimento dos casos de obesidade, sem significativas diferenças entre os grupos de maior e menor renda.

## O que comer

Thadia Turun, nutricionista e professora da UFRJ, adverte que a ausência de educação alimentar torna as pessoas mais vulneráveis aos apelos do marketing que induzem ao consumo de alimentos industrializados. Ela cita como exemplo os produtos alimentares direcionados para quem pratica esportes. Segundo o Ministério da Saúde, uma alimentação saudável deve ter atributos básicos como acessibilidade física e financeira, sabor, variedade, cor, harmonia e segurança sanitária.

Outros bons indícios são a variedade e o colorido do prato. Indicam diversidade de nutrientes necessários ao organismo, tornam a comida mais atrativa e evitam a monotonia alimentar.

## FHC extinguiu Conselho

**N**a esteira da criação da FAO, no cenário de devastação do pós-guerra, muitos países institucionalizaram o conceito do direito à alimentação. No Brasil, o tema passou a ser considerado pela ditadura varguista ainda na virada da década de 1930 para 1940. Surgiram medidas como a criação da Ração Mínima (1938), do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), de restaurantes para trabalhadores (os dois em 1940). O próprio cálculo do salário mínimo, instituído no período, levou em consideração os gastos com alimentação básica. Em 1945 foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) com objetivo de elaborar uma Política Nacional de Alimentação (PNA). A CNA foi o embrião do Consea, extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Conselho foi reinstalado em 2003, no governo Lula, mesmo ano em que foi lançado o fracassado programa Fome Zero. O Consea tem caráter consultivo como órgão de assessoramento da Presidência da República. Propôs a inclusão do conceito de soberania alimentar na formulação original da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)\* durante a tramitação no Congresso Nacional. Mas não obteve sucesso.

\* A chamada LOSAN, Lei nº 11.346, sancionada pelo Presidente da República em setembro de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas assegurar o direito humano à alimentação adequada e outras providências.



SXC

## Obesidade

Eliane Rosado\*

“Uma pessoa obesa pode ter deficiências nutricionais ou ser mal nutrida. Mas o termo desnutrição não seria adequado, pois é classificado pelo índice de massa corporal (peso dividido pela altura ao quadrado) abaixo da normalidade. **A obesidade pode estar associada a fatores genéticos ou não. É um assunto controverso. O indivíduo traz consigo uma carga genética, mas muitos casos de obesidade são decorrentes da influência ambiental (dieta rica em açúcares e gorduras e o sedentarismo).** É difícil dizer o peso que a genética possui, mas acredito que modificações do ambiente podem ter efeitos decisivos na redução dos casos de obesidade. Já a anorexia e a bulimia se relacionam muito aos seguimentos dos padrões de beleza atuais. Inclusive pessoas obesas podem desenvolver estes transtornos.”

\* Professora do Departamento de Nutrição e Dietética da UFRJ.

SXC

## Agricultura Familiar

Segundo o IBGE, a agricultura familiar responde sozinha por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja consumidos... e é o principal manancial de frutas, legumes e verduras.



# dois pontos

NOVEMBRO DE 2009

Cinema • Literatura • Ideias • Artes

MARCO FERNANDES

PERSONAGEM

**Jorge  
Mautner**

**Salve a mistura  
OU ...  
a pipoca da pororoca da  
imaginação**

---

Luiz Carlos Maranhão



## PERSONAGEM

**C**onversar com Jorge Mautner é navegar em universo de conceitos originais. E de expressões improváveis. Que tal a definição de amálgama como uma espécie de “mistura fluídica”. Sendo mais claro: amálgama é a “pipoca da pororoca da imaginação”, tal como está escrito num dos versos da música que Mautner compôs sobre São Jorge. Tá difícil? No *Houaiss*, amálgama é definida como um mineral, uma liga de prata e mercúrio. Mas o mesmo dicionário diz, também, que pode significar “mistura, reunião ou ajuntamento de elementos diferentes”. É isso! Eis a chave para se começar a entender o pensamento de Jorge Mautner, 69 anos, incessante vigor intelectual. A amálgama que nasce da miscigenação (mas que vai além dela) situaria o Brasil, na opinião de Mautner, em posição favorável diante do mundo. “A antropofagia, o tropicalismo, a umbanda, tudo isso é a amálgama que triunfa

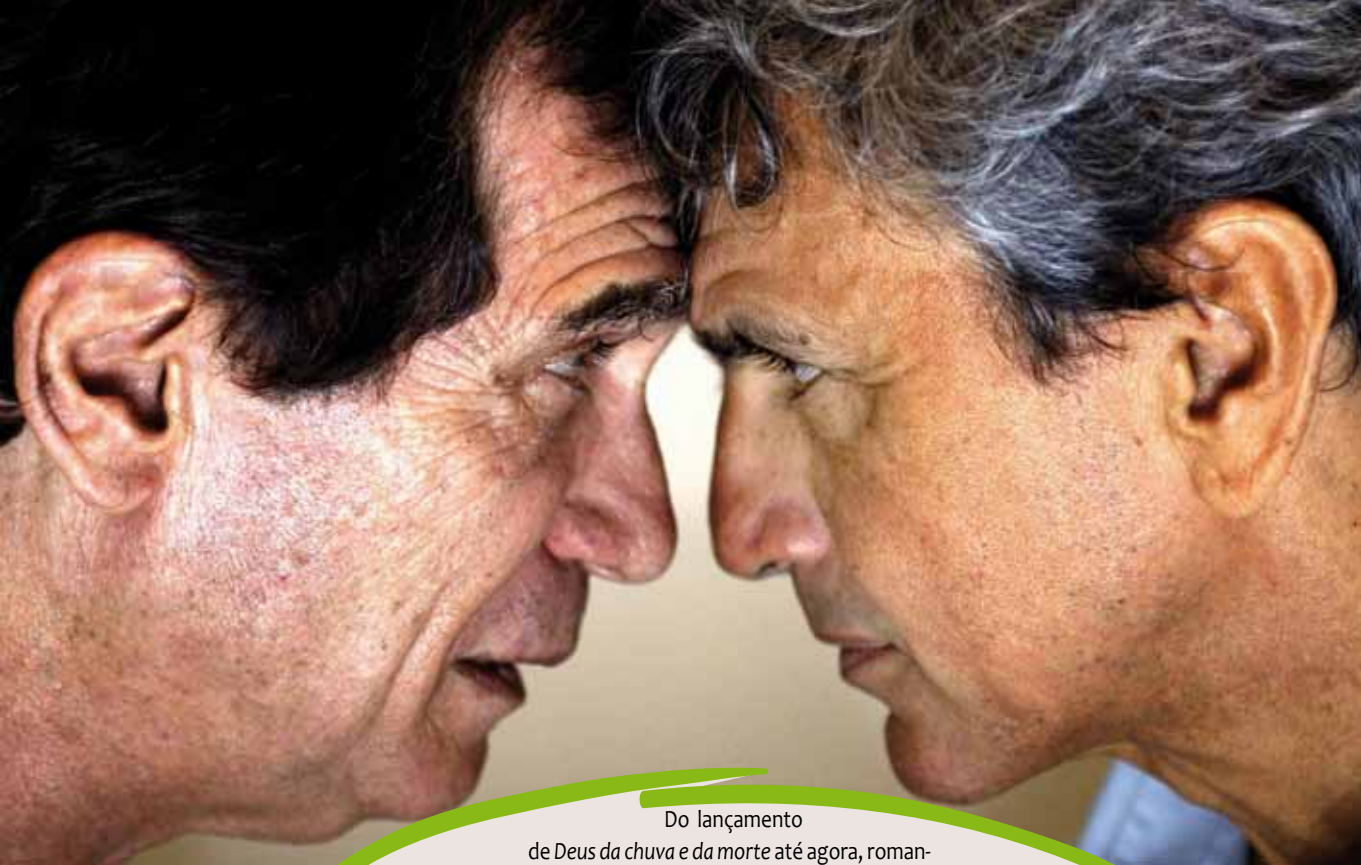
agora”, diz, com entusiasmo juvenil. “Os outros povos têm diversidade, nós temos essa amálgama que é o segredo do Brasil.”

Não se apresse, leitor. Não estamos diante de reles discurso ufanista, balizado pelo *stricto sensu* da política. Jorge Mautner está longe de ser um superficial. As circunstâncias permitiram a ele vasta erudição – além de sintonia com movimentos libertários (beatnik, hippies) de décadas efervescentes. Quando se trata de criação e conhecimento, Mautner é um sem-fronteira. Poeta, cantor, artista plástico, cineasta. A face mais conhecida é a de compositor. Mas há algumas semanas, por exemplo, atuava no palco ao lado de Fernanda Torres, Luís Fernando Guimarães e Francisco Cuoco na comédia de humor nonsense *Deus é química*, no Teatro dos Quatro, na cidade do Rio de Janeiro. Quer mais: a peça, dirigida por Hamilton Vaz Pereira, é baseada no conto “Química da Ressurreição”, de Mautner, publicado no livro *Tarja preta*. Há dois anos publicou seu último livro (agora são dez) pela Editora Agir. *O filho do Holocausto* registra suas memórias desde que sua família desembarcou no Brasil, em 1941, fugindo do nazismo (o pai era judeu austríaco) a 1958.

Seus primeiros textos foram publicados em 1958 na revista *Diálogo* (extinta). Em 1962 é premiado com o Jabuti de Revelação Literária pelo

livro *Deus da chuva e da morte*. Em 1962, às vésperas do golpe militar, a convite do professor Mário Schenberg, filia-se ao Partido Comunista Brasileiro e passa a integrar uma célula de cultura no Comitê Central. Em 1964 publica *Kaos*, que ele define como “uma saudação a Brasília”. Em 1965 publica os livros *Narciso em tarde cinza* e *O vigarista Jorge*. No mesmo ano, um disco com as músicas “Radioatividade” e “Não, não, não”. Por causa dos livros e das músicas, Mautner foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e exilou-se em Nova Iorque. Ficou seis anos nos Estados Unidos. Foi garçom, bancário, massagista. Mas a experiência mais profícua na cidade americana se deu quando tornou-se secretário literário do poeta norte-americano Robert Lowell. “Ele era fascinado pelo Brasil, lia *Os sertões*, de Euclides da Cunha, no original”, lembra.

De Nova Iorque a Londres. Lá encontrou Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros exilados ilustres. Nesta época dirigiu *O demiurgo*, que Glauber Rocha considerou um dos melhores registros do exílio durante a ditadura militar. Mautner retornou ao Brasil em 1972, com Caetano e Gil. A inquietação não para, apesar do regime. Em 1973 é um dos nomes (ao lado de Chico Buarque, Gal Costa, Gonzaguinha e outros) do *Banquete dos Mendigos*, show-manifesto para marcar os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A parceria com os baianos já rendeu inúmeros projetos. Entre eles o movimento “Figa Brasil”, lançado em 1987 no show *O Poeta e o Esfomeado*, com Gilberto Gil. O CD *Eu Não Peço Desculpas* de 2002, em parceria com Caetano Veloso, rendeu à dupla o prêmio Grammy Latino de 2003 como melhor álbum. No momento, o que o encanta é o projeto Pontos da Cultura.



LEONARDO AVERSA/AGÊNCIA O GLOBO

Do lançamento de *Deus da chuva e da morte* até agora, romances, contos, crônicas, artigos canções: a biografia de Jorge Mautner é uma instância fundamental de literatura e arte. (...) Esse judeu paulista nascido no Rio – mas que não é judeu nem paulista, uma vez que sua mãe era gentia, e sua formação básica é carioca – nos tem feito pensar o que é ser brasileiro, na medida mesma em que sempre pareceu um alienígena na nossa cena cultural e social. (...) O que reencontramos aqui é um discurso não diferente do discurso hiperbólico e ostensivamente redundante de suas ficções: aquele que ecoa os profetas de Israel, filtrados pela cultura pop americana (...).

Caetano Veloso

# O segredo do Brasil

## VERSUS O que caracteriza a amálgama brasileira?

**MAUTNER** E eu volto sempre a citar José Bonifácio. Em 1823 ele define: nós, diferente de todos os outros povos e cultura, somos essa amálgama tão difícil de ser feita. E essa amálgama não são todos os povos que têm, os outros têm diversidades. E essa amálgama, que tem origem na riqueza de nossa ancestralidade, que é imensa, é o segredo do Brasil. É o que dá ao brasileiro a capacidade de reinterpretar cada segundo, incluindo ideias contrárias, coincidindo o

caminho do meio, do equilíbrio. Aquelas histórias de Aristóteles, Heráclito, do taoísmo. O Ariano Suassuna disse que até mesmo o Jacques Maritain, que é um grande pensador católico, diz que o único país onde a justiça e a liberdade poderão aflorar juntas é o Brasil. Tem documentários na BBC que diz que a originalidade do Brasil é dos candomblés, mas tem a ancestralidade indígena, tem os jesuítas com os cururus, os cateretes e tem os templários que foram absorvidos, isso tudo não pode ser esquecido. Está bom, eles estão começando a descobrir. Então essa tem

sido a minha obra o tempo todo, e tem isso, sempre isso antes mesmo do Padre Antonio Vieira, antropofagia é amálgama, tropicalismo é amálgama, tudo isso é amálgama. Essa amálgama triunfa agora e o Brasil é o gigante que se fingiu de invisível até agora.

**A umbanda é multifacetada, ela traz elementos do catolicismo, traz elementos africanos e indígenas...**

Você pegou o ponto que faltava, o candomblé é clássico. É a única religião que os europeus suspiravam. Se Nietzsche tives-

se vindo para Bahia, ele não teria enlouquecido. Mas a umbanda é a amálgama, porque o Brasil é feito com chocalhos e tambores africanos, que agora se tornaram brasileiros. Você vai tendo vários tipos até chegar ao máximo dessa capacidade na amálgama, que é umbanda. É uma arte moderna comparada ao candomblé. Em SP, há mais de 35 anos, por causa do número de japoneses que moram lá, inventaram um orixá samurai. Não é fantástico, isso? Mario de Andrade trabalhava na perspectiva dessa amálgama. Villa-Lobos usou, todo mundo.

#### Como esta visão se reflete hoje, no seu trabalho?

Eu vou continuar a Amálgama Brasil, que sou eu e Nelson Jacobina (instrumentista e parceiro de muitos anos), visitando os pontos de cultura, mas com o apoio dos artistas já consagrados. Sem barreira ideológica. Paramos um tempo e vamos recomeçar agora. O fato é que todos querem estar na amálgama, eu nunca vi um quórum assim vindo em direção a isto, de participar, de apoiar, porque eles sabem da importância. Já tivemos Daniela Mercury; então terá todos os grandes apoiando isso, e eu vou revelando as originalidades e filosofando no meio disso, de todas essas coisas.

#### Pontos de cultura são o quê?

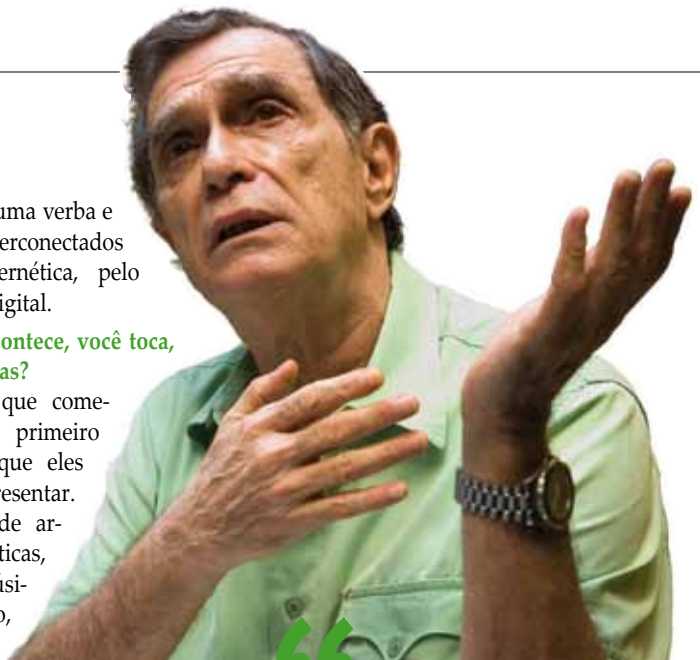
É programa do Ministério da Cultura do Ministro criado pelo Gil. São 2 mil pontos de cultura, pessoas que já se reúnem pra conversar, ou grupos ditos folclóricos, como era classificado erradamente. Enfim, grupos de pessoas, inclusive pessoas bem pobres, humildes, que nunca tiveram acesso a cultura formal. Mas eles têm sua grande cultura, maior do que aquela oficial. O ministério o que fez? Encampou, tem mais de 2 mil pontos de cultura. Esses pon-

tos têm uma verba e estão interconectados pela cibernética, pelo mundo digital.

#### O que acontece, você toca, diz poesias?

Eles que comem. Eu primeiro ouço o que eles têm a apresentar. Tem desde artes plásticas, muita música, teatro, filosofia. Para

você ter ideia, o Invenção Brasileira, que é um ponto de cultura em Taguatinga, em Brasília, mantém uma forma original dos candangos que vieram do Nordeste. Na Amazônia mesmo você vê no meio da selva, onde nós fomos, tinha um ponto de cultura que ele tinha três vivências religiosas. Uma é o candomblé jurema misturado com coisas indígenas, e as mesmas pessoas saíam daquele papel e faziam umbanda. Depois os mesmos, numa terceira encarnação, iam para uma pequena igreja, já em ruínas quase, e aí de repente todos se tornavam católicos medievais, mas com cantos indígenas, mais pareciam bandas de pífanos cantando liturgias pro Senhor. Essa riqueza ainda está pra ser desvendada, isso é uma loucura. Outro ponto de cultura em São Paulo; eles eram evangélicos tocando reggae, eram de uma etnia negra, africana e eu falei vamos tocar umbanda e tocamos, vamos tocar outra do candomblé, tocamos, ali não tinha limite, os parâmetros todos ali explodem. No maracatu, o Estrela de Ouro, do Mestre Salustiano, em Nazaré da Mata, vamos fazer o disco em parceria. O maracatu normalmente não aceita mulheres. Em Nazaré da Mata há 25 anos a presença feminina é garantida.



MARCO FERNANDES



**Se Nietzsche tivesse vindo para a Bahia, ele não teria enlouquecido**



LEONARDO AVERSA/AGÊNCIA GLOBO

### Você é um cara otimista?

Sim, imagina. Eu nasci na poesia, no batuque do candomblé, nos anos 40. Mesmo com todas as agruras, todas as coisas sempre foram conversadas diretamente com as pessoas que se interessavam. Robert Lowell, por exemplo, era fascinado, ele lia *Sertões* no original. O Paul Goodman, que foi o grande profeta da ecologia, tem um livro chamado *Crescendo em direção ao absurdo*, me dizia (em Nova Iorque): o que você está fazendo aqui? Tudo bem, mas quando puder você tem que voltar. O Village é bobagem; o Brasil que é o village. O tempo todo foram pessoas muito legais que conheci. Gil e o Caetano vieram em 1969. Nós nos encontramos, foi o encontro de todos nós artistas. E esses pontos de cultura então. E os inimigos são os nazistas, os protonazistas, os nazistas mascarados e a distribuição de renda tinha que vir e a democracia liberal vai ter que se amalgamar com a democracia participativa.

\* Colaborou Carlos Nogueira. Fotos de Marco Fernandes. Arte de Gil Castro



Se a ciência

e a arte, se fosse possível que elas pudessem representar a complexidade no sentido amplo da vida, a presença do ser humano nela seria, ainda assim, ainda que essa capacidade da ciência e da arte fosse possível nessa abrangência inteira, seria difícil que elas pudessem representar a complexidade que se reúne nesse homem. E por aí vai, e por aí iria. Tenho a impressão de que já me fiz compreender. Ainda que, em se tratando dele, dessa figura, qualquer veleidade de explicar o que quer que seja já seja um absurdo.

Gilberto Gil

## Outros viram

Composição: Gilberto Gil/Jorge Mautner

O que Whalt Withman viu  
Maiakowski viu  
Outros viram também  
Que a humanidade vem  
Renascer no Brasil!

Teddy Roosevelt sentiu  
Rabindranath Tagore.  
Stefan Zweig viu também  
Todos disseram amém  
A essa luz que surgiu!

Roosevelt que celebrou nossa miscigenação  
Até a considerou como sendo a solução  
Pro seu próprio país  
Pra se amalgamar  
Misturar "melting pot" feliz  
Não conseguiu pois seu Congresso não quis!

Rabindranath Tagore também profetizou  
Ousou dizer que aqui surgiria o ser do amor  
Um ser superior, civilização da emoção, da paixão, da canção  
Terra do samba sim e do eterno perdão!

Maiakowski ouviu  
A sereia do mar  
Lhe falar de um gentio  
De um povo mais feliz  
Que habita esse lugar!

Esta terra do sol  
Esta terra do mar  
Esta terra Brasil  
Sob este céu de anil  
Sob a luz do luar!



## Literatura latino-americana e os novos desafios da história

Cláudia Luna\*

**1992** foi o ano do Quincentenário da chegada de Colombo à América, o que propiciou o confronto de diversas posições ideológicas, entre vencedores e vencidos. Se, como saldo positivo, se inclui indubitavelmente a visibilidade que alcançaram as populações indígenas e suas reivindicações, hoje, em 2009, quando se iniciam as comemorações e eventos relativos ao Bicentenário das Independências na América Latina, podemos já computar uma conquista: o resgate da atuação feminina no cenário das guerras de independência e na formação das novas nações.

Pois foram muitas as mulheres, pertencentes a todas as classes e

raças, lutando direta ou indiretamente, como demonstraram os estudos apresentados por especialistas de todo o continente, reunidos em Lima, em meados de agosto, em Simpósio Internacional promovido pelo Centro de Estudos da Mulher na História da América Latina (Cemhal), dirigido por Sara Beatriz Guardia, sob os auspícios da Unesco. O evento reuniu teóricos e estudiosos de História, Literatura e Artes, que se debruçaram sobre documentos históricos, textos literários e material iconográfico.

Além de nossas conhecidas Maria Quitéria e Joana Angélica, emergiram dali personagens surpreendentes, como Juana de Azurduy, Xaviera Carrera ou Gertrudis Bocanegra. Ativistas e articuladoras políticas, participaram nos campos de batalha ou nos bas-

\* Professora Associada I de Literaturas Hispano-Americanas da UFRJ



ARTE ANDRÉ AMARAL

tidores, o que lhes valerá escárnio, torturas, prisão, exílio e morte. No entanto, se o nome de algumas poucas mulheres *criollas* foi incorporado à historiografia, o das mulheres não brancas e oriundas das classes subalternas foi totalmente varrido da memória, como ocorreria com Micaela Bastidas, companheira de Tupac Amaru.

Dentre elas, destacamos a figura de Manuela Sáenz. Já em 1989, García Márquez a homenageara, recriando-a em *O general em seu labirinto*, obra que se pode classificar como um novo romance histórico. Afinal, o personagem Bolívar será amparado e protegido, na obra, pela figura vigorosa desta equatoriana, que travaria uma “guerra de papel contra o governo”, atuando de forma decisiva no cenário de guerras e de luta pelo poder. Costumava disfarçar-se de homem,

adotar costumes masculinos, andar entre soldados, participar na frente de batalha. Embora se costume destacar o epistolário amoroso, muitas das cartas que troca com Bolívar tratam de questões políticas.

Confrontar a representação literária que se faz destes personagens históricos com os textos que nos legaram se revela bastante produtivo. Como sabemos, o gênero epistolar se destaca como uma das primeiras formas de autorrepresentação de que se valeriam as mulheres no período. Pois nas cartas de Sáenz a Bolívar se pode perceber uma sutil estratégia persuasiva, de onde surge como articuladora política que decifra as intenções dos opositores, mantendo-se sempre no papel de coadjuvante na luta, embora sua biografia incluía prisões, tortura,

cárcere privado, exílio e confisco de bens.

Afinal, seja como libertadora, anjo da guarda, mãe dos heróis da pátria, representação alegórica da Liberdade ou da Justiça, a figura feminina surge vinculada indelevelmente ao papel que desempenha junto ao homem, como amante, esposa, mãe, seja no marco da historiografia oficial do período ou em sua autorrepresentação. Podemos, no fim das contas, atribuir a estas heroínas a paixão revolucionária, consubstanciada na luta por uma sociedade nova, na qual papéis e espaços pudessem ser reorganizados. Neste sentido, se trataria tanto de lutar contra o domínio espanhol e as oligarquias, no campo político, como contra o correspondente modelo patriarcal segundo o qual se organizou a sociedade latino-americana.

JULIO CORTÁZAR (1914-1984)

# Literatura e política

Carlos Nogueira\*

O livro de *Manuel*, lançado em 1973, é um romance polêmico, no qual o escritor argentino Julio Cortázar reflete sobre a função político-social da literatura, defende a luta pela emancipação dos povos latino-americanos, ao mesmo tempo em que aponta a incapacidade crônica das esquerdas para tornar realidade a reforma social no continente. O desafio para conciliar narrativa literária e temática política, quem nos explica é o próprio escritor:

"Na maioria dos livros chamados comprometidos, ou bem a política (a mensagem política) anula e empobrece a parte literária e se converte em uma espécie de ensaio disfarçado, ou bem a literatura é mais forte e deixa em uma situação de inferioridade a mensagem política, a comunicação que o autor deseja passar a seu leitor. Então, esse difícil equilíbrio entre um conteúdo de tipo ideológico e um conteúdo de tipo literário – o que eu quis fazer no *Livro de Manuel* – me parece ser um dos problemas mais apaixonantes da literatura contemporânea. Me parece, ademais, que as soluções são individuais, que não há nenhuma fórmula, ninguém tem a fórmula para isso."

Julio Cortázar fez parte, com Carlos Fuentes e Gabriel García Márquez, da geração de escritores



ILUSTRAÇÃO DE CASTRO

latinos que acreditavam no papel social da literatura, sem abandonar o rigor estético, associando realidade e fantasia, dando origem ao que a crítica especializada chamou de realismo mágico.

Aos 31 anos, em 1945, Cortázar apresenta seu conto "Casa tomada" a Jorge Luis Borges. O texto é publicado na revista *Los Anales* (então sob a direção de Borges). Com a chegada de Perón ao poder, em 1946, Cortázar autoexila-se em Paris, em 1951. A Revolução Cubana, em 1959, encanta Cortázar, e o faz aderir à causa socialista. O escritor passa a se interessar pela realidade social e política da América Latina. Mais tarde, com o banimento do escritor Guillermo Cabrera Infante, em 1965, pelo governo de Fidel, Cortázar questiona os rumos da revolução.

Julio Cortázar ingressa definitivamente no universo dos grandes ícones da literatura universal com o seu romance *Rayuela – O Jogo da Amarelinha*, publicado em 1973, onde rompe com a obrigatoriedade de estabelecer um vínculo entre literatura e realidade.

O tema da alteridade e o da diferença sempre estiveram presentes na obra de Cortázar. Em *Histórias de cronópios e famas*, o autor deixa claro a sua aguçada observação da natureza humana, através da metáfora com seres imaginários. Enquanto os cronópios são seres amantes da poesia, pura emoção, os famas são o oposto na sua forma prudente e metódica de estar no mundo.

Cortázar morreu em Paris, em 1984. Estaria hoje com 95 anos.

## SUGESTÕES PARA LEITURA

CORTÁZAR. *O livro de Manuel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. *O jogo da amarelinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

COSTA, Adriane Aparecida, Vidal. *Literatura e Política*. O livro de Manuel de Julio Cortázar. *Revista História*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 295-313, jul./dez. 2008.

MARTINEZ, Tomáz Eloy. Cortázar e suas lições de liberdade. *The New York Times*. 14/3/2009.

PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*. Barcelona: Munchnik, 1985.

\* Pesquisador. Graduado em Letras - UFRJ / Mestre em Memória Social - Unirio.





## Um brasileiro chamado Milton

Elisa Monteiro

**Geógrafo baiano, expulso pela ditadura militar, Milton Santos ganhou prestígio internacional por sua produção intelectual, considerada indispensável ao pensamento crítico contemporâneo**

Único pesquisador fora do mundo anglo-saxão a obter o prêmio Vautrin Lud (1994) – que é concedido por universidades de 50 países –, o "Nobel" da Geografia, Milton Santos (1926- 2001), baiano de Brotas de Macaúbas, tornou-se bibliografia obrigatória para uma leitura crítica da contemporaneidade, em especial da chamada globalização. O intelectual desconfiou do otimismo exagerado em relação ao proclamado fim do Terceiro Mundo a partir da extinção da União Soviética. Silvio Tendler, cineasta que realizou documentário sobre Milton Santos pouco antes do professor falecer, em 2001, conta que enquanto boa parte da intelectualidade brasileira deslumbrava-se com uma globalização, embarcando na fantasia de um novo momento da humanidade, no qual tudo desejado e sonhado seria possível, Santos já anunciava que "isso não ia dar certo".

Tendler, que à época era dos que enxergava apenas a "parte positiva da globalização", atribui a Milton a percepção "que não existia uma sem outra".

Na opinião do cineasta, Milton Santos possuía uma espécie de "antevisão", o que lhe permitiu apontar antes que aquele clico de euforia não duraria muito nem alcançaria a todos, e que a realidade dos países do chamado Terceiro Mundo não progrediria tão facilmente. "E ele tinha razão, foi uma farra que durou quatro ou cinco anos. Talvez os historiadores ainda não tenham a distância do tempo para falar, mas acredito que o neoliberalismo ficará registrado como mais curto espaço de tempo na história. O neoliberalismo não durou quinze anos. Começou com [Margaret] Thatcher e [Ronald] Regan nos anos 1980 e afundou definitivamente com as torres gêmeas. O Milton Santos enxergou esse pássaro sendo abatido em pleno

## PENSADOR

vo. Ele falava coisas em 2001 que acontecem até hoje, como o que vai mudar o mundo são os pobres, os países pobres. Ele falou isso em janeiro e em setembro caíram as torres gêmeas”, relata.

Outro choque para Tendler era a avaliação de Santos sobre a transição para a democracia no Brasil: “Ele não acredita nadinha no processo eleitoral. Eu, que fui da geração que brigou à beça para eleger o presidente da república, levei aquele susto quando ele disse: ‘Olha, todo esse discurso das eleições é maquiagem, é supérfluo, ninguém entra nas questões essenciais que precisam ser discutidas para fazer um outro mundo.’ Eu fui entendendo aquilo com o tempo. O sonho de uma democracia socialista ou socializante que foi para o espaço, assim como a ideia na crença de um processo político em que a corrupção ia ser varrida junto com a ditadura, com o árbitro, com o autoritarismo e todo o lixo, para o Brasil virar um país viável e maravilhoso. Ele viu tudo isso muito antes.” Segundo Tendler, Santos falava coisas “absolutamente duras, que tiravam até um pouco o alento, mas que são verdadeiras e necessárias de saber”. A maneira crítica de analisar a situação política do país e do mundo do geógrafo, segundo conta, marcou “profundamente” seus filmes desde então.

### Geografia crítica

Milton Santos contrapõe-se à noção tradicional de geografia quantitativa. Em seu lugar, ele apresenta a geo-história crítica com referência, ainda que não exclusivamente, marxista, na qual o poder de determinação do espaço historicamente acumulado é analisado como formação social. De acordo com a professora do Ippur/UFRJ, Ana Clara Ribeiro, além do rigor teórico e



“  
**Ele exercia influência intelectual forte perante outros intelectuais que se organizavam em termos de movimento. Era um movimento de ideia, afirma Ana Clara**

metodológico, Milton Santos atraiu atenção de estudiosos de diversos campos de conhecimento ao construir uma teoria que ultrapassou as fronteiras da geografia, incorporando perspectivas das demais ciências humanas e sociais, em especial da história e da filosofia. A partir de Santos, assim como a historicidade, o espaço também se tornou uma categoria plena de análise do presente e uma condicionante para projetos de futuro. Um conceito com impactos sobre as demais disciplinas, “há uma descoberta do espaço pelo meio da qual a proposta teórica de Milton Santos ganha enorme destaque. Por isso ele tem interlocutores de todas as áreas do conhecimento, e isso é interessantíssimo. É claro que ele não recusa absolutamente o seu papel na geografia, mas constrói diálogo com todos aqueles que de alguma maneira aceitam pensar os desafios do conhecimento verdadeiramente. Então, isso faz com que o Milton tenha sido e continue sendo muito lido por profissionais da área da saúde, da educação, por pessoas mais envolvidas com a arquitetura e urbanismo e não apenas na área da geografia. Ele era um intelectual pleno, na verdade, raríssimo”.

Outra característica de Santos destacada por Ana Clara é a sensibilidade do intelectual em rela-

MARCOS ISSA/AGÊNCIA O GLOBO



ção às condições de existência dos demais. Sem criar falsos modelos, sem romantizar ou fazer populismo, Santos atentou para a acumulação de conhecimento e força daqueles que definiu como homem lento, ou seja, aqueles desprovidos de instrumentos e recursos da técnica de seu tempo. Ele diz: "É necessário reconhecer a sua força. E a força desse homem é a sua necessidade de desvendar o espaço. Esse homem tem que encontrar a sua sobrevivência de toda forma, enquanto os mais aquinhoados, mais protegidos, mais abrigados pelo acesso à técnica não têm essa mesma necessidade. Conhecer o espaço, as maneiras de lutar e sobreviver dentro dele, e todas as que forem necessárias, são parte dessa força. Dentro disso, efetivamente compreende-se a existência dos povos latino-americanos, africanos, a resistência do Vietnã e todas as outras resistências que ocorreram na história dos homens fracos sem técnica, lentos", explica Ana Clara Ribeiro.

Segundo a docente, não era do perfil de Santos enaltecer a pobreza, tão pouco era de seu agrado o corrente menosprezo característico das visões elitistas. Ana Clara Ribeiro conta que certa vez em que o professor esteve no Rio, ele comentava que passara por diversas favelas e como tinha ficado impressionado com a grande quantidade de antenas parabólicas instaladas. O professor discordava da noção pejorativa de que se tratava de um reflexo da alienação do povo, "ele achava, que de jeito nenhum, era uma coisa excelente, porque estavam dedicando tempo a alguma coisa que poderiam informá-los e mantê-los em nexos com os outros". "Há um conhecimento acumulado que não pode ser desvalorizado desse homem lento que é tido como fraco, mas que é muito pouco

**Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação?**

fraco para dizer a verdade. Uma leitura interessantíssima, com muitos desdobramentos e que é bastante rara", conclui a pesquisadora.

### Cidadão do mundo

O intercâmbio de Milton Santos não se limitou aos demais campos das ciências humanas e sociais brasileiros. O doutorado na Universidade de Strasbourg em 1958 foi o início de uma vida de intensa troca com intelectuais de outros países. Uma experiência acelerada depois do golpe civil-militar brasileiro de 1964. Mais de uma década de exílio levaram Milton Santos a conhecer, viver, lecionar e produzir em universidades na França, Canadá, Venezuela, Tanzânia e EUA, onde trabalhou ao lado do linguista Noam Chomsky no Massachusetts Institute of Technology. "A ditadura lhe impôs dor, amargura e sofrimento, em função de suas ideias. Mas seu exílio e sua caminhada no exterior mostram e dão destaque aos resultados positivos para a Geografia", resumiu o professor titular da Universidade de Brasília (UnB), Aldo Paviani, no evento da instituição que concedeu título de *honoris causa* a Milton Santos.

Filho e neto por parte de mãe de professores, Santos estreou cedo no magistério, orientando aos 13 anos colegas no Instituto onde es-

tudava e lecionando geografia aos 15. Terminado ginásio, ingressou no curso de Direito em Salvador. Contudo, seus interesses, longe de se restringir ao universo jurídico, o levaram aos debates sobre política, história. Antes do exílio, atuou como docente universitário na Bahia e também como jornalista. Segundo Ana Clara, o trabalho na mídia era uma forma de ampliar o espectro de leitores e intervir politicamente, fazendo cobranças ao Estado: "Milton era uma pessoa muito experiente, com um nível de vida muito intenso. Ele conhecia os instrumentos de poder, sabia como se comunicar, não se deixava manipular e conhecia as entranhas da comunicação muito bem. Ele pôde

expressar bem seu pensamento através da imprensa em dois grandes períodos, no anterior ao exílio e depois no retorno, quando já estava em São Paulo trabalhando na USP."

Como professor universitário, foi responsável pela formação de gerações de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Cumpriu papel importante também na reestruturação do ensino e da pesquisa da Geografia no Brasil.

"Ele formou muita gente, junto com outra geógrafa preciosa, que é a Maria Adélia Aparecida de Sousa. Eles fizeram um trabalho bonito, e há vários livros que são organizados pelos dois. A consolidação do laboratório em que eles

trabalhavam na USP também formou muita gente em mestrado e doutorado, além de iniciação científica, e houve um trabalho muito grande de formação de quadros lá na USP", relata Ana Clara Ribeiro.

À formação profissional dos geógrafos, ele dedicou o livro *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. De acordo com Ana Clara Ribeiro, a obra era uma das prediletas do próprio autor. Nele, Milton Santos tratou das possibilidades e responsabilidades deste profissional que não se localiza em um contexto qualquer, mas dentro das especificidades do Terceiro Mundo. Também na obra, Milton desenvolveu e precisou debates metodológicos que lhe eram caros.



## Autonomia como atitude

Embora tenha tido uma vida política atuante em organizações da sociedade civil e em cargos institucionais, Milton Santos optou deliberadamente por não fazer parte de grupos políticos raciais, partidários ou religiosos. Declarava-se um *outsider*, e com suas ideias enfrentava a intolerância política e racial. "Ele era um intelectual público no sentido de que era responsável pelas ideias que colocava no mundo. Tinha uma noção muito forte de cidadania e segurava as consequências de sua autonomia e da sua liberdade, que era o que ele gostaria que todos tivessem na realidade, negros e não negros", diz Ana Clara. "Ele exercia influência intelectual forte junto a outros intelectuais que se organizavam em termos de movimento. Era um movimento de ideias", afirma.

Silvio Tendler, cineasta que realizou o documentário *Milton Santos ou o outro lado da globalização* pouco antes do professor falecer, em 2001, dá o seu testemunho sobre o perfil crítico e independente de Milton Santos. "A grande

lição política que ele me deu foi essa do *outsider*. Ele me ensinou essa coisa de não ser escravo de um grupo que te obriga a pensar de uma certa forma. Acho que ele foi o último intelectual sarriano no sentido de que você deve batalhar por suas convicções." Enquanto boa parte da intelectualidade brasileira embarcava na fantasia da globalização como um novo momento da humanidade, lembra o cineasta, no qual tudo desejado e sonhado seria possível, Milton Santos fazia o seu questionamento. Silvio Tendler acha que ele possuía uma espécie de antevisão, o que lhe permitiu prevê que aquele ciclo de euforia não duraria. "E ele tinha razão, foi uma farrá que durou quatro ou cinco anos."

Outro choque para Tendler era a avaliação de Santos sobre a transição para democracia no Brasil: "Ele não acreditava no processo eleitoral. Eu, que fui da geração que brigou para eleger o presidente da República, levei aquele susto quando ele disse: 'Olha, todo esse discurso das eleições é maquiagem, é supérfluo, ninguém entra nas questões

essenciais que precisam ser discutidas para fazer um outro mundo.' Fui entendendo aquilo com o tempo. Segundo Tendler, Santos falava coisas "absolutamente duras, que tiravam até um pouco o alento, mas que são verdadeiras e necessárias de saber". A maneira crítica de analisar a situação política do país e do mundo do geógrafo, segundo conta, marcou "profundamente" seus filmes desde então.

### Alguns livros de Milton Santos

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. 1971.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 1979.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). *A construção do espaço*, 1986.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: 1987.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

# Arte engajada

Silvio Tandler usa  
a imagem como  
caminho narrativo  
para a recuperação  
da memória política

---

da Redação



“

## Imparcial só a câmera desligada

A

MARCO FERNANDES

TV Brasil pôs no ar, em agosto deste ano, a minissérie *a Era das Utopias*. Com imagens de arquivo e depoimentos inéditos, o cineasta Silvio Tendler constrói instigante painel sobre as transformações políticas, estéticas, econômicas e sociais a partir do pós-guerra. *A Era das Utopias* é uma espécie de síntese da obra do cineasta. Os cerca de 30 filmes (entre longas e curtas) de Tendler trazem a digital insurgente de artistas e intelectuais de sua geração. A história recente é o objeto do seu olhar. Um olhar posicionado. “Imparcial só a câmera desligada”, ele diz, citando o jor-

nalista Sérgio Augusto, seu amigo. Na sala do amplo apartamento de frente para o mar de Copacabana (Zona Sul do Rio de Janeiro) no qual recebeu VERSUS, Tendler é categórico. “O cinema é uma realidade editada por um olhar autoral. Por mais que este olhar autoral se confunda com a realidade, ele jamais será a realidade. Não existe uma realidade em si; existirá sempre uma realidade interpretada por alguém. A história que você conta é aquela que você viu e quer contar”, teoriza.

Silvio Tendler já contou muitas histórias. De ex-presidentes, guer-



rilheiros, poetas rebeldes, palhaços, cientistas... Sua filmografia trouxe para as salas de exibição o documentário político, com desenho ideológico. Numa época em que esse gênero cinematográfico (o documentário) não tinha presença nos circuitos como hoje, os filmes de Tandler atraíam milhares de pessoas seduzidas pela imagem como caminho narrativo para a recuperação da memória política. *Os anos JK – Uma trajetória política*, de 1980, levou às salas cerca de 800 mil espectadores. *Jango*, em 1984, atraiu aos cinemas 1 milhão de pessoas. Os dois documentários

foram lançados quando a ditadura brasileira vivia o seu ocaso. Eram encaixes perfeitos à atmosfera de debate político que então incendiava setores da sociedade, depois de quase duas décadas de obscurantismo militar. *Os anos JK* e *Jango* viraram referência de registro histórico no cinema e são utilizados em salas de aula e debates.

### Discutir o mundo

Silvio Tandler é enfático. “É uma bobagem dizer que arte, cultura e cinema não mudam o mundo, mudam sim.” Para o artista, a comu-

nicação é território frutífero para quem quer intervir no mundo. “Intervir, não doutrinar”, observa. “Não quero dizer que eu sou o senhor da razão, quero dizer que eu tenho ideias”, diz. Tandler afirma que se coloca diante do cinema como um cineasta pensador que tenta, sem ser filósofo, discutir o mundo. “Eu sei que não sou um filósofo, sei que eu não vou acrescentar nada à filosofia. Mas quero acrescentar alguma coisa à história do pensamento, é isso que eu faço”, acrescenta. O cineasta diz ainda que não faz filmes para fazer cabeças, mas para contar suas

PRODUTORA CALIBAN



PRODUTORA CALIBAN



**ARQUIVO PESSOAL Com Celso Amorim, então na Embrafilme... e com o cineasta Nelson Pereira dos Santos**



**JANGO Documentário atraiu mais de 1 milhão aos cinemas**

histórias com liberdade e mostrar seus pontos de vista. “Não abro mão de colocar texto em *off* nos meus filmes. Isso é uma briga. Há toda uma safra de jovens críticos e cineastas que acham que não pode isso; olha, eu batalhei muitos anos fazendo cinema e quero falar nos meus filmes sim. Eu tenho o direito de falar”, defende. Tendler conta que durante um período de sua carreira teve muitos aborrecimentos quando alguns críticos o tentaram enquadrar na categoria filme didático. A classificação, segundo o cineasta, trazia conotação pejorativa e até hoje o deixa irritado. “Partiam de pessoas que sabem muito pouco de cinema e nada de comunicação.”

Na opinião do cineasta, o cinema documental brasileiro está em boa fase. Diz que hoje há mais produção, mais patrocínio, mais receptividade entre o público e mais espaço midiático – embora relativize a importância de ganhar espaços na mídia. “As pessoas vêm, vão e voltam. Isso é safra. De repente, há uma safra do cinema extremamente político; em seguida, a safra de cinema voltado para outro tema. E assim vai.” Tendler diz que no Brasil os documentaristas usufruem de uma certa liberdade superior à

existente em países europeus. Lá, segundo ele, “os documentários são muito atrelados a uma produção de televisão. Se você não arranjar um produtor de televisão que compre a sua ideia, não consegue grana. E aí você fica atrelado muito mais a esquemas oficiais do que nós aqui”, assinala.

A permanência é uma das características da obra de Tendler – diferente dos *blockbusters*, filmes de grandes bilheterias de sucesso instantâneo que somem rapidamente na poeira do tempo. Mas a opção pelo caminho do cinema político não fez de Tendler um sectário. Entre *Os anos JK* (1980) e *Jango* (1984), Tendler dirigiu *O mundo mágico dos Trapalhões*, o primeiro no ranking brasileiro entre as bilheterias de documentários: 1,8 milhão de espectadores. “Um crítico de cinema escreveu na época: Silvio Tendler, quem diria, filmando os Trapalhões”, recorda. “Fiz e não tenho nenhum grilo de ter feito. Gosto muito da ideia de um documentário sobre os Trapalhões. Não vejo as coisas com esse preconceito.” Na mesma linha, o cineasta não faz restrições ao impulso recente de comédias comerciais produzidas. “Acho bom”, ele diz. “Em qualquer país deve existir pluralidade.”



# Glauber, Marighella, Castro Alves...

Com trajetória de premiações dentro e fora do país, 31 filmes entre curtas, médias e longas-metragens, Silvio Tendler também é professor de cinema na PUC-RJ. Há 28 anos criou a produtora Caliban Produções e tem sua receita de sucesso. Como os filmes que mais lhe impressionaram na sua formação tinham um personagem como eixo central; como era adepto à filosofia segundo a qual o documentário tem que reproduzir aquilo que a ficção tem de melhor; e, finalmente, como chegou à conclusão de que as pessoas não gostam muito de documentários generalizantes, criou uma marca própria: documentar a política por meio de personagens.

“Quando eu quis falar do artista engajado, fiz *Castro Alves*. Quando quis falar do médico preocupado com a saúde coletiva, fiz *Oswaldo Cruz*. Quando eu quis falar do artista rebelde, fiz *Glauber*. Quando quis falar do

guerrilheiro, fiz *Marighella*”. O líder revolucionário foi âncora para Tendler retratar a ditadura. Da mesma forma que Juscelino Kubitschek (em *Os anos JK*) foi pretexto para o cineasta esboçar uma tese: que democracia era viável e que rimava com desenvolvimento. “Porque os militares diziam que tinham que fazer a ditadura para poder desenvolver o país, que não se desenvolvia o Brasil com democracia. Eu então peguei o único presidente que desenvolveu o país com democracia”, justifica. Em *Jango*, Silvio Tendler disse que se propôs a avançar no debate já com a perspectiva de justiça social, como uma espécie de continuidade de suas próprias reflexões sobre democracia. A repercussão positiva de ambos os filmes Tendler atribui ao contexto da época: “as pessoas queriam democracia, e o filme respondia a estes anseios”. O cineasta disse acreditar que sua aposta de discutir o

tudo a partir do particular é a chave da comunicação eficiente que conseguiu estabelecer com público.

No momento, Silvio Tendler trabalha em dois documentários. Um contará a história do ex-presidente Tancredo Neves. Outro será uma investigação sobre a vida de Hipólito da Costa, o fundador do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*.

## Principais filmes

- *Os anos JK – Uma trajetória política* (1980)
  - *Jango* (1984)
  - *Castro Alves* (1999)
  - *Glauber o filme* (2002)
  - *Encontro com Milton Santos* (2006)
- (veja matéria das pág. 101 à pág. 105)

## Seriados

- *Anos Rebeldes* (1992)
- *Era das Utopias* (2009)

## SALA ESCURA



GUSTAVO STEPHAN/AGÊNCIA O GLOBO

## Paulo César Saraceni, cineasta

“Recomendo aos leitores de VERSUS o filme *Dias de Nietzsche em Turim*, do cineasta Júlio Bressane. O filme conta o período em que Nietzsche viveu em Turim, na Itália. É um filme imperdível pela fotografia, pela forma como a história é narrada, pelas imagens e diálogos, pela atmosfera precisa criada por Bressane, pela emoção que passa a quem o assiste.”

### Dias de Nietzsche em Turim

**Lançamento:** 2001 (Brasil)  
**Atores:** Fernando Eiras, Paulo José, Tina Novelli, Mariana Ximenes, Leandra Leal  
**Duração:** 85 min  
**Gênero:** Drama

### Sinopse

O filme recria os meses vividos pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) na cidade de Turim, na Itália, entre abril de 1888 e janeiro de 1889, período de grande fertilidade para o pensador. Recebeu o Prêmio Bastone Bianco no Festival de Veneza 2001. Bressane foi o primeiro cineasta brasileiro a receber essa premiação. Stanley Kubrick e Jean-Luc Godard estão entre os agraciados.

*Paulo Cesar Saraceni é um dos fundadores do Cinema Novo – movimento inspirado no neorealismo italiano que revolucionou o jeito de fazer cinema no país na década de 1960. Saraceni estudou no Centro Experimental de Cinema, em Roma, e é diretor de alguns filmes incluídos no Index da filmografia brasileira, como A casa assassinada, adaptação de romance homônimo do escritor Lúcio Cardoso. Depois de sete anos sem filmar uma longa, Saraceni está finalizando O gerente, adaptação de um conto de Carlos Drummond de Andrade, escrito em 1945.*

BEATRIZ RESENDE



## Indicações de leitura a partir da web

Depois do sucesso do Kindle – leitor digital de textos – nas últimas feiras de livros, como a de Frankfurt, é difícil falar em livros, leituras e literatura sem mencionar a internet. Os livros estão on-line e a crítica literária, mais resistente, também já começa a ocupar este espaço. Em ensaio de 2002, Edward W. Said, discutindo o papel público do intelectual, detém-se nas características técnicas da intervenção intelectual naquele momento. Citando o projeto “Além Fronteiras”, desenvolvido na web por um grupo de jovens refugiados palestinos separados geograficamente, ele compara a abrangência de um artigo publicado na internet com o palanque de uma conferência e afirma: “Todos nós deveríamos portanto operar hoje em dia com alguma noção de atingir públicos muito maiores do que poderíamos ter concebido mesmo uma década atrás.”

Sabemos que a literatura brasileira contemporaníssima é pouco conhecida. No universo mesquinho da venda e da publicidade de

livros, parece sempre mais confortável apostar nos clássicos ou nos *blockbusters*. Por isso faço aqui aos leitores uma sugestão divertida e proveitosa: visitem a Copa de Literatura Brasileira em <http://copadeliteratura.com>. A ideia é ótima e torna-se uma maneira curiosa de acompanharmos os últimos lançamentos literários entre nós.

O criador, Lucas Murtinho, inspirando-se na experiência da revista eletrônica americana *The Morning News* e usando o gosto nacional pelo futebol, organizou um sistema de competição semelhante ao das Copas do Mundo. De certo modo, dialoga com a organização dos julgamentos de prêmios literários que vão (felizmente) ganhando força e importância. Em vez de times, obras de ficção publicadas no ano vão se enfrentando, das oitavas de final até o jogo final que proclama um vencedor. O prêmio? Ganhar a Copa, ora bolas! Cada jogo é decidido por um jurado, escolhido dentre críticos literários – professores ou jornalistas – que topem entrar na brincadeira. Mas todos os internautas podem dar palpite, concordar, discordar.

Com isso, valores, critérios, gostos são postos também em debate. A crítica é inevitavelmente exposta, ela também, aos questionamentos do cânone e mesmo a algumas má-criações. Fala, porém, para um público bem maior que o de nossos heroicos cadernos literários.

Para mim foi complicado, mas divertido decidir um combate entre dois jovens autores gaúchos: Daniel Galera, já experiente e premiado, convidado a participar da coleção “Amores Expressos”, autor no romance *Cordilheira versus Antônio Xerxenesky*, novato que surge como um escritor hábil e bem humorado com *Areia nos dentes*, romance que prende a atenção e diverte, mas deixa um certo travo, arenoso, na garganta do leitor.

Ignorando preconceitos, hierarquias e preferências acadêmicas, a Copa põe em confronto no tapetão virtual o consagrado pela crítica Milton Hatoum, o campeão de vendas Paulo Coelho, Ronaldo Correia de Brito – que já ganhou o polpudo Prêmio São Paulo – e jovens ainda quase desconhecidos.

Se o leitor quiser conhecer e opinar sobre o que anda circulando nos meios literários brasileiros, vale a pena uma visita ao site.

E vamos aguardar o vencedor, que a Copa está só começando.

**Beatriz Resende** é doutora em Literatura Comparada (UFRJ) e pesquisadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ). Atualmente, coordena o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ e leciona Teoria do Teatro na Escola de Teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

# PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP.

O desenvolvimento do Brasil quem faz é você.



O PRH-ANP, Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, está completando 10 anos. Nesse período, a ANP investiu R\$ 164 milhões em bolsas de estudo e formou mais de 4.500 alunos com essas bolsas. Em 13 estados brasileiros, milhares de alunos foram preparados para trabalhar nas indústrias do petróleo e dos biocombustíveis. O PRH-ANP inclui no currículo de instituições de ensino superior disciplinas de especialização e apoia pesquisas inovadoras que tornam o Brasil cada vez mais competitivo no cenário mundial de petróleo e gás. Os recursos do Programa são oriundos do Fundo Setorial CT-Petro, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep/MCT. PRH-ANP: uma década de incentivo à qualificação profissional especializada, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento do setor.

[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

Ministério de  
Minas e Energia



# VERSUS

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)



UFRJ

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE